



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

AIRTON DONIZETE DE OLIVEIRA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CAPA DA REVISTA VEJA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Londrina
2015

AIRTON DONIZETE DE OLIVEIRA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CAPA DA REVISTA *VEJA*:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antônio Miani.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O48m Oliveira, Airton Donizete de.

Os movimentos sociais na capa da revista Veja : uma análise discursiva /
Airton Donizete de Oliveira. – Londrina, 2015.
143 f. : il.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Imagens, ilustrações, etc. – Teses. 3. Revista Veja –
Teses. 4. Comunicação visual – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. 6. Comunicação –
Aspectos sociais – Teses. I. Miani, Rozinaldo Antonio. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. III. Título.

CDU 316.77

AIRTON DONIZETE DE OLIVEIRA

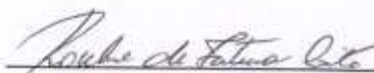
**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CAPA DA REVISTA VEJA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Rozinaldo Antônio Miani (Orientador)
Universidade Estadual de Londrina



Profª Drª Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá



Profª Drª Carla Luciana Souza da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Londrina, 11 de maio de 2015.

Dedico este trabalho ao bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Maria Casaldáliga Plá. Eu o visitei e pude constatar o trabalho que desenvolveu em prol dos movimentos sociais naquela região inóspita. Muitas vezes, arriscando a própria vida para não deixar morrer a semente da esperança de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, que me concedeu amor e sabedoria para dirimir dúvidas e superar obstáculos na elaboração deste trabalho.

À minha irmã Zuleide Conceição de Oliveira e à minha sobrinha Josemere Veranice de Oliveira Ferracini, pela proximidade e compreensão.

Aos meus cachorros: Pantera, Crystal, Neguinha, Snoopy e Pitoco. Nas dúvidas e incertezas me encorajavam com seus olhares serenos e transparentes.

Às professoras/doutoras Roselene de Fátima Coito e Carla Luciana Souza da Silva, que contribuíram com este trabalho.

De modo especial, ao meu orientador professor/doutor Rozinaldo Antonio Miani, pela disponibilidade e dedicação.

Ao jornalista e escritor Jorge Fregadolli, editor da revista Tradição, da qual sou colaborador, pela compreensão. Durante a realização deste trabalho, não fui tão pontual na entrega das minhas matérias.

Sou classe média
Papagaio de todo telejornal
Eu acredito
Na imparcialidade da revista semanal
Sou classe média
Compro roupa e gasolina no cartão
Odeio "coletivos"
E vou de carro que comprei à prestação
Só pago impostos
Estou sempre no limite do meu cheque especial
Eu viajo pouco, no máximo, um pacote CVC trianual
Mas eu "tô nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "tô nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Mas fico indignado com o Estado quando sou incomodado
Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão
O para-brisa ensaboado
É camelô, biju com bala
E as peripécias do artista malabarista do farol
Mas se o assalto é em Moema
O assassinato é no "Jardins"
A filha do executivo é estuprada até o fim
Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa
De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado concordo e faço passeata
Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal
Porque eu não "tô nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "tô nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em Itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta
Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida.

(Classe Média, Max Gonzaga)

OLIVEIRA, Airton Donizete de. **Os movimentos sociais na capa da Revista *Veja*: uma análise discursiva**. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos sobre os movimentos sociais nas capas da revista *Veja*. *Veja* é uma publicação voltada ao mercado, com uma linha editorial que defende a iniciativa privada. Foram selecionadas 18 capas entre 1968, ano de fundação da revista, e 2012; destas, oito trataram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), duas da União Democrática Ruralista (UDR), que se opunha aos sem-terra; quatro do movimento sindical e quatro do movimento estudantil. O problema de pesquisa que conduziu este trabalho foi: como os movimentos sociais são representados na capa da *Veja* e que efeitos de sentido são produzidos? Dentre as justificativas do presente trabalho está a circulação de *Veja*. Com 1,1 milhão de exemplares por semana, *Veja* é a revista de maior circulação no mercado editorial brasileiro e está entre as cinco maiores do mundo. Além disso, a Editora Abril, que edita a revista, mantém o programa “*Veja* em Sala de Aula”, que auxilia professores do ensino médio com matérias publicadas pela revista. As capas de revista se comportam como uma vitrine, utilizando-se de estratégias discursivas para atrair leitores e estimulá-los a avançar aos seus conteúdos internos. Para analisar as capas adotamos a metodologia da Análise de Discurso, combinada com considerações teóricas sobre o jornalismo contemporâneo e breves recorrências à semiótica, especialmente, na análise de cores, quando adotadas nas capas analisadas. As análises chegaram à conclusão de que *Veja* utiliza-se de efeitos de sentido para manipular imagens e textos estampados nas suas capas. Algumas vezes, tais efeitos de sentido são adotados apenas na mudança de cor da imagem; em outras, a manipulação é sutil, conforme detectou a Análise de Discurso, que analisa a trajetória histórica e social do discurso para compreender o que se passa no presente. Para tanto, o trabalho em questão apresentou a trajetória de *Veja*, quando surgiu e como se comportou em determinadas épocas, facilitando a compreensão das condições de produção de suas capas.

Palavras-chave: Revista *Veja*; Movimentos sociais; Imagem; Análise de Discurso.

OLIVEIRA, Airton Donizete de. **The social movements on the cover of *Veja* Magazine: a discursive analysis**. 2015. 143 pages. Dissertation (Master's degree in Communication) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

This dissertation aimed at analyzing the effects of meaning produced over the social movements featured on covers of *Veja* magazine. *Veja* is a publication destined for the market; it has a publishing editorial that defends the private sector. In our study, 18 covers of publications between 1968, year when the magazine was founded, and 2012. Eight of those covers featured the “Brazilian Landless Workers’ Movement” (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST*); two of them featured the “Brazilian Democratic Association of Ruralists” (*União Democrática Ruralista, UDR*), which opposed MST; four covers presented the Brazilian Labor Union and four of them, the Brazilian Student Activism. The research problem on which our study was based upon was: how the social movements are represented on *Veja* covers and what meaning effects are produced? Among the reasons for the realization of the present study, we can mention the fact that *Veja* is the magazine with the largest circulation in Brazilian editorial market and is among the five greatest magazines in the world, selling around 1.1 million of copies per week. Besides that, “*Editora Abril*” (“Abril Publishing House”), that issues *Veja*, sponsors the program “*Veja em Sala de Aula*” (in English, “*Veja in the Classroom*”), which helps secondary school teachers with articles published in the magazine. The covers of the magazine act like a shop window, using discursive strategies to attract readers and stimulate them to go forward into its inside content. In order to analyze the covers, we adopted the Discourse Analysis methodology, matched with theoretical considerations on contemporary journalism and brief consultations to semiotic, especially during the color analyses, when they were used for analyzing the covers. By means of the analyses, we could conclude that *Veja* magazine uses meaning effects in order to manipulate images and texts presented on its covers. In some cases, the meaning effects are adopted only at the image color change; in others, the manipulation is subtle, as detected by Discourse Analysis, which analyzes the discourse historical and social trajectory so as to understand what happens in the present moment. In order to carry out this analysis, the study shows *Veja*’s trajectory, when it started and how it behaved in certain times, allowing the comprehension of the production conditions of its covers.

Keywords: *Veja* Magazine; Social movements; Image; Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Capa publicada em 20 de maio de 1992. “Pedro Collor Conta Tudo”.....	23
Figura 2 –	Veja em Sala de Aula	25
Figura 3 –	Capa publicada em 19 de junho de 1985. “Os fazendeiros se armam”.....	29
Figura 4 –	Capa publicada em 23 de abril de 1997. “Eles chegaram lá”	30
Figura 5 –	Capa publicada em 10 de maio de 2000. “A tática da barderna”	31
Figura 6 –	Capa publicada em 29 de outubro de 2014. “Eles sabiam de tudo”	34
Figura 7 –	Narciso se encanta com a própria sombra	40
Figura 8 –	Capa publicada em 3 de junho de 1998. “A esquerda com raiva”.....	44
Figura 9 –	Capa publicada em 21 de janeiro de 1992. “Já vai tarde”	46
Figura 10 –	Capa publicada em 27 de fevereiro de 2008. “Já vai tarde”	47
Figura 11 –	Capa publicada em 23 de abril de 1969. “Isto é um assalto”.....	50
Figura 12 –	Capa publicada em 25 de setembro de 1996. “Vale a pena andar armado?”.....	51
Figura 13 –	Capa publicada em 23 de outubro de 1968. “Ah, Jacqueline!”.....	53
Figura 14 –	Movimentos Sociais.....	60
Figura 15 –	Mobilização do MST	66
Figura 16 –	Movimento Estudantil na Ditadura Civil/ Militar.....	67
Figura 17 –	Movimento Estudantil “Fora Collor”	68
Figura 18 –	Movimento Sindical.....	71
Figura 19 –	Capa publicada em 15 de agosto de 1990. “A escalada da selvageria”	74
Figura 20 –	Capa publicada em 24 de abril de 1996. “Brasil”	77
Figura 21 –	Capa publicada em 16 de abril de 1997. “A marcha dos radicais”	80
Figura 22 –	Capa publicada em 23 de abril de 1997. “Eles chegaram lá”	83
Figura 23 –	Capa publicada em 3 de junho de 1998. “A esquerda com raiva”.....	86
Figura 24 –	Capa publicada em 10 de maio de 2000. “A tática da baderna”.....	88
Figura 25 –	Capa publicada em 18 de junho de 2003. “A esquerda delirante”.....	92
Figura 26 –	Capa publicada em 31 de agosto de 2009. “Abrimos o cofre do MST”	95
Figura 27 –	Capa publicada em 19 de junho de 1985. “Os fazendeiros se armam”.....	98
Figura 28 –	Capa publicada em 18 de junho de 1986. “A força da UDR”.....	102
Figura 29 –	Capa publicada em 16 de outubro de 1968. “Todos presos”.....	105
Figura 30 –	Capa publicada em 1º de setembro de 1971. “Universidade Brasileira”.....	108
Figura 31 –	Capa publicada em 10 de outubro de 1979. “UNE: A esquerda na universidade”	112
Figura 32 –	Capa publicada em 19 de agosto de 1992. “Anjos rebeldes”.....	114
Figura 33 –	Capa publicada em 28 de março de 1979. “Confronto no ABC”	118
Figura 34 –	Capa publicada em 7 de novembro de 1979. “O desgaste das greves”	121
Figura 35 –	Capa publicada em 17 de dezembro de 1986. “Como a greve geral fracassou”	124
Figura 36 –	Capa publicada em 31 de maio de 1995. “FHC peita a CUT”	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AD	Análise de discurso
AI-5	Ato Institucional Número Cinco
CGC	Comando Geral de Greve
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COB	Confederação Operária Brasileira
CP	Condições de Produção
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FD	Formação discursiva
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INAE	Instituto Nacional de Altos Estudos
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
IVC	Instituto de Verificação de Circulação
LSN	Lei de Segurança Nacional
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara
MD	Memória discursiva
MS	Memória Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PRN	Partido da Renovação Nacional
PS	Posição sujeito
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Publiabril	Portal de Publicidade da Abril
PV	Partido Verde
SAC	Sociedade dos Amigos da Cidade de São Paulo
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
UDR	União Democrática Ruralista
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	15
2	REVISTA VEJA	20
2.1	TRÊS FASES FRENTE AO MST	28
2.2	ESPELHO DEFORMADO.....	32
2.3	A MANIPULAÇÃO DECIFRADA.....	35
3	FOTOGRAFIA	40
3.1	A IMAGEM NA CONTEMPORANEIDADE.....	40
3.2	LINGUAGEM QUE SE REPETE.....	45
3.3	RECORRÊNCIA DA COR NA INFORMAÇÃO	49
3.4	SILÊNCIO NÃO É AUSÊNCIA DE PALAVRAS	52
3.5	A FOTOGRAFIA SOB O VIÉS DA AD.....	54
4	BREVE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	57
4.1	MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	60
4.2	A BORDAGEM ESTRUTURAL.....	61
4.3	UM POUCO DA HISTÓRIA DO MST.....	64
4.4	A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	66
4.5	A LUTA SINDICAL.....	69
4.6	AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 E O DECRETO 8.243	72
5	CAPAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - MST E UDR	74
5.1	ANÁLISE DAS CAPAS - MOVIMENTO MST.....	74
5.2	UDR SE ORGANIZOU PARA SE OPOR AO MST	97
6	CAPAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ESTUDANTIL E SINDICAL	105
6.1	ANÁLISE DAS CAPAS - MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	105
6.2.	ANÁLISE DAS CAPAS - MOVIMENTO SINDICAL.....	117
6.3	REFLEXÕES NECESSÁRIAS	129
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	136
	ANEXOS	142
ANEXO 1 -	CAPAS ANALISADAS - MOVIMENTOS SOCIAIS - MST E UDR	142
ANEXO 2 -	CAPAS ANALISADAS - MOVIMENTOS SOCIAIS - ESTUDANTIL E SINDICAL	144

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os movimentos sociais na capa da Revista *Veja*, entre 1968, ano de fundação da revista, e 2012. Neste período foram publicadas 18 capas de movimentos sociais: oito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), duas da União Democrática Ruralista (UDR) - que se opunha aos sem-terra; quatro do movimento sindical e quatro do movimento estudantil. Para analisar tais capas será utilizada a metodologia de Análise de Discurso, com breves recorrências à semiótica, principalmente em relação à análise de cores nas imagens, e a teorias sobre a fotografia e o jornalismo contemporâneo.

O que me motivou a fazer este trabalho é minha relação com os movimentos sociais. Sempre acompanhei a atuação deles. Ao cursar especialização em Comunicação Popular e Comunitária na Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2011/2012) analisei dez capas da revista *Veja* sobre o MST. Concluí que os sem-terra constituem um movimento de suma importância para a sociedade brasileira e lutam por uma causa que vem desde o Brasil colônia e até hoje não resolvida: a reforma agrária. O fato de ser filho de meeiros (meus pais trabalharam na roça e sempre lutaram por um pedaço de terra, como se diz lá no interior do Estado de São Paulo, mas não conseguiram adquiri-lo) também me incentivou a estudar os movimentos sociais do Brasil. Portanto, resolvi estudar a relação deles com a grande mídia, analisando-os nas capas da *Veja*.

Publicada pela Editora Abril, *Veja* foi lançada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Com tiragem média de 1,1 milhão de exemplares por semana é a revista de maior circulação no mercado editorial brasileiro e está entre as cinco maiores do mundo. É uma publicação que trata de temas do cotidiano brasileiro e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento; tecnologia, ecologia e religião por vezes também são abordados, inclusive nas capas. As capas da *Veja*, na maioria das vezes, retratam assuntos ocorridos na semana da publicação.

Uma grande manifestação, por exemplo, *Veja* apresenta seu ponto de vista sobre aquele movimento retratando, na capa, algum militante ou mesmo cenas da manifestação, prática que ocorreu com o MTS, o movimento sindical dos metalúrgicos do ABC (SP) e o movimento estudantil. Partindo da análise de como a revista retrata esses movimentos, definimos o problema deste trabalho: como os movimentos sociais são retratados nas capas da *Veja* e que efeitos de sentido são

produzidos? Também levantamos outras questões: *Veja* é uma publicação voltada ao mercado, com uma linha editorial que defende a iniciativa privada, pressupõe-se que a revista seja contra os movimentos sociais; a capa é uma espécie de vitrine das revistas, ao destacar, criticamente, os movimentos sociais nas suas capas, estaria *Veja* colocando-os em evidência para que sejam rejeitados pela população? Os efeitos de sentido nas capas da revista sobre os movimentos sociais levariam os leitores a vê-los como ameaça à ordem e à paz sociais?

Passamos então ao objetivo geral do trabalho em questão que é identificar os efeitos de sentidos nas capas da *Veja* sobre os movimentos sociais. Este se desmembra nos objetivos específicos: analisar elementos que ajudam a formar imagem exposta nas capas da *Veja* sobre os movimentos sociais; realizar a análise de tais capas com base na história da revista, da fotografia e dos movimentos sociais; verificar se foi adotado o princípio básico do jornalismo, que é checar as várias versões de um fato, nas capas em questão e analisar o período de circulação da revista, de 1968, ano da sua fundação, até 2012, para verificar sua atuação jornalística.

Após o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentamos a justificativa deste trabalho. Nas bancas ou na internet, revistas exibem suas capas, que funcionam como vitrines para seduzir os leitores. Uma capa com uma imagem atraente e uma chamada incisiva tem chance de conquistar o leitor. Embora não seja a única estratégia para levá-lo a folhear a revista, a imagem está ali, à vista, nas bancas de rua ou na internet. Como diz Marília Scalzo (2009, p. 62):

Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. Capa, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa, “é feita para vender revista”. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor.

O poder da imagem é relevante. A fotografia cumpre uma função e, mais que a palavra escrita, numa capa de revista, pode atrair aquele leitor que passa em frente a uma banca ou a acessa na internet. De acordo com Scalzo (2009, p. 62): “Antes de ler qualquer palavra, a fotografia vai prendê-lo àquela página ou não. Fotos provocam reações emocionais, convidam a mergulhar num assunto, a entrar numa matéria”. Outra justificativa desta dissertação é servir de parâmetro para professores do ensino médio que utilizam a *Veja* em sala de aula. Tanto é que a

Editora Abril dispõe de um projeto chamado “*Veja na Sala de Aula*” (VEJA..., 2014), cujo objetivo é auxiliar professores do ensino médio. Segundo a Editora Abril, é um projeto que transforma reportagens da edição mais atual de *Veja* em planos de aula. Toda semana, especialistas analisam a revista e selecionam quatro temas relevantes, que versam sobre atualidades e servem de conteúdos curriculares para o ensino médio. O projeto é uma parceria entre a *Veja* e a Fundação Victor Civita, entidade sem fins lucrativos ligada ao Grupo Abril, que afirma ter como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Entre as justificativas também está mostrar a luta dos movimentos sociais pela melhoria das políticas públicas em relação à categoria que representam. O MST, por exemplo, é uma das principais organizações surgidas no Brasil pós-ditadura civil/militar. É uma das poucas entidades civis que conseguem pressionar o Governo Federal e mostrar à sociedade que o Brasil precisa de uma reforma agrária. Quando se fala em reforma agrária, é bom lembrar que se trata de uma reivindicação antiga. A concentração de terra no Brasil vem desde os tempos da colônia e está ligada à falta de cidadania, que também perdura desde aquela época. José Murilo Carvalho (2001, p. 17-18) afirma:

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco animadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.

Se outrora era assim, não interessa ao Estado e à classe dominante que haja mudanças. Um dos seus representantes é a chamada grande mídia, como faz *Veja*, que combate sem trégua os movimentos sociais atuantes, principalmente o MST, cujo objetivo é provocar mudanças no sistema político brasileiro. O mesmo se pode dizer dos movimentos estudantil e sindical. Este realizou grandes manifestações e paralisações no fim da década de 1978 e nos anos de 1980. A pressão exercida pelos sindicalistas resultou em conquistas. A Constituição de 1988, por exemplo, além de representar o marco entre o regime militar e a democracia, também significou a conquista de vários direitos trabalhistas e sociais. Na área econômica, os constituintes fortaleceram a estrutura do Estado, estabelecendo os monopólios da

exploração do subsolo, do minério, do petróleo, dos recursos hídricos, do gás canalizado, das comunicações e do transporte marítimo. A Constituição também reestruturou os Poderes da República e fortaleceu o Ministério Público, transformando-o em um órgão independente, autônomo e detentor da prerrogativa da ação civil pública.

A força do movimento estudantil também não foi em vão. Aliados a outros movimentos sociais pressionaram para que existissem avanços na Constituição. E conseguiram. Com a promulgação da Carta, todo brasileiro acima de 16 anos passou a ter o direito ao voto para escolher seus governantes e representantes. Antes, só tinham essa prerrogativa os maiores de 18 anos. Os constituintes também ratificaram a Emenda Constitucional 25, de 1985, que estabeleceu o voto facultativo para os analfabetos. O Artigo 14 da Constituição estabelece que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”. Também determina que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos.

1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia predominante, para analisar as capas propostas neste trabalho, é Análise de Discurso (doravante, AD). Falar de AD é falar do outro, que interage com seu interlocutor. Diferentemente de outras disciplinas que estudam a linguagem, a AD não trabalha com a língua apenas como sistema de signo, embora esta lhe interesse. Baseia-se na Linguística, na Psicanálise e no Materialismo Histórico. Para a AD, a língua não é transparente, é opaca, porque o sujeito é afetado pela ideologia. Ou seja, ele não é dono de seu dizer, porque seu discurso se constitui pelo pré-construído.

Segundo esse mecanismo da língua, há dois esquecimentos formulados por Pêcheux e referendados por Eni Puccinelli Orlandi (2012a). Ambos recaem sobre o sujeito: no primeiro, ele tem a ilusão de ser o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, apagando tudo que remeta ao exterior de sua Formação Discursiva; no segundo, o sujeito imagina que tudo que ele diz apresenta apenas um significado, que será captado pelo seu interlocutor. Há o esquecimento de que o

discurso caracteriza-se pela retomada do já dito, tendo o sujeito a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz.

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos (ORLANDI, 2012a, p. 35-36).

A autora afirma que o esquecimento é estruturante, pois é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. Esclarece, no entanto, que as ilusões não são “defeitos”, mas uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentido. “Os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito - e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos” (ORLANDI, 2012a, p. 36). Assim, as palavras adquirem sentidos, que significam retomando as palavras já existentes, como se elas se originassem neles. Assim também sentido e sujeitos estão sempre em movimento. Sempre significam de muitas e variadas maneiras. São sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo, sempre outras.

Por isso, AD não é Análise de Conteúdo. Enquanto esta se preocupa apenas com o texto, aquela vê o texto como materialidade do discurso. Este é uma prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. Portanto, o que ele significa não está ali, à vista, está no pré-construído. Aquilo que não está no texto, mas no discurso. Isto ocorre também porque a produção dos discursos é controlada pela sociedade. Por exemplo, um professor, em sala de aula, fala de acordo com o protocolo que determina a Posição/Sujeito dele. Numa conversa com um amigo, o discurso muda. Ou seja, o professor ali não fala como professor. Como diz Michel Foucault (2012, p. 8-9): “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos [...]”.

Para melhor compreender a AD, falemos um pouco de sua origem. Não há muita convergência entre os estudiosos desta disciplina, mas pode se afirmar que o estudo do discurso começou com os formalistas russos. No estudo do texto, eles ultrapassaram a abordagem meramente filológica ou impressionista, que imperava

no estudo da língua. Este estudo, desenvolvido pelos estruturalistas, se limitava à estrutura do texto. Não abordavam aspectos exteriores, que trazem o pré-construído.

Ferdinand de Saussure (1857-1913) deixou seu legado ao estudo da linguagem, perfazendo o conceito dicotômico entre língua e fala. Uma contribuição valorosa, sem dúvida, mas limitada pelas consequências da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos. Mikhail Bakhtin (1895-1975), filósofo e pensador russo, seguiu outro viés. Como Saussure, ele também parte do princípio de que a língua é um fato social, mas a vê como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando assim a fala.

Com Bakhtin (1992), vem à tona a enunciação. “A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também outra parte, não verbal, que corresponde ao contexto da enunciação” (BRANDÃO, 2004, p. 8). Desta forma, o linguista russo diverge de Saussure e a escola do subjetivismo individualista representada por Karl Vossler – 1872-1949 - e seus discípulos. Para eles, o enunciado era um ato individual e não estaria inserido na linguística. Com Bakhtin (1992), o enunciado se torna parte fundamental da língua, necessário à compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

Nos anos 1950, estudos de Zellig Sabbetai Harris (1909-1992), Roman Osipovich Jakobson (1896-1982) e Émile Benveniste (1902-1976) ultrapassam as análises restritas à frase e começam a dar forma de uma disciplina para a AD. Retomada por Michel Pêcheux (1938-1983), a AD passou por três fases. A primeira (1969) foi marcada pela análise automática do discurso. Uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma. De tal forma que, segundo Pêcheux (1990), um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”. Nesta fase, o sujeito é entendido como um ente histórico, não é o indivíduo, mas o sujeito histórico. Também uma concepção de sujeito influenciada pelo althusserianismo.

A segunda fase (1975) é dos tateamentos, das incertezas. O objeto de estudo deixa de ser a máquina fechada em si mesma e passa a ser concebido nas relações entre máquinas estruturais discursivas. Surgem as noções de FD e interdiscurso, que vão desestruturar a ideia inicial de maquinaria discursiva. Solidifica-se a relação entre maquinaria discursiva com seu exterior, cujas evidências linguísticas são

fornecidas por pré-construídos e discursos transversos, que são elementos que vêm de fora e se materializam em uma FD. Na terceira fase, Pêcheux se aproxima de Foucault e revê o conceito de FD. Não basta a AD apenas refletir sobre a crise no campo político e histórico, mas também precisa incorporar à sua prática a evolução das teorias linguísticas. “O primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural” (PÊCHEUX, 1990, p. 315). O discurso é um lugar de ruptura, tal como a língua e a história que o concebem.

Falemos um pouco do sujeito na AD. Na análise do *corpus* em questão, conforme determina a AD, não vamos tratar do sujeito empírico, individualizado, mas do sujeito interceptado pela ideologia e clivado pelo interdiscurso. É a polissemia que o caracteriza como uma aura. Não a vemos, mas ela acompanha o corpo físico. Assim é a AD. Como ensina Eni Puccinelli Orlandi (2012a, p. 53): “Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto, escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições”. Assim, surge o efeito de sentido, que constitui o interdiscurso. É a incompletude da linguagem, que se “completa” no entremeio, da relação, da falta, do movimento. “Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível” (ORLANDI, 2012a, p. 52).

Partindo do pressuposto de que a língua não é transparente e apresenta seus embustes, abordemos a FD. Nesta análise, ela se torna importante para desvendar o discurso de *Veja*. A FD não se origina de um lugar físico. É representada por formações imaginárias designando o lugar dos interlocutores. Assim, há um jogo entre os discursos dos interlocutores na construção de estratégias discursivas. A PS ocupa um lugar imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social.

Falando em formação social, abordemos a memória, que, na AD, é tratada como interdiscurso¹. É o que fala antes, em outro lugar e independe do que ocorre no presente. É o que chamamos de Memória Discursiva. Assim a define Orlandi (2012a, p. 31): “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. O sujeito é afetado pelo interdiscurso, tornando-se portador de

¹ Para Orlandi (2012a), Memória Discursiva e Interdiscurso é a mesma coisa, ao contrário de outros teóricos da AD, que os consideram distintos. Diz ela: “A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso” (ORLANDI, 2012a, p. 31).

outros discursos, que assume, inconscientemente. Por exemplo, numa determinada faixa está escrito: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Este dizer é atravessado por um interdiscurso praticado na ditadura civil/militar brasileira (1964/1985). Este dizer foi utilizado pelos militares para afirmar que as pessoas deveriam escolher: ficavam no Brasil ou deixavam-no. Ou seja, quem não era favorável aos militares, era contra. “O que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2012a, p. 32, grifo do autor).

Portanto, a AD é um campo vasto, cujos estudos continuam a referendá-la e a apontar novos rumos de pesquisa. Como afirma Orlandi (2012a), a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2012a, p. 15). Se o discurso é uma espécie de percurso e, por meio dele, observa-se o homem falando, então ele faz parte da ação humana. Por exemplo, na fotografia. O fotógrafo fotografa de um lugar, portanto, está submetido às Condições de Produção. Quem determina que ele faça a fotografia (editor ou dono da empresa jornalística) - no caso analisado neste trabalho: a análise de capas da *Veja* sobre movimentos sociais - também age sob o pré-construído. Ou seja, o já dito em algum lugar produz sentido, interceptando o sujeito.

Por falar em CP, uma das vertentes da AD, é necessário conhecermos mais profundamente a revista *Veja* e a editora que a publica, a Abril. Por se tratar do objeto central deste trabalho, é fundamental verificarmos os meandros nos quais se baseia sua linha editorial e como retrata as questões publicadas. Assim como o nascimento e a trajetória desta revista do grupo Abril. Começando pelo surgimento da imprensa no Brasil que, em relação a outros países da América Latina, enfrentou problemas com a censura. Os primeiros jornais surgiram por aqui apenas com a chegada de dom João VI e a Corte Portuguesa, em 1808. A imprensa brasileira se expandiu, cresceu, mas não se desvencilhou de velhos problemas, cuja discussão continua na contemporaneidade. A questão ética, por exemplo. Um meio de comunicação poderia se constituir num partido político? Tais assuntos serão abordados no próximo capítulo.

2. REVISTA VEJA

Desde a colonização, a imprensa brasileira passou por períodos de censura. Sérgio Buarque de Holanda (1999) diz que, por volta de 1570, Portugal vivia sob três censuras: Episcopal ou do Ordinário, da Inquisição e da Régia. Era proibida a impressão de qualquer obra sem ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. Portugal, intimidado pela censura e por medo de que a Colônia se rebelasse, não permitia a impressão de livros no Brasil. Segundo Holanda (1999), da Universidade do México, entre 1775 e a Independência brasileira, saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. Enquanto no Brasil, no mesmo período, o número de graduados foi dez vezes menor; ou seja, 720.

O autor diz que em 1535 se imprimiam livros na Cidade do México. Por volta de 1747, existiam estabelecimentos gráficos nas principais cidades da América Latina. No mesmo ano surgiu, no Rio de Janeiro, uma oficina de impressão, a Antônio Isidoro da Fonseca que, por ordem real, fechou. Holanda (1999) reproduz trechos da Carta Régia de 5 de junho de 1747, que manda sequestrar e devolver ao Reino, por conta e risco dos donos, as “letras de imprensa”, alegando não ser conveniente que no Estado do Brasil

[...] se imprimão papeis no tempo presente, nem ser utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem hir impressos os livros e papeis no mesmo tempo em que d’elles devem hir as licenças da Inquizição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quaes se não podem imprimir nem correrem as obras (HOLANDA, 1999, p. 120).

Não interessava aos portugueses que a Colônia se desenvolvesse intelectualmente. O Brasil dependia muito de Portugal, diferente da colonização hispânica, que deu autonomia a suas colônias na América. Com isso, o atraso brasileiro estabeleceu-se. O Reino temia que a colônia se rebelasse. Holanda (1999, p. 121) afirma: “Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio”. Para fugir da censura, o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado pelo jornalista Hipólito José da Costa, em 1808, era impresso e distribuído

em Londres. No Brasil, nesse período já se imprimia alguma coisa, mas sob a censura de uma Junta formada por Portugal. “Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais” (SODRÉ, 1983, p. 19). Só em 1808, com a chegada da Corte de dom João VI, portanto, por iniciativa oficial, a imprensa chegou ao Brasil. O primeiro jornal impresso no País foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 8 de setembro de 1808.

Apesar das dificuldades, a Imprensa se expandiu. Conviveu com a Monarquia, a República e chegou ao século XXI. Os maiores entraves foram o Estado Novo (1937/1945) e o golpe civil/militar (1964/1985), que restringiram a liberdade de imprensa. Em 1968, a censura endureceu com o Ato Institucional Cinco, o AI 5. Neste cenário nasceu *Veja*, criada naquele ano, pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. O grupo já editava a revista *Realidade*, que saiu de circulação em 1976.

Victor Civita (1907/1990), estadunidense naturalizado brasileiro, fundara, em 1950, a Editora Abril, que publica a revista semanal *Veja*. Com a morte de dele, seu filho, o ítalo-americano, Robert Civita (1936/2013), naturalizado brasileiro, que passou a se chamar Roberto Civita, assumiu a editora. Em março de 2013, a revista americana *Forbes* colocou-o como o 258º homem mais rico do mundo, com uma fortuna estimada em US\$ 4,9 bilhões. A primeira publicação da Abril foi a versão do Pato Donald em português. Atualmente, ela dispõe de 54 títulos com publicações destinadas a vários segmentos. Entre eles, a *Veja*, cujos dados do Publiabril (Portal de Publicidade da Abril) são os seguintes: Assinaturas média: 907.352; tiragem média: 1.145.027; avulsas média: 113.923; circulação líquida média: 1.021.275². No início, *Veja* teve dificuldades. Lutou contra a censura do governo civil/militar, até acertar sua fórmula editorial. Em 1971, as vendas começaram a se expandir. A revista passou a ser vendida por assinatura. Hoje, as assinaturas correspondem a 80% da venda dos seus exemplares. Segundo Scalzo (2009), para formar a primeira equipe de *Veja*, a Editora Abril selecionou em todo o país, e treinou durante três meses, 100 jovens com formação superior, dos quais 50 foram aproveitados na Redação da revista.

A iniciativa resultou no primeiro curso de jornalismo da empresa, e também o primeiro a falar de jornalismo em revista. Tal prática é mantida até hoje. Os jornalistas que atuam nas revistas da Abril são selecionados pelo grupo. *Veja* trata

² Fonte: Instituto de Verificação de Circulação (IVC) de janeiro e fevereiro/2014

de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento; tecnologia, ecologia e religião por vezes também são abordadas. Possui seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras variedades. A maioria dos seus textos é elaborada por jornalistas, porém nem todas as seções são assinadas. No Brasil, de acordo com Scalzo (2009), a primeira concorrente de *Veja* foi *Visão*, que já existia quando a revista da Editora Abril foi lançada. Depois vieram *Isto é*, *Afinal*, *Época*, *Carta Capital*, *Caros Amigos*, *Piauí*, entre outras. O leitor de *Veja* se assemelha ao da revista *Visão* que, lançada em 1952, tinha uma linha editorial voltada para um público formado por empresários, executivos e integrantes da classe média.

Visão aproveitou a consolidação de uma sociedade urbana e industrial no País, na década de 1950, e criou um modelo de jornalismo que privilegiava a análise, a clareza das informações e a capacidade de síntese. Segundo Carla Luciana Souza da Silva (2005), a criação da Editora Abril e mais tarde o surgimento de *Veja* se inserem em um momento de expansão do capitalismo, desenvolvimento tecnológico e consolidação dos grandes veículos de comunicação. Inspirada na revista norte-americana *Time*, *Veja* passou por inúmeras reformulações gráficas, mas mantém a proposta inicial: uma revista semanal de assuntos gerais.

A capa, espaço analisado neste trabalho, é uma parte nobre das revistas. Funciona como síntese da edição. Nela é destacado o assunto principal com chamadas para itens de menor importância, conforme decide o editor. Mas a capa tem um objetivo: fisgar o leitor. A partir dela, se não tiver interesse específico pela publicação, ele pode ou não folhear a revista. Nas bancas ou mesmo em sites e blogs da Web, a capa é um chamariz. Muitas vezes, o leitor se atém a ela, sem avançar ao conteúdo interno. Para Scalzo (2009), uma boa revista precisa de uma capa que ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. Por isso, afirma que a capa deve ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor.

A revista *Negócios da Comunicação*, publicação dirigida a jornalistas e executivos da comunicação, relaciona em “A revista ideal”, algumas regras para uma revista se dar bem no mercado. Uma das dicas é: “Produzir capas com chamadas claras, que tenham visibilidade” (NEGÓCIOS..., 2011, p. 57). A produção e edição de uma capa exigem do editor conhecimento do assunto que será destaque.

Para Scalzo (2009, p. 63), notícias quentes e exclusivas vão sempre redundar em capas fortes e chamativas: “Como se costuma dizer nas redações, com certo tom de humor: Papa morto vende, Papa vivo, não”. Por exemplo, em 20 de maio de 1992, quando *Veja* publicou a histórica entrevista exclusiva com Pedro Collor de Mello (capa abaixo) denunciando o irmão - o então presidente Fernando Collor -, não foi preciso mais nada além de estampar a fotografia do personagem ao lado da chamada: “Pedro Collor conta tudo”. É o caso típico de uma capa que já nasceu pronta. Acrescenta Scalzo (2009, p. 63): “Em qualquer situação, uma boa imagem será sempre importante - e é ela o primeiro elemento que prenderá a atenção do leitor”.

Figura 1 –Capa publicada em 20 de maio de 1992. “Pedro Collor conta tudo”.



Fonte: *Veja* (1992).

Uma boa imagem pode resultar numa capa atrativa. Assim, se terá mais chance de persuadir o leitor para o conteúdo interno. Muitas vezes, no entanto, capas atrativas não são éticas e remetem a conteúdos internos que também fogem dos princípios éticos. A linha editorial de *Veja*, conforme Silva (2005) foge do que se pode considerar um jornalismo ético, preocupado em bem informar seus leitores. “A ação de *Veja* é tríplice: formula projeto, organiza e gerencia, age pedagogicamente em torno dele”, relata Silva (2005, p. 22), afirmando que tal posição a torna um partido político, demarcando sua linha editorial como um manual que dita à classe

política e à sociedade um modelo neoliberal de governo. “Todas essas são ações (ações da revista) partidárias, nos moldes proposto por Gramsci, que entende jornais e revistas como parte ativa do processo político” (SILVA, 2005, p. 22), que acrescenta:

Isso se dá porque eles (os meio de comunicação) têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo, as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação (SILVA, 2005, p. 31).

Mas essa ação partidária teoricamente é contraditória porque os meios de comunicação se dizem imparciais. Embora saibamos que na prática sejam parciais. Alguns revelam seu posicionamento editorial; outros dizem ser imparciais, mas na materialidade do discurso revelam a quem defendem. Sabemos que a imparcialidade não existe. A própria AD, metodologia utilizada neste trabalho, nos mostra que não há ato de comunicação imparcial. O sujeito é histórico e social e, como tal, é afetado pela ideologia. O problema é quando um meio de comunicação age como partido político, disseminando uma ideologia. No caso da *Veja*, isso se dá de forma contínua, conforme Silva (2005). É uma revista que propõe informar seus leitores que não leem o cotidiano, ou que querem ter um resumo da semana. Mesmo com o avanço da Internet, as revistas semanais ainda despertam a atenção do leitor.

No caso de *Veja*, a ação partidária é mais grave porque a revista a omite. Segundo Silva (2005), a linha editorial de *Veja* situa-a no campo da imprensa liberal, embora não esclareça sua ação jornalística (deontologia, manual de redação, atuação de editores e repórteres, entre outros). Apresentando-se como um meio de comunicação sério, objetivo e confiável, que defende o cidadão, representando-o e propondo soluções para a realidade em que este vive. Ao abrir o site da revista, um anúncio recomenda: “Assine *Veja*: Pra não ficar indiferente”.

Ou seja, quem não a lê estaria alheio à realidade, indiferente ao que acontece no mundo. Na ótica dela, não existe outro caminho. A receita é indispensável, quem não adotá-la estaria sujeito ao fracasso. Apresenta-se dando sentido à sua ação, dizendo que seu leitor é “formador de opinião”. “Diz estar explicando o que acontece, inclusive ‘poupando tempo’ do leitor, o que diz acaba sendo a versão sobre a realidade que acaba prevalecendo” (SILVA, 2005, p. 36). Como sentencia um dos seus sócios, Roberto Civita, no Publiabril (Portal de Publicidade da Abril):

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos (PUBLIABRIL, 2014).

A missão de *Veja*, como afirma um dos seus sócios, é repensar e reformular o Brasil, destacando ele que a revista existe para que seus leitores entendam melhor o mundo em que vivemos. Novamente, deparamos com a linha de ação pedagógica, à qual se refere Silva (2005). Além da atuação frente ao leitor convencional, a revista dispõe do projeto *Veja em Sala de Aula*, destinado a estudantes do ensino médio, cujo slogan é: “Indispensável para um ensino de qualidade”. “Em certa medida, trata-se da mídia assumindo para si o papel da escola, ou ainda, complementando seu papel de educar para o capital” (SILVA, 2005, p. 633).

Figura 2 – *Veja em Sala de Aula*.



Fonte: *Veja*... (2014).

De acordo com ela, a ação pedagógica se dá nas coberturas internacional e cultural. Esta fórmula que Silva (2005) chama de “admirável mundo novo” serve de fonte para professores do ensino médio, que veem na revista uma forma atualizada

de levar à sala de aula fenômenos da história atual. Mas essa aparência neutra de mediadora da notícia, que seria mais evidente na cobertura internacional, cai por terra. Pesquisas da autora demonstram uma coerência com a preservação da hegemonia norte-americana, apontada como indispensável para manutenção dos padrões de acumulação e reprodução do capital.

“Admirável mundo novo” está associado à ação pedagógica de *Veja*, cujos temas culturais são agregados à economia política, pois são essenciais para manutenção e reprodução do capital. Trazem no seu bojo um estilo de vida fundamental para a manutenção do projeto político e econômico gestado pela revista. Reduzem-se os dramas sociais presentes nas grandes metrópoles e os apresenta como opções individuais. A espetacularização substitui as mazelas. “É neste campo que a revista busca intervir, pois evidentemente, não está se dirigindo aos próprios miseráveis. Contra essa realidade é proposto um mundo de aparente harmonia, ‘o mundo do espetáculo’”, observa Silva (2005, p. 634, *grifo do autor*).

A acumulação do capital propicia o espetáculo. Embora não se restrinja ao sistema capitalista, o espetáculo encontra nele condições de desenvolvimento. Consumo desenfreado, sucesso a qualquer preço, excesso de exposição na mídia, culto ao corpo e cultura massificada são atributos de uma sociedade capitalista. “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”, afirma Guy Debord (1997, p. 25). *Veja* aproveita-se para “vender” a imagem de um mundo que só existe na ótica capitalista. Debord (1997, p. 17-18) segue com sua análise e afirma que “o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e objetivação infiel dos produtores”.

No sistema capitalista age o sujeito *Veja*, que, por sua vez, faz parte da ação pedagógica. “Esse sujeito é a base da caracterização liberal da própria revista, que se vincula às noções de: opinião pública, responsabilidade social, quarto poder”, relata Silva (2005, p. 626). *Veja* sentencia como se fosse um juiz dizendo o que é bom e o que é ruim para seu leitor. Deixando prevalecer sua posição como portadora dos “interesses da sociedade”. “De fundo, trata-se da formulação do senso comum sobre a realidade, massificando, simplificando, manipulando” (SILVA, 2005, p. 626). Tal postura culmina com a tese do quarto poder. A imprensa seria aquele que vigiaria os demais, exercendo função de juiz. Mas não faz isso apenas em nome da ética ou por dever cívico. Como qualquer empresa privada tem seus interesses e

“[...] o faz em nome de um programa e um projeto muito bem definido por ela, seus estados maiores e *think tanks*” (SILVA, 2005, p. 627).

O projeto *Veja* é destinado a seus leitores que, de acordo com o Publiabril (2014) (Portal de Publicidade da Abril), se dividem: Classes A: 20%; B: 50%; C: 27%; D: 3% e E: 0%. Abertura ao capital externo, privatizações, manutenção dos oligopólios, figuram na linha que a revista propõe. Conforme afirma Silva (2005, p. 629, grifos do autor): “*Veja* preparou suas campanhas sobre os grandes temas: a ‘desmoralização’ do serviço público; a ‘falência das estatais’, as reformas constitucionais, a abertura de capitais”.

Esses preceitos, no entanto, não são oriundos da própria revista. Embora não haja uma relação explícita dela com o Fórum Nacional³, criado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, em 1988, a Editora Abril, especialmente *Veja*, se encarregou de divulgar seus ideais e práticas, consolidando a atuação partidária da revista. Silva (2005) diz que a linha de ação do Fórum não se limita à revista. Intelectuais que participaram dele ocuparam cargos técnicos no governo civil/militar (1964/1985). Mas a revista teve importante papel na divulgação dos ideais do Fórum, cuja tônica é a disseminação das práticas neoliberais de governo.

Veja, além de elogiar e dar-lhes cobertura, abriu diretamente suas páginas para que propusessem o seu “projeto nacional”, o que nos faz acreditar na existência de ligações orgânicas em termos de projeto político e de elaboração ideológica. No entanto, a revista não se assume enquanto porta-voz do Fórum, essa ligação é hipótese central de nossa tese (SILVA, 2005, p. 72-73, grifo do autor).

³ O Fórum Nacional é uma associação com cerca de 100 dos principais economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, iniciada em 1988 com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira. Em 1991, o Fórum Nacional foi formalizado e adquiriu permanência, com a criação do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), sociedade civil sem fins lucrativos. O Fórum Nacional não é uma simples instituição de pesquisa ou órgão de debates. Funciona como agente da sociedade civil, em caráter independente e apartidário e com sentido pluralista. Sua preocupação é contribuir para o diálogo das lideranças nacionais, públicas e privadas (Poder Executivo, Congresso, Poder Judiciário, organizações empresariais, sindicais, acadêmicas, confessionais, comunitárias, personalidades de prestígio e influência). Diálogo orientado pela busca de caminhos para o desenvolvimento do país, em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política e cultural. Fiel ao lema “Ideias para a modernização e o desenvolvimento do Brasil”, o Fórum Nacional tem objetivo de contribuir para acelerar o processo de transição econômica, social e política do país. Já realizou 21 Fóruns Nacionais, eventos anuais, que ganharam espaço público nacional com divulgação, em todo o país, pelos meios de comunicação (FÓRUM NACIONAL, 2014).

2.1 TRÊS FASES FRENTE AO MST

Para mostrar a relação de *Veja* com os movimentos sociais, um exemplo é o MST, que se tornou um dos alvos da revista. *Veja* tentou cooptá-lo. Ao perceber que não conseguiria, partiu para o ataque, extrapolando os limites do jornalismo ético e responsável. Mesmo quem não é simpático ao MST percebe os excessos da revista. *Veja* prega profundo ódio aos sem-terra e, ao mesmo tempo, inverte tentando fazer acreditar que é o movimento quem prega o ódio. Para *Veja*, a reforma agrária é mais um problema social sem muita importância. “A primeira coisa a ressaltar é que a reforma agrária, para a revista, não pode ser entendida como algo complexo, ela seria um problema social, portanto, sem qualquer vinculação política ou econômica” (SILVA, 2005, p. 588).

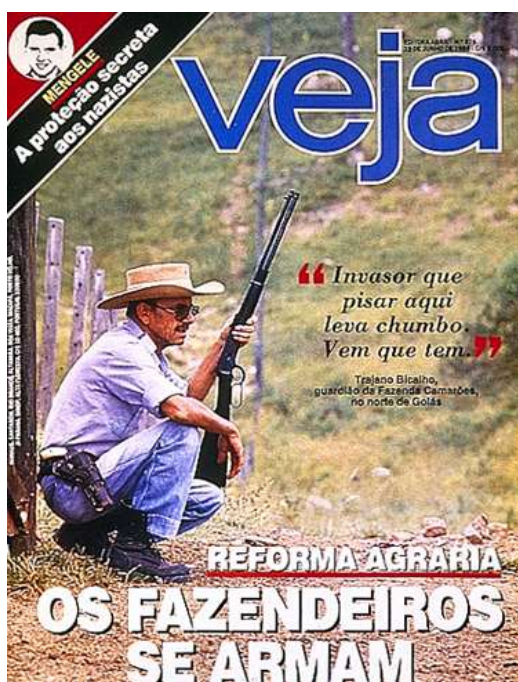
Mas nem sempre a revista se declarou inimiga dos sem-terra. De acordo com Eduardo Ferreira Souza (2004), a cobertura de *Veja* sobre o MST se divide em silêncio, cooptação e satanização. A primeira fase vai de 1984, ano da fundação do movimento, até 1995. O segundo período se dá entre 1996 e 1997. Por fim, a satanização, de 1998 até 2012, ano em que este estudo é finalizado. Souza atribui a cooptação à tentativa de atração feita pelo governo do então do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). O intuito era trazer o MST para o arco de alianças que o sustentava. “A intenção seria neutralizar o poder de contestação do movimento, reconhecendo suas demandas, [...] sem intervir de forma radical na estrutura fundiária” (SOUZA, 2004, p. 65).

Para algumas lideranças do MST, o movimento começou a se revelar no cenário nacional no terceiro congresso do MST em Brasília, em julho de 1995, do qual participaram cinco mil camponeses. Mas há divergências. Na opinião da socióloga Maria da Glória Gohn (2000), o divisor de águas entre o silêncio quanto ao movimento e sua posterior divulgação se dá em setembro de 1995, um mês após o massacre de Corumbiara (PA); episódio que resultou na morte de 12 sem-terra, entre eles, uma criança. Este fato pode ter revelado o objetivo e a força do movimento e influenciado os ataques da revista contra o MST. De acordo com Souza (2004), este episódio é um exemplo de que a revista ainda não declarara guerra ao MST. Souza (2004, p. 61) afirma:

Veja não pode ser incluída entre os meios de comunicação que tentaram incriminar o MST. Porém, não noticiou de imediato o episódio. Sua matéria sobre o tema foi publicada quase um mês depois do massacre, em 6 de setembro de 1995, com o título: “Executados, torturados e humilhados”. Aparentemente, a revista foi surpreendida pela grande repercussão nacional e internacional da tragédia. O texto da reportagem era uma narrativa de forte apelo dramático. Em nenhum momento o MST ou o MCC (Movimento Camponês de Corumbiara) são citados e o tom geral é de solidariedade para com as vítimas.

No entanto, mesmo no período denominado silêncio, a diretriz política dos latifundiários se manifesta nas capas de *Veja* sobre o MST. Tal procedimento é representado pela União Democrática Ruralista (UDR), entidade constituída por grandes fazendeiros, que surgiu em 1984 para defendê-los em questões agrárias. Em 1985, a revista estampou uma capa com um homem armado, dizendo ser guardião da Fazenda Camarões, no norte de Goiás, que alertava: “Invasor que pisar aqui leva chumbo”. A capa, que será analisada posteriormente, demonstra que *Veja* foi utilizada para dar um recado aos sem-terra: não se atrevam a “invadir” propriedades alheias porque serão recebidos a bala! Em outra capa, publicada em 1990, a revista denuncia a escalada da violência no país. A fotografia mostra sem-terra em confronto com a polícia, no qual segundo a revista, um policial fora degolado a foice.

Figura 3 – Capa publicada em 19 de junho de 1985. “Os fazendeiros se armam”.



Fonte: *Veja* (1985).

Na fase de cooptação, para retratar membros do MST, *Veja* utilizava-se de capas dando a entender que os sem-terra eram organizados, lutavam, mas lhe faltavam algo mais. Uma capa deste período, também analisada posteriormente, indaga: “Eles chegaram lá - o que fazer agora?”. Também nessa fase, não faltaram matérias com títulos irônicos e subentendidos. O então líder nacional do movimento, José Rainha, foi retratado na edição de 17 de janeiro de 1996. A reportagem “O inimigo número 1 das cercas”, na seção perfil, revelava a história e as características do líder do movimento.

Agora andam implicando até com as mãos do grandalhão José Rainha Júnior, o invasor. Esguio, com a barba vermelha, bem cortada, voz de veludo, “Magrão”, como é tratado pelos amigos, vem sendo acusado pelos inimigos de ter as mãos limpas demais para ser trabalhador. Logo isso com ele. Com 1,85 metro, 63 quilos enxutos e unhas limpas e aparadas, Rainha é um camponês que foi analfabeto até a adolescência, antes de ganhar notoriedade nacional pulando cercas dos outros. Na semana passada, ele concluía negócios políticos e particulares. Visitou áreas em via de ser invadidas e firmou protocolo para comprar casa própria, por 4.000 reais (valor da época), em seis prestações mensais, com a proprietária, a Companhia Energética de São Paulo, CESP, em que morou de graça até há pouco (MAYRINK, 1996, p. 50, grifo do autor).

Figura 4 – Capa publicada em 23 de abril de 1997. “Eles chegaram lá”.



Fonte: *Veja* (1997).

Na fase que Souza (2004) chama de satanização, a revista partiu para o ataque, tentando fazer a sociedade odiar o MST. No início dessa fase, a revista publicou uma das capas mais agressivas contra o movimento. Em 3 de junho de 1998, o então líder do MST, João Pedro Stédile, foi retratado seguido do título: “A esquerda com raiva”. A matéria, entre outras coisas, diz do MST: “Sua estrutura tem um quê da velha concepção de partido criado por Lênin, o revolucionário russo, com hierarquia rígida e comando centralizado” (PETRY; OINEGUE, 1998, p. 42). Pelos termos utilizados, principalmente na capa, a reportagem tenta vincular o movimento aos ideais de esquerda e à baderna. É o que ocorre com outra capa deste período. Em 10 de maio de 2000, *Veja* publicou outra capa, também analisada neste trabalho, com o título: “A tática da baderna”, seguida da chamada: “O MST usa pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”. Em oito páginas, uma reportagem descreve o MST como invasor, que teria orquestrado uma ação em 15 capitais para invadir prédios públicos.

Figura 5 – Capa publicada em 10 de maio de 2000. “A tática da baderna”



Fonte: *Veja* (2000).

2.2. ESPELHO DEFORMADO

Por conta de atitudes assim, a comunicação, como Ciência Social Aplicada, deve estar à mercê do debate. Não é um produto pronto, acabado. Lida com pessoas, portanto, com emoções. Tem a função de bem informar num mundo cada vez mais veloz e fragmentado. O problema é que os meios de comunicação não se questionam. A mídia raramente dá a mão à palmatória. Em tese, está sempre certa, pois estaria cumprindo seu papel de informar e zelar pelos princípios democráticos. Mas como chega tal informação ao telespectador, ao ouvinte, ao leitor? Esta pergunta tem sido feita nos últimos anos, embora não com a frequência que o assunto exija. Mas tem trazido à tona um debate sobre o papel da mídia, sobretudo a ética, que tem sido esquecida e, ao invés de debatê-la, muitos jogam a culpa na sociedade. Mas não é possível que a sociedade seja obcecada como aquele personagem de “Ronda”, de Paulo Vanzolini, persistente em consumir sua paixão numa manchete de jornal: “E nesse dia então/Vai dar na primeira edição/Cena de sangue num bar/Da Avenida São João”.

Com o fim da ditadura civil/militar (1964/1985), a mídia brasileira experimentou certa liberdade, mas não democratizou suas ações. Um dos problemas é a concentração dos meios de comunicação, que no Brasil são controlados por alguns grupos. Segundo o site Donos da Mídia (2014), no Brasil há 9477 meios de comunicação, mas apenas cinco grandes grupos dominam o mercado: Globo (69), Associados - ligados ao SBT (19), Band (47), Abril (que edita Veja - 74), IURD/Record (27) e EBC (46). Quatro são empresas familiares, uma da Igreja Universal do Reino de Deus e a última do Governo Federal. Esses números são de veículos que geram informações. Mas há os que retransmitem, e aí o número salta. A Globo tem 340 canais de retransmissão, seguida de SBT, 195; Band, 166; Record, 142; Empresa Brasil de Comunicação, 95 e Rede TV!, 84. Segundo o Observatório da Imprensa (2015), a Editora Abril domina 69,3% do mercado de revistas e 14% do mercado de TV por assinatura. Também podem ser referidos os grupos paulistas O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, com forte presença no mercado de jornais, representando, apenas estes dois, cerca de 10% da tiragem de todos os jornais diários existentes no país. Assim, a linguagem e os assuntos divulgados são parecidos, ofuscando a polêmica, a discussão e o contraditório.

Sem o contraditório, com fórmula pronta e acabada, corre-se o risco de reproduzir o pensamento único. A Editora Abril, que publica *Veja*, tem uma linha editorial contrária aos que pensam diferente dela, dando a entender que apenas ela está com a verdade, portanto, única opção a seguir. “É a prática do pensamento único, que busca impor, artificialmente, a ideia de ‘consenso da opinião pública’ em torno da própria história vivida” (SILVA, 2005, p. 24). O jornalismo não pode ser de mão única porque sua missão não é impor, apaziguar ou botar panos quentes. Ele faz parte das ciências humanas, cujo objetivo é esmiuçar e questionar, mostrando as diversas faces de um fato. Mayra Rodrigues Gomes (2003, p. 80) afirma: “Se examinarmos a primeira página de um jornal, percebemos a escolha, um jogo entre atualidade e micro fato que só encontra coerência pela co-presença no veículo”. Veículos de comunicação fazem suas escolhas. Mas o problema está no direcionamento, quando fatos se sucedem com objetivo de atingir pessoas ou instituições.

No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, a dois dias de o País escolher o próximo presidente da República, *Veja* adiantou a tradicional edição de domingo e estampou em sua capa os rostos da presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), que a apoiava. A manchete com os dizeres “Eles sabiam de tudo” fazia referência ao suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, detalhado pelo doleiro Alberto Youssef, em depoimento à Polícia Federal. Segundo a revista, a revelação teria ocorrido quando o doleiro, que fechou um acordo de delação premiada, foi questionado sobre o nível de comprometimento de autoridades no caso. “O Planalto sabia de tudo”, teria dito ele. “Mas quem no Planalto?”, perguntou um delegado. “Lula e Dilma”, respondeu o doleiro. A publicação não apresentou provas concretas da acusação. Em menos de 24 horas após circulação da revista extra, o advogado de Youssef, Antônio Figueiredo Basto, negou ter conhecimento de suposta declaração dada por seu cliente.

Figura 6 – Capa publicada em 29 de outubro de 2014. “Eles sabiam de tudo”.



Fonte: Veja (2014c).

Diz Gomes (2003, p. 15) que “o jornalismo tem, entre outras, uma origem panfletária que conclama a ação política, que congrega em torno de ideais e mobiliza em direção a lutas”. Mas a crítica deve ser exercida na mesma proporção da checagem dos dados, evitando denúncias declaratórias sem provas. O assunto deve ser noticiado com ampla averiguação, dando espaço a todos os lados envolvidos no caso. Se não for assim, o jornalismo perde a razão de ser. É o que fez *Veja* nesta capa, apresentando uma denúncia sem provas. Distante da realidade, cuja relação com a imprensa parece com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete. Acrescenta Perseu Abramo (2003, p. 24): “[...] A imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real”.

O espelho deformado não é um problema apenas da empresa jornalística, embora seja a maior responsável. É também do jornalista, que não deve silenciar diante do malfeito. Mesmo correndo risco de perder o trabalho, precisa manifestar sua opinião. Se não no veículo para o qual trabalha, que seja nas redes sociais ou mesmo aos colegas de profissão. Supõe-se que ele tenha sido preparado para agir

eticamente. Ética também consiste em vigiar e debater, quando necessário. Muita coisa errada ocorre nas redações em razão do silêncio dos profissionais que nelas atuam. O diálogo com o leitor é fundamental. Deve existir um elo entre jornalista e leitor. Se isso não ocorrer, a comunicação fica estropiada, e o jornalista não cumpre seu papel de agente transformador. É o que pede os novos tempos. Afirma Ciro Marcondes Filho (1993, p. 145): “Já não há, portanto, mais mitos. O jornalismo e os jornalistas já não podem mais apelar para o mito da inocência”.

2.3 A MANIPULAÇÃO DECIFRADA

Para lidar com os meios de comunicação, não podemos apelar para o mito da inocência. Então, conheçamos um pouco dos padrões de manipulação, que, com a AD, irá nos ajudar, posteriormente, nas análises das capas da *Veja*. A manipulação da realidade pela imprensa ocorre de várias formas. Mas não é todo o material que toda a imprensa manipula sempre. Segundo Abramo (2003), se assim fosse, o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante. “Os padrões devem ser tomados como padrões, isto é, como tipos ou modelos de manipulação, em torno dos quais gira, com maior ou menor grau de aproximação ou distanciamento, a maioria das matérias da produção jornalística” (ABRAMO, 2003, p. 24).

Mas os órgãos de imprensa, de acordo com Abramo (2003), manipulam e não refletem a realidade. Ele compara a manipulação a um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete. A imagem projetada no espelho tem algo a ver com o objeto, mas não o é, como também não é sua imagem. O autor apresenta quatro padrões de manipulação gerais na imprensa; padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão de inversão e padrão da indução.

O padrão de ocultação é aquele se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação, isto é, no “momento” das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta.

A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que frequentemente se chama de fato jornalístico. A concepção predominante - mesmo quando não explícita - entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem fatos jornalísticos e fatos não jornalísticos e que, portanto, à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado aqueles não jornalísticos.

Com o avanço da internet, a ocultação perdeu espaço. Quando um fato é ocultado pela mídia tradicional, muitas vezes, com a desculpa de que não é jornalístico, dali a pouco ele está nas redes sociais. Na mídia tradicional, quem decide se um fato é ou não jornalístico, na maioria das vezes, é o editor ou dono da empresa. Ou ambos. Antes de o assunto entrar na pauta recebe o veredicto se enquadra ou não nos parâmetros jornalísticos. Uma decisão que, muitas vezes, deixa margens para dúvida. Como diz Abramo (2003, p. 26, grifo do autor): “O ‘jornalístico’ não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, a imprensa, decide estabelecer com a realidade”.

No padrão de fragmentação, o todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados.

O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato, e a descontextualização. A seleção de aspectos do fato que é objeto da atenção jornalística obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos, e a imprensa seleciona o que apresentará ou não ao público.

A fragmentação ocorre muito atualmente. Pode se dizer que é um fenômeno midiático pós-moderno. A rápida difusão da informação colabora para que os fatos sejam fragmentados. O todo real é estilhaçado, despedaçado em milhões de fragmentos. Assim, desvia-se o foco do assunto principal, mirando-se em detalhes. “A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros e a descontextualização dos que permanecem são

essenciais, assim, à distorção e à realidade artificial de outra realidade” (ABRAMO, 2003, p. 28).

O padrão da inversão se estabelece quando o fato, fragmentado em aspectos particulares, todos descontextualizados, são reordenados em novas configurações. Ocorre o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade. A seguir, algumas formas de inversão. a) Inversão da relevância dos aspectos: o secundário é apresentado como principal e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe, enfim, pelo essencial; b) Inversão da forma pelo conteúdo: o texto passa a ser mais importante que o fato que ele produz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço da matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou fidelidade; o ficcional espetaculoso sobre a realidade; c) Inversão da versão pelo fato: Não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém - da fonte das declarações e opiniões. O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos. Um dos extremos desse padrão de inversão é o frasismo, o abuso de utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade.

Outro extremo da inversão do fato pela versão é o oficialismo, expressão aqui utilizada para indicar a fonte “oficial” ou “mais oficial” de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo. No lugar dos fatos, uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. A melhor versão oficial é da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas aceite-a e a adote.

Também se pode manipular efetuando a inversão da opinião pela informação. A utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação

pela opinião. Deve-se destacar que não se trata de dizer que, além da informação, o órgão de imprensa apresenta também a opinião, o que seria justo, louvável e desejável, mas sim que o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com o agravante de fazer passar a opinião pela informação. A inversão é constante na mídia atual. O fato se fragmenta. A parte substitui o todo, dando a impressão de que contém toda a informação. Por exemplo, divulga-se que uma carga de contrabando foi apreendida em rodovia tal, destaca-se o trabalho da polícia, mas não se divulga a facilidade de a carga entrar no país em razão das brechas de acesso pela fronteira. O frasismo pode completar a inversão com entrevista de uma autoridade elogiando o trabalho da polícia, sem divulgar a causa do problema. O trabalho da polícia vai enxugar gelo enquanto não houver uma eficaz vigilância na fronteira.

É um padrão que opera tanto no planejamento como na coleta e na transmissão das informações, mas que tem seu reinado por excelência no momento da preparação e da apresentação final da edição, de cada matéria ou conjunto de matérias (ABRAMO, 2003, p. 28-29).

O padrão de indução é submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação; nele, o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja. O padrão de indução é, assim, o resultado e ao mesmo tempo o impulso final da articulação combinada de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com os quais ele tem contato. A indução a enxergar a outra realidade - diferente e até agora oposta à realidade real - é fruto da manipulação do conjunto dos meios de comunicação, em que cada qual, individualmente, tem a sua parte, e em que evidentemente a parte preponderante e de maior responsabilidade deve ser atribuída aos maiores meios de comunicação, isto é, aos mais poderosos, aos que têm maior tiragem e audiência, aos que têm e ocupam espaços, aos que veiculam mais publicidade.

Exercido com frequência pela chamada grande mídia, o padrão de indução é bastante difundido. Cotidianamente, deparamos com notícias que apresentam algo como positivo e nos induz a acreditar que aquilo que vemos, ouvimos ou lemos é uma espécie de panaceia. Mas não mostram o outro lado. Por exemplo, é comum a divulgação de matérias sobre as benesses do agronegócio, que no Brasil produz

milhões de toneladas de soja. Aparentemente, é um bom negócio, que traz divisas para o país. No entanto, quase nada se fala nos malefícios da monocultura. Incentivo ao uso de agrotóxicos, exclusão dos trabalhadores do campo e o consumo de créditos destinados à agricultura familiar, está, sim produtora de alimentos para consumo. “Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela imprensa, enquanto outros aparecem quase todos os dias”, afirma Abramo (2003, p. 34).

Para compreender a materialidade dessas questões é necessário recorrermos às teorias da imagem. Também sujeita aos padrões de manipulação. Se falar da imagem é falar da cultura humana, precisamos buscar, na história, exemplos de como começou a interação entre pessoas e imagens para compreendê-las, jornalisticamente, no presente. Também é importante abordarmos as questões discursivas. No caso da intertextualidade, exemplos de capas da própria *Veja* revelam como as imagens e discursos se repetem, tornando os efeitos de sentido recorrentes. As cores também produzem sentido que se sucedem nos enunciados de determinadas capas da *Veja*. Também abordaremos aspectos históricos da imagem para compreendê-la na contemporaneidade, observando, sobretudo, o silêncio que, nem sempre, significa ausência de palavras. Entre outros assuntos é o que será apresentado no próximo capítulo.

3 FOTOGRAFIA

3.1 A IMAGEM NA CONTEMPORANEIDADE

Nesta dissertação, analisamos capas da *Veja* sobre movimentos sociais, incluindo fotografia, títulos e chamadas. Portanto, a seguir, vamos fazer algumas considerações sobre a imagem na contemporaneidade, utilizando-se da AD, explicações teóricas e capas da própria revista para mostrar aspectos relacionados ao fotojornalismo. Falar da imagem é falar da cultura humana. O ser humano sempre se relacionou com a imagem. Entre religiões e mitos, ela permeia construindo histórias e cenas ao longo do tempo. Nas cavernas, o homem pré-histórico de alguma forma já se comunicava utilizando-se pinturas rupestres.

Até hoje estudiosos se debatem para decifrar símbolos por ele deixados. Entre os mitos, o que dizer de Narciso que se encantou com a própria sombra. Talvez, seja um dos primeiros persuadidos pela imagem. Nas religiões, encontramos diversas referências à imagem. No Velho Testamento, a mulher de Ló ao olhar para trás na fuga de Sodoma, cidade que teria sido destruída por Deus em represália à promiscuidade dos pecadores, virou uma estátua de sal. Segundo as ordens divinas, ela deveria olhar apenas para frente.

Figura 7 – Narciso se encanta com a própria sombra.



Fonte: O Mito... (2014).

Em se tratando de imagem, os dicionários englobam os conceitos do passado e, entre outras definições, conceituam-na como representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou objeto. Com a fotografia, a imagem que vinha de um processo artesanal, passou a ser obtida como num passe de mágica. Ou melhor, de química. A fotografia veio consolidar um antigo desejo da humanidade: a reprodução do visível, do observável. “Aos poucos, a fotografia assume sua identidade e se distancia dos modelos da pintura e cria seus próprios modelos, seus próprios paradigmas” (CAMARGO, 1997, p. 44). O senso comum, a religião, a física, a semiótica, a psicologia, a linguística são alguns dos meios utilizados para entendê-la. Mas independente deles, o que prevalece é sua capacidade de informar.

Toda informação pressupõe efeitos de sentido. Com a fotografia não é diferente. Nela está imbuído o fotógrafo e, no caso do fotojornalismo, também a empresa para a qual trabalha. O retoque final da edição cabe ao editor ou ao dono da empresa (jornal, revista). Portanto, eles vão escolher a fotografia que será publicada. “Enquanto recorte, a fotografia é arbitrária e tendenciosa”, diz Camargo (1997, p. 75). A fotografia é um recorte da realidade. Num tumulto, por exemplo, ela pode registrar uma pessoa atingida por uma pedra e não registrar de onde a pedra partira. Uma fotografia na mídia, muitas vezes, não dá conta de reportar a abrangência do assunto. Para melhor explicá-lo, cabe ao editor optar por uma sequência de fotografias acompanhadas de textos-legendas.

Diante de tanta informação e complexidade, com a fotografia, o mundo não é mais o mesmo. Por todos os lados estão os códigos, solicitando interpretação. Muitas vezes, deparamos com uma fotografia isolada, mas a mensagem está nela embutida. Não é apenas uma imagem, mas um código de informações, conforme analisa Phillipe Dubois (1994, p. 15, grifos do autor):

A foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber-fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito), é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não se pode conceber fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima sem comprová-la literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma imagem-ato, estando compreendido que esse “ato” não se limita trivialmente apenas ao gesto da produção propriamente dita da imagem (o gesto da “tomada”), mas inclui também o ato da sua recepção e de sua contemplação.

Assim, de acordo com Vilém Flusser (2007), vivemos num mundo codificado, modificado sob o impacto da revolução na comunicação. As imagens pré-modernas eram produtos de artesãos e pintores; na pós-modernidade, são produtos da tecnologia. Onde existem códigos, deduz-se uma mensagem para a humanidade. O mundo codificado não significa mais processos, não conta história e criou uma crise de valores na medida em que nós ainda continuamos sendo programados por textos. O que não ocorrerá com a nova geração que já é programada pelas imagens eletrônicas que nos circundam. Portanto, ainda temos dificuldade para interpretar os novos códigos de comunicação, mas devemos aprendê-los porque do contrário seremos condenados a prolongar “[...] uma existência sem sentido em um mundo que se tornou codificado pela imaginação tecnológica. A decadência e a queda do alfabeto significam o fim da história, no sentido estrito da palavra” (FLUSSER, 2007, p. 137).

Por isso, toda fotografia, em princípio, traveste-se de uma máscara. O objeto fotografado é opaco porque está “contaminado” pela exterioridade. Mas nem todos que o veem percebem reflexos exteriores. Complementa Roland Barthes (1984, p. 58): “A máscara é, no entanto, a região difícil da fotografia”. O observador da fotografia quer sentido. “A sociedade, assim parece, desconfia do sentido puro: ela quer sentido, mas ao mesmo tempo quer que esse sentido seja cercado de um ruído [...]” (BARTHES, 1984, p. 58). É consumida esteticamente, sem inferências elaboradas advindas de situações externas. “No fundo, a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa” (BARTHES, 1984, p. 62).

Muitas fotografias publicadas na capa da *Veja*, por exemplo, requer conhecimento do assunto que as envolvem para entendê-las. Os que a veem pela primeira vez ficam apenas com a informação da capa ou não a compreendem. Uma fotografia seguida de título e chamada pode levar a várias leituras. “A foto cujo sentido (não digo o efeito) causa muita impressão é logo desviada; é consumida esteticamente, não politicamente” (BARTHES, 1984, p. 60). Apesar de ser opaca e muitas vezes proporcionar o espetáculo, a imagem é um meio de conhecimento do mundo. Como diz Boris Kossov (1989, p. 15): “O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado”.

O problema do mundo portátil e ilustrado é o volume e a rapidez com que se produzem as imagens. O sistema digital, formado pelo pixel (menor ponto que forma uma imagem digital), impôs celeridade ao processo. Enquanto no sistema analógico (em que há um produto químico no filme, que captura a imagem pela luz “imprimindo-a” em um negativo), a produção de imagem é controlada. O digital permite ao fotógrafo produzir milhares de fotografias. Hoje, muitos nem usam as câmeras tradicionais, utilizam filmadoras digitais, que filmam e permitem a escolha das fotografias. Um dos problemas da abundância de imagem é a limitação de escolha. Não é raro arquivos com milhares de cópias não avaliadas pelos usuários.

As câmeras digitais se popularizaram. Seja com uma simples, uma profissional ou mesmo a do celular, muitos produzem fotografias. Aos poucos, desde sua chegada, a câmera digital foi fazendo parte do dia-a-dia das pessoas. Os profissionais, antes, trabalhavam com o filme, e faziam toda a produção, do clique à ampliação. Os amadores, com no máximo 36 poses por vez, montavam álbuns e álbuns, registrando as fases da vida, viagens e eventos. Celulares e câmeras digitais viraram ferramentas prioritárias. Turistas ou curiosos chegam a um lugar levantam o braço e pronto, já podem seguir até o próximo enquadramento. Assim, a fotografia, que num passado não tão remoto, era uma fonte de informações, está dificultando a retenção de memórias no cérebro.

Um estudo da pesquisadora Linda Henkel (2014), da Universidade de Fairfield, nos Estados Unidos, constatou que, na ânsia de registrar cada segundo de uma experiência, as pessoas não prestam atenção ao que estão olhando. Resultado: ao ver as fotografias que fizeram, nem se recordam de ter estado frente a obras como a Monalisa, a mais disputada por câmeras no Museu do Louvre, em Paris; ou a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. “Nessa compulsão por fotografar as atrações, as pessoas estão perdendo o que está ocorrendo bem abaixo de seus narizes”, lamenta Henkel (2014), acrescentando: “[...] quando se olha para algo com atenção genuína, aquilo vai ficar na sua memória”.

Com a popularização da fotografia aumentaram os meios de manipulá-la. Programas de computadores, como o Photoshop, são utilizados para editar e retocar imagens. *Veja* utiliza este recurso em algumas de suas capas. Por exemplo, numa que será analisada posteriormente, publicada em 3 de junho de 1998, que retrata o líder do MST, João Pedro Stédile. O rosto dele foi avermelhado, deixando-o com cara de bravo para relacionar a imagem ao título que a complementa: “A esquerda

com raiva”. O Photoshop tornou-se um recurso rotineiro na edição de imagens. O problema é quando se extrapola e atropela a ética, como fez *Veja* neste caso, manipulando a fotografia de Stédile.

Figura 8 – Capa publicada em 3 de junho de 1998. “A esquerda com raiva”.



Fonte: *Veja* (1998).

A manipulação pode influenciar o leitor. Como já dissemos, a capa de revista é uma vitrine. Kossoy (2009, p. 30-31) argumenta: “A imagem fotográfica é antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor”. Muitas vezes, o leitor vê a fotografia como representação do real. Não lhe ocorre que houve uma escolha ou até uma manipulação e edição conforme o interesse do meio que a publica. A fotografia ali é um documento real, representativo. Arremata Kossoy (2009, p. 31): “Temos na imagem fotográfica um documento criado, construído, razão por que a relação documento/representação é indissociável”.

O documento está ali representado em forma de imagem. Muitos leitores não contestam a veracidade de uma fotografia. Ou nem mesmo percebem que houve manipulação. Com o passar do tempo, a tecnologia vai se aperfeiçoando e tornado os retoques fotográficos cada vez mais perfeitos. No caso da fotografia de Stédile na capa da *Veja*, publicada em 1998, mais ainda. Naquela época, usava-se pouco o recurso do Photoshop, levantando assim menos suspeitas dos leitores. Mas mesmo

quando a fotografia é publicada sem retoque transforma o real, como diz Dubois (1994, p. 40):

[...] a fotografia fixa um aspecto do real que é sempre o resultado de uma seleção arbitrária e, por aí, de uma transcrição: de todas as qualidades do objeto, são retidas apenas as qualidades visuais que se dão no momento e a partir de um único ponto de vista [...].

Vamos apresentar alguns exemplos de como a imagem se apresenta na contemporaneidade. Para tanto, mostraremos quatro capas da *Veja*. Não as de movimentos sociais, cuja análise será posterior. Nas que mostraremos a seguir, abordaremos alguns aspectos relacionados ao fotojornalismo. A imagem midiática é um fator presente na vida das pessoas. Jornais, revistas, sites e blogs a exibem cotidianamente. Entre máquina e ação humana, está a imagem, tornando-se um meio fundamental de informação. Segundo André Rouillé (2009, p. 32): “[...] enquanto os antimodernos lamentam que, assim, a imagem é privada da habilidade da mão, os modernos veem na mecanização o meio para incrementar a eficácia da representação”. Assim, surgem problemas de interpretação, pois compreender a imagem faz-se necessário para entender o mundo que nos cerca.

3.2 LINGUAGEM QUE SE REPETE

A intertextualidade é bastante usada no jornalismo. Nas capas de *Veja* não é diferente. Silva (2005, p. 426) declara: “A revista reproduz o mesmo modelo e muitas vezes, os mesmos textos, as mesmas capas, os mesmos especiais”. Ela diz que a análise de “Carta ao leitor”, editorial da revista, demonstrou que esta tem características mais ou menos permanentes. Os assuntos abordados são recorrentes. Agindo assim, a revista trata os assuntos superficialmente. “A realidade social que produz a desigualdade social jamais é analisada por *Veja*, que se limita a constatar sua existência” (SILVA, 2005, p. 510). Para a autora, dois são os movimentos principais de *Veja*: difundir o medo, aumentado a repressão e apontar quais pessoas merecem proteção (socialmente seletiva).

Em 21 de janeiro de 1992, a revista publicou a capa, a seguir, anunciando a demissão do então ministro Antônio Rogério Magri, que ocupou a Pasta do Trabalho e da Previdência Social do governo Fernando Collor de Mello (1990/1992). A capa apresenta o título “Já vai tarde” seguido da chamada: “Enfim, o governo se livra do

ministro que piorou a Previdência e afrontou os aposentados”. Ao lado da fotografia, uma legenda: “Antônio Rogério Magri, demitido na última sexta-feira”. O mesmo bordão, “Já vai tarde”, como veremos a seguir, foi utilizado para anunciar a renúncia de Fidel Castro ao governo de Cuba, em 2008.

Figura 9 – Capa publicada em 21 de janeiro de 1992. “Já vai tarde”.



Fonte: Veja (1992a).

Oriundo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Magri fora convidado por Collor para assumir o ministério. Com as mãos cruzadas, relógio à vista, o ministro com pose de galã, teria sido demitido por sucessivas trapalhadas na Pasta. A reportagem da revista sobre o assunto: “O pelego sai do paraíso”, ocupa sete páginas. Por várias vezes, ele é relacionado ao operário que chegou ao governo, mas não deu certo. “Ao limpar as gavetas de seu ministério, Magri levou consigo uma das quimeras recentes da política nacional – a do operário que abandona o macacão para ocupar cargos” (VEJA, 1992, p. 18). É bom lembrar que Luís Inácio Lula da Silva (PT) também fora torneiro mecânico e disputara a eleição para presidente da República, em 1989, perdendo para Fernando Collor de Mello (PRN), que se elegera.

A fotografia da capa mostra um Magri em contraste com a figura do sindicalista. O fundo preto ajuda a realçar a fotografia, destacando os lábios vermelhos. O título em branco reafirma a aparência da imagem. Como declara Jean-

Paul Sartre (2013, p. 19): “A imagem é o domínio da aparência, mas de uma aparência à qual nossa condição de homem dá uma espécie de substancialidade”. O autor comenta sobre a passagem do plano imaginário ao plano ideativo, acrescentando (2013, p. 19): “A imagem, por essência, só poderá fornecer ao pensamento um auxílio bastante suspeito”.

À primeira vista, é possível associar a fotografia do ministro Magri a uma chamada acima, na capa: “Itália: a alegre gastança”, que se refere a uma matéria dos novos ricos do Velho Continente. Segundo o texto intitulado “Ah, que delícia de Itália”, que ocupa três páginas da revista, mesmo na crise que assolava a Europa, ricos esbanjavam dinheiro em bebidas e comidas finas. Magri estivera em Genebra (Suíça) em uma reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e teria abandonado o evento para comprar bebidas com duas mulheres. O episódio estava entre as denúncias que culminaram na demissão dele. O leitor atento, que acompanhara os fatos, pode fazer a ligação de “alegre gastança” com a fotografia de Magri na capa.

Em 27 de fevereiro de 2008, *Veja* publicou uma capa com Fidel Castro, cujo título é “Já vai tarde” seguido da chamada: “O fim melancólico do ditador que isolou Cuba e hipnotizou a esquerda durante 50 anos”.

Figura 10 – Capa publicada em 27 de fevereiro de 2008. “Já vai tarde”.



Fonte: *Veja* (2008).

A capa segue o mesmo padrão da que retratou Magri: Fotografia, título e chamada. A fotografia, no entanto, mostra apenas uma silhueta do então líder cubano. Com fundo negro, destaca-se a barba de Castro, revelando sua fisionomia. Títulos e chamadas sugerem um líder negativo se interligando com a imagem escura. Hipnotizar é uma hipérbole, que revela o exagero. Quer dizer que a esquerda assumia o pensamento de Fidel sem o mínimo questionamento. Sem dizer da recorrência do título, o bordão: “Já vai tarde”. Na reportagem da revista, de 12 páginas, a mesma fotografia da capa ocupa duas páginas, com a silhueta e fundo negro, seguida do título: “Um país de muito passado agora tem algum futuro”.

Para completar a intertextualidade, outra chamada acima da capa relaciona-se com a fotografia de Fidel, líder de um regime comunista, inimigo dos Estados Unidos, que simbolizam o capitalismo mundial. Quem está acima é Luiz Inácio Lula da Silva, na época exercendo seu segundo mandato na presidência da República (2007/2010). A chamada se opõe à fotografia e texto que retratam Fidel. “Popularidade: Lula surfa nos bons números do capitalismo brasileiro”. Uma leitura possível da capa é o embate entre capitalismo e comunismo (ou socialismo, pois há quem denomine o regime cubano de socialista). Enquanto aquele é próspero e permite a um presidente que se diz de esquerda surfar nos números da economia de mercado, este é a marca do atraso, cujo líder maior teve um fim melancólico.

O Lula da fotografia acima está de verde e amarelo, com as duas mãos sobre o peito, num gesto que lembra o super-homem, herói estadunidense do cinema, desenhos animados e histórias em quadrinhos. O símbolo do Real, moeda brasileira, estampado no peito do então presidente, numa alusão ao símbolo do super-homem. Lula é do Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu com uma proposta de esquerda, com viés socialista. Sem dizer que ele tem bom relacionamento com Fidel. Parte da mídia os chama de amigos em razão dos seus sucessivos encontros políticos. Como fez nessas duas capas, *Veja* sempre traz uma chamada, em diagonal ou acima do assunto principal. Esta embora esteja dissociada do tema central da capa, discursivamente, associa-se a ele, como veremos, posteriormente, nas análises das capas.

Como atesta Silva (2005), tal linha ideológica é permanente nas edições da revista. “As interpretações sobre a história reproduzem a lógica do ‘pensamento único’ e de que ‘não há alternativa’ fora daquilo que está sendo dito [...]” (SILVA, 2005, p. 24, grifo do autor). Segundo Bakhtin (1992), a enunciação é produto da

interação de dois indivíduos socialmente organizados. O sujeito será sempre afetado pela ideologia. “[...] o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior” (BAKHTIN, 1992, p. 112). Quando a revista repete conceitos e dita fórmulas, impede a prática do jornalismo. Uma de suas nobres funções é o questionamento, a pluralidade. Ao dar voz a vários sujeitos pode se chegar mais próximo da verdade. Embora, a enunciação esteja presente e de qualquer forma o sujeito seja afetado pela ideologia, não será portador de apenas um ponto de vista, como se fosse uma panaceia.

3.3 A RECORRÊNCIA DA COR NA INFORMAÇÃO

Veja, desde que surgiu, em 1968, segundo Luciano Guimarães (2000), tem utilizado uma estrutura de capa monotemática: uma fotografia ou ilustração de fundo e uma chamada (manchete que sintetiza o assunto e que pode ser formada apenas pelo título ou ter o acompanhamento de outros elementos verbais do jornalismo: subtítulo, legenda e chapéu). Elementos verbais e visuais se completam. O vermelho é uma das cores prediletas da revista. De acordo com o autor, o uso do vermelho nas capas da revista começou em 1968, ano em que ela foi lançada. O primeiro exemplar lançado em 11 de setembro de 1968 estampa: “O grande duelo no mundo comunista”. Esta capa tem um fundo vermelho ressaltando a sombra da foice-e-martelo, em preto, símbolo do comunismo.

Figura 11 – Capa publicada em 23 de abril de 1969. “Isto é um assalto”.



Fonte: *Veja* (1969).

A maioria das capas de *Veja* em vermelho tem relação com a violência. Em 23 de abril de 1969, ela publicou a capa acima em que retrata uma mão com o dedo no gatilho de um revólver seguida do título: “Isto é um assalto” e da chamada: “A escalada do crime”. O assunto rende seis páginas, com o título: “Um novo crime nas ruas”. A mão de unhas encardidas que segura o revólver é negra. O vermelho ao fundo destaca o revólver negro, ligando-o ao título em branco. Uma chamada, em diagonal, acima: “Dubcek, o fim”, se relaciona com a violência, assunto principal da capa. Ela narra, em quatro páginas, a queda de Alexander Dubcek, então líder do partido comunista, que controlava a antiga Checoslováquia. As letras em preto combinam com o fundo vermelho, cor do comunismo. “De todas as capas da revista *Veja* nas quais consideramos o uso do vermelho significativo, grande parte tem conotação direta com a violência” (GUIMARÃES, 2000, p. 126).

Figura 12 – Capa publicada em 25 de setembro de 1996. “Vale a pena andar armado?”.



Fonte: Veja (1996b).

Em se tratando de cor, a capa anterior coincide com esta acima publicada em 25 de setembro de 1996. Mais de 27 anos as separam, mas a estratégia de tonalidade é a mesma na retratação dos temas: “Isto é um assalto: a escalada do crime” e “Vale a pena andar armado? - A utilidade e os riscos de ter um revólver”. Nesta, o assunto também rende seis páginas com o título: “A vida em ponto de bala”. A solução gráfica se repete, diferindo na expressão verbal da manchete e coincidindo com o fundo vermelho, que, segundo Guimarães (2000, p. 126), “tem a mesma função de remeter o leitor à ideia de violência, editorializando a informação e atribuindo valor negativo”.

Para Guimarães (2000), o vermelho, como cor da revolução, surgiu em 1871, na Comuna de Paris. Tornou-se a cor dos comunistas e da esquerda. Também é a cor do materialismo, do fogo que transforma, portanto, a cor da transformação, da revolução, da ação e imposição, marcas dos processos revolucionários. Na Revolução Francesa, na Revolução Russa e em outros movimentos políticos posteriores opôs-se ao branco, que representava a direita. “Pelos contra-revolucionários russos, o vermelho recebe a conotação de perigo, uma ideia muito difundida para combater as manifestações e reivindicações populares quando

orientadas por grupos políticos: o perigo do comunismo” (GUIMARÃES, 2000, p. 121). Este autor acrescenta que no Brasil, o vermelho é a cor do Partido dos Trabalhadores (PT), do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

3.4 SILÊNCIO NÃO É AUSÊNCIA DE PALAVRAS

Veja utiliza muito texto sem palavras ou com poucas palavras. Publica-se uma capa de um personagem famoso apenas com o seu nome. Cabe ao leitor decifrar o resto. Em 23 de outubro de 1968, *Veja* estampou na capa uma fotografia da ex-primeira-dama estadunidense Jacqueline Bouvier Kennedy (1929/1994), que se casaria com o magnata grego Aristóteles Sócrates Onassis (1906/1975). O casamento na ilha de Skórprios, na Grécia, foi considerado o grande acontecimento daquela década. A popularidade de Jacqueline, na revista, desbancou os Jogos Olímpicos, que naquele ano foram realizados na Cidade do México.

O assunto ganhou apenas uma chamada, ao lado esquerdo da capa: “Brasil nas Olimpíadas”. Para o País, não era uma competição sem importância. Nelson Prudêncio ganhara medalha de prata no salto triplo com a marca de 17, 27, derrotado pelo exímio saltador soviético Viktor Saneyev, que saltara 17,39. Na década de 1960, era um excelente resultado para o Brasil. Mas a chamada ao lado não é vã e ajuda a firmar a imagem da eterna primeira-dama estadunidense. Esporte lembra jovialidade, vigor físico e beleza. É uma espécie de adendo ao bordão de nação vencedora, que a mídia tanto propala em relação aos Estados Unidos.

Apenas o título “Ah, Jacqueline!” acompanha a fotografia dela, que preenche a capa. É usada uma interjeição, um recurso da linguagem afetiva, em que não há uma ideia organizada de maneira lógica, como são as sentenças da língua, mas sim a manifestação de um suspiro, um estado da alma decorrente de uma situação particular, um momento ou um contexto específico. De blusa vermelha, cor também da sedução. Segundo Guimarães (2000, p. 118), existem outras conotações para o vermelho: “[...] é a cor da maçã do Paraíso (fonte do pecado) [...] do amor carnal, da paixão, do coração, dos lábios, do erotismo e da atração”.

Figura 13 – Capa publicada em 23 de outubro de 1968. “Ah, Jacqueline!”



Fonte: Veja (1968b).

Com olhar fixo no horizonte, colar de pérolas levemente à mostra, a própria Jackie complementa o dizer. Na época, o casamento foi destaque mundial com ampla cobertura dos meios de comunicação. A revista dedicou cinco páginas ao assunto, com o título: “Jackie e Onassis, casamento surpresa nos mares da Grécia”.

Certamente, não havia tanta dificuldade para o leitor da época saber do que se tratava. “Não se ensina como ler o não-verbal. É mais um desempenho do que competência [...]” (FERRARA, 2001, p. 26). Por se tratar de uma personalidade conhecida, fazia-se uma ideia pelo menos que se tratava do casamento dela que fora primeira-dama estadunidense, casada com o então presidente John Fitzgerald Kennedy (1961/1963). Como acrescenta Ferrara (2001, p. 13): “O texto não-verbal é uma experiência cotidiana; a leitura não-verbal é uma inferência sobre essa experiência”.

Para a AD, no entanto, o silêncio tem outra significação. Não está no texto (discurso) que se apresenta, mas no entremeio do discurso. Afirma Orlandi (2012a, p. 102): “O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”. Ela diz que o silêncio também fala. Os sentidos estão nas palavras, tornando-as opacas e, muitas vezes, as colocamos no silêncio. Assim, o silêncio é contínuo, permitindo ao sujeito se

mover e produzir sentido permanente. A autora afirma (2007, p. 152, grifo do autor): “Se ao falar sempre afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele ‘cala’”.

A autora acrescenta: “Assim quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 2007, p. 14). As palavras silenciam, mas continuam a produzir sentido. O real da linguagem encontra sua contraparte no silêncio, sempre significando. Para Orlandi (2007), o silêncio tem uma força corrosiva, pois faz significar em outro lugar o que não ‘vinga’ em determinado lugar. “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p. 13).

Portanto, o silêncio independe da vontade do sujeito, está imbuído no interdiscurso, perpassando pelos entremeios do discurso. No caso da produção da imagem, o pintor ou o fotógrafo estão sempre significando, produzindo sentido. Muitas vezes, a materialidade do silêncio fica por conta do leitor. “O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o ‘um’ e o ‘múltiplo’, o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 2007, p. 17, grifos do autor).

No jogo contraditório, o silêncio nem sempre é notável. A historicidade inscrita no discurso é que o tornará visível e compreensível. O silêncio está sempre lá, determinando os sentidos. Como diz Orlandi (2007), no silêncio, o sentido se faz em movimento, a palavra complementa seu curso, fazendo o sujeito cumprir a relação de sua identidade e diferença. Assim, o silêncio também cumpre sua função nas ilusões constitutivas da linguagem. A origem do sujeito e o real do pensamento. “O silêncio é contínuo e esse seu caráter, essa sua continuidade é que permitem ao sujeito se mover nas significações, percorrer sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 154).

3.5 A FOTOGRAFIA SOB O VIÉS DA AD

Para completar este capítulo sobre a fotografia na contemporaneidade, voltemos à AD. Por se tratar da metodologia usada, neste trabalho, na análise das capas da *Veja* que retratam os movimentos sociais, abordemos mais alguns tópicos da relação da AD com a imagem. Até aqui falamos dos efeitos de sentido presentes

na construção da imagem sem levar em conta a intencionalidade. Quando falamos em AD, não nos referimos à intenção, mas à intencionalidade. Significa que o motivo de produzir uma imagem não depende apenas do fotógrafo, do editor ou mesmo do proprietário da empresa à qual estão subordinados. O discurso é pré-construído. Faz parte de um contexto social histórico. O interdiscurso constitui o resultado final, atravessando vários discursos, até chegar à conclusão do fato.

O discurso é constituído por sentidos. Assim, uma fotografia não é produzida pela simples vontade de seu autor. Ela está travestida de elementos que significam ao longo da história. Por isso, ali está um sujeito social histórico. “Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (FERNANDES, 2008, p. 13). As palavras, quando pronunciadas, são impregnadas de aspectos sociais e ideológicos. No cotidiano, observamos sujeitos em debate sobre um mesmo tema. Embates que revelam lugares sociais, ideológicos e históricos. A linguagem é a forma material de expressão desses lugares. “Vemos, portanto, que o discurso não é a língua (gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real”, acrescenta Fernandes (2008, p. 13).

Enquanto Kossoy (2009, p. 30-31) afirma que “[...] a imagem fotográfica é antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor”, um estudioso da AD não vê por essa perspectiva. Para ele, a ação do fotógrafo é a re-significação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma formação discursiva. O fotógrafo está imbuído da intencionalidade, que vai determinar sua ação. Para Fernandes (2008), o interdiscurso é a presença de uma gama de discursos, oriundos de diferentes momentos na história e diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma FD. “Diferentes discursos entrecruzados constitutivos de uma Formação Discursiva dada; de um complexo com dominante” (FERNANDES, 2008, p. 49).

Por exemplo, porque um fotógrafo escolhe uma fotografia em detrimento de outra? É a Memória Discursiva (MD) em ação, que, como explica Fernandes (2008), não se refere a lembranças que temos do passado, a recordações que um indivíduo tem do que já passou. Pierre Achard (2010, p. 11) trata da memória e produção discursiva dos sentidos, afirmando que “[...] a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de certa memória social”. Fernandes (2008) acrescenta

que esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Ou seja, os discursos revelam uma memória coletiva que traz em seu bojo os sujeitos. “É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar equivalência” (FERNANDES, 2008, p. 45).

Veja utiliza constantemente a memória discursiva na elaboração do seu conteúdo jornalístico. De acordo com Silva (2005), a linha editorial de *Veja* foge daquilo que se pode considerar um jornalismo ético com o propósito de bem informar seus leitores. Para ela, a ação da revista do grupo Abril é tríplice, pois formula, organiza e gerencia os projetos, agindo pedagogicamente em torno deles. A autora diz que tal posição a torna um partido político, transformando sua linha editorial numa espécie de manual, que dita à classe política e à sociedade o sistema neoliberal de governo. A imagem carrega um discurso e, portanto, não se restringe ao presente. Está inserida no histórico social, que traz marcas do pré-construído. Daí a diferenças entre AD e Análise de Conteúdo.

Assim, é imprescindível conhecermos o terreno em que serão utilizadas tais estratégias de análise. A seguir, apresentaremos uma breve história dos movimentos sociais no Brasil, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), União Democrática Ruralista (UDR), movimento sindical e estudantil, cujas capas serão analisadas neste trabalho. É importante conhecermos a história de cada um. O movimento estudantil, por exemplo, teve destacada atuação na década de 1960. Lutou bravamente contra a ditadura civil/militar, o que o levou a figurar na capa de *Veja* por mais de uma vez. O mesmo ocorreu com o movimento sindical nas décadas de 1970 e 1980 e com o MST nos anos 1980, 1990 e 2000. Já que a AD, metodologia adotada neste trabalho, tem como um dos seus fundamentos os aspectos sociais e históricos, vejamos como surgiram tais movimentos e como se posicionaram frente às mudanças políticas e sociais ao longo do tempo.

4 BREVE HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Não é possível dizer com certeza, mas muitos estudiosos atribuem a Lorenz Von Stein (1815/1890) a criação do termo Movimento Social, por volta de 1840, na Alemanha. Ele o criou para que houvesse um ramo da ciência social voltado ao estudo dos Movimentos Sociais. No Brasil, o final do século XIX marcou a emergência do movimento sindical. Dentre os movimentos populares, a Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo (SAC), fundada em 1934, é um exemplo na constituição dessa modalidade de movimentos sociais no Brasil. Desde sua origem, os movimentos sociais sofreram inúmeras transformações. Dos sindicatos, associações de moradores, movimentos estudantis às Organizações Não Governamentais (ONGs) e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), muita coisa mudou. Até a década de 1970, muitos movimentos sociais tinham caráter filantrópico.

Atuavam em campanhas para ajudar pessoas carentes, comunidades atingidas por catástrofes, entre outros eventos do gênero. Quase não havia atuação hegemônica para contestar a qualidade das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Até porque muitos políticos faziam parte dos movimentos sociais, controlando-os. Não quer dizer que não havia movimentos progressistas. Havia, sim. Um exemplo são as Ligas Camponesas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinham à frente Francisco Julião Arruda de Paula e Gregório Lourenço Bezerra de Paula. Um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária, que começou em 1945.

A Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo, por exemplo, tinha um caráter conservador. Suas reivindicações de modernização da infraestrutura da cidade, em hipótese alguma, colocavam em xeque as relações de produção e reprodução capitalistas. De acordo com Euclides André Mance (1991), a SAC serviu de canal para embate ideológico que expressaram os interesses das camadas elevadas dos melhores bairros, que desejavam um planejamento urbano em resposta às demandas que o desenvolvimento do capitalismo trouxera a São Paulo naquele período. Acrescenta Mance (1991, p. 9):

A concepção conservadora prima pelo aspecto legal e formal do movimento que possibilita sua participação nos programas assistenciais dos governos. A existência ou não de uma real organização, de participação democrática interna não merece importância. O que importa é estar legalmente registrada para poder marcar audiências com autoridades governamentais e receber benfeitorias.

A Constituição de 1988 reforçou o perfil progressista dos movimentos sociais e concedeu garantia para atuar aos que adotavam tal posição na luta social. Uma de suas maiores conquistas foi o estabelecimento do Estado de direito no país, com a conquista das liberdades democráticas, a adoção das eleições diretas em todos os níveis e a liberdade de organização partidária e sindical. Tais medidas fortaleceram os movimentos sociais, que passaram a se organizar com uma perspectiva crítica, cobrando dos governos municipais, estaduais e federal o que é de direito da sociedade.

Antes, porém, houve o movimento sindical dos metalúrgicos do ABC Paulista, que no fim da década de 1970 e começo da de 1980, realizou greves e grandes assembleias que culminaram com a repressão policial e prisões. O movimento estudantil também teve destacada participação nos anos 1960 e 1970. Organizados, os estudantes enfrentaram a polícia e se tornaram um foco de resistência à ditadura civil/militar. Mas atuação como a dos metalúrgicos e dos estudantes foi quase única. A maioria das categorias estava acéfala ou comandada por dirigentes a serviço do regime militar.

No limiar da transição democrática nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, no Paraná. Embora, o movimento não tenha um dia de fundação, essa reunião marca o ponto de partida de sua construção. O MST surgiu em um momento crucial. Com a abertura democrática, o debate sobre a reforma agrária ganhava contornos importantes no cenário brasileiro. Sem dúvida, é um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros. Com o passar dos anos, demonstrou que veio para ficar e cobrar do governo federal a realização da reforma agrária. A causa do MST é uma das mais nobres: a luta pela terra, no Brasil, que ainda não fez a reforma agrária. Talvez, seja um dos poucos movimentos sociais que cumprem sua função, se constituindo naquilo que, verdadeiramente, deve ser um movimento social. Conforme diz Gohn (2003, p. 13):

Para nós, desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, novas lutas sociais vieram à tona. Foram constituídos os fóruns nacionais de luta pela moradia, reforma urbana, participação popular, entre outros. Com os fóruns, houve grandes encontros nacionais, definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. A sociedade organizada firmou várias parcerias com o poder público. Assim, houve mais participação popular. Uma dessas participações é o Orçamento Participativo, em que o poder público convoca a sociedade para discutir a aplicação dos recursos públicos. Os movimentos sociais cumprem importante papel, pois não apenas participam das assembleias. Sua organização permite que sejam vigilantes na aplicação dos recursos apontados nas assembleias. “À medida que as políticas neoliberais avançaram foram surgindo outros movimentos sociais”, afirma Gohn (2003, p. 21).

Para ela, entretanto, ocorreram profundas alterações na dinâmica dos movimentos populares. De um lado, perderam visibilidade na mídia porque na década de 1990 se afastaram das ruas; de outro, houve um deslocamento da atenção para as Organizações Não Governamentais (ONGs). Embora retraídos, deixaram de ser apenas reivindicatórios, tornando-se operacionais e propositivos. Com a chegada da oposição aos governos municipais, estaduais e nacionais, os movimentos deixaram de ficar de costas para o Estado e começaram a participar das políticas e das parcerias. Tal iniciativa os ajudou a construir outros canais de participação, principalmente, os fóruns. Com isso, contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, a exemplos dos diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e nacionais.

Gohn (2003) afirma que a noção do novo sujeito histórico, um dos eixos estruturais do movimento popular, reformulou-se, assim como deu novos sentidos e significados às suas práticas. “Resulta desse processo uma identidade diferente,

construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares” (GOHN, 2003, p. 24). Segundo ela, “esse outro” estava presente nos relacionamentos desenvolvidos no associativismo emergente, interagindo com ONGs e participação nas políticas públicas.

Figura 14 – Movimentos Sociais.



Fonte: Movimentos... (2014).

4.1 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Regina Bega dos Santos (2008) enfoca os movimentos sociais urbanos, que, segundo ela, são diferentes de outros movimentos sociais, relacionados aos direitos mais universais. Tais movimentos são assim denominados porque atuam sobre uma problemática urbana relacionada ao uso do solo, com apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Entre eles, destacam-se os movimentos por moradia, pela adoção ou melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade. Estes são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania. Para a autora, os movimentos urbanos podem ter um caráter policlassista, reunindo grupos distintos quanto à situação econômica, ou podem reunir apenas indivíduos das camadas mais pobres da população, a exemplo do movimento por moradia.

Santos (2008) diz que os movimentos sociais, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, assumiram, em alguns casos, características reformistas e, em outro, transformadoras, relacionadas a problemas mais imediatos, específicos ou a problemas mais gerais. “Os projetos ditos reformistas, em geral, desenvolveram-se segundo os interesses das classes dominantes, por iniciativa do poder público e

também coexistindo com certas parcelas do movimento popular” (SANTOS, 2008, p.14). Propostas e alternativas populares, muitas vezes, são apropriadas pelo poder público e transformadas em políticas estatais, de cunho demagógico ou populista. A autora afirma que as reivindicações por direito à cidadania, por exemplo, são parcialmente atendidas, por padrões mínimos de consumo ou de serviços públicos. Assim, são transformadas em cidadania de segunda categoria: “[...] a cidadania imperfeita ou mutilada, conforme discutido por Milton Santos⁴”, acrescenta Santos (2008, p. 14).

Ela cita a importância da Constituição de 1988, que criou mecanismos que preveem a participação popular. Daí em diante, o exercício do poder popular mediante instituições representativas de ser uma bandeira de luta para, aos poucos, se tornar realidade. As dificuldades ainda são muitas. Há até a necessidade de aprendizagem do exercício de práticas democráticas, pois no Brasil foram raros os períodos de ampla liberdade para participação política. Os partidos políticos, mesmo os ditos de oposição com vieses esquerdistas, ao chegarem ao poder, tendem a atuar da mesma forma que os partidos anteriores. Eles procuram cooptar os movimentos e burocratizá-los. “[...] se não houver alteração do bloco hegemônico que define a forma de atuação política, as transformações não ocorrerão, ou, na melhor das hipóteses, não serão aprofundadas [...]” (SANTOS, 2008, p. 16).

4.2 ABORDAGEM ESTRUTURAL

A análise dos movimentos sociais urbanos pode ser feita de diversas maneiras. Cada uma delas confere distintos significados à atuação dos seus participantes. Sobre o assunto, a socióloga Maria da Glória Marcondes Gohn elaborou um quadro referencial, o qual publicado com algumas adaptações de Santos (2008) é uma referência útil para quem se dispõe a pesquisar os movimentos sociais. Do ponto de vista do enfoque econômico-estrutural enfatizam-se os aspectos estruturais da sociedade capitalista. Os movimentos que seguem essa orientação atribuem ao capitalismo a origem dos problemas e procuram desenvolver estratégias e práticas de luta que modifiquem as estruturas dessa sociedade. Para isso, é necessário compreender o processo contraditório de desenvolvimento do

⁴ Milton Santos (1926/2001). Geógrafo, que se destacou, especialmente, nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil, na década de 1970.

capitalismo. Ou seja, a acumulação, a centralização e a concentração do capital ocorrem pela exploração da força de trabalho concentrada nas cidades, e para isso é preciso garantir as condições mínimas de sobrevivência que assegurem a reprodução dessa força de trabalho.

Pelo enfoque histórico-cultural há uma corrente de pensadores adeptos da linha histórico-cultural, que possui uma visão política do problema. Enfatizam os processos políticos decorrentes da luta de classes, a qual não se restringe às contradições entre o capital e o trabalho, ou seja, entre os empresários capitalistas e os trabalhadores, mas abrange todo o modo de produção, sendo de grande importância as contradições que ocorrem no interior dos aparelhos de Estado. O sucesso ou não dos movimentos sociais urbanos depende da correlação política entre as forças sociais existentes, isto é, da forma com que se dá o embate entre os partidos e os agrupamentos políticos existentes.

Para alguns historiadores ingleses, entre as abordagens dos movimentos sociais urbanos está a história da classe operária. Os autores dessa corrente são os historiadores ingleses, como Eric Hobsbawm (1917/2012) e Edward Palmer Thompson (1924/1993). Na esfera da cultura política procuram recuperar as experiências coletivas dos trabalhadores. Entre elas, os protestos, as manifestações, os movimentos empreendidos por sujeitos historicamente em construção. Esses movimentos podem, ainda, serem reformistas ou revolucionários, cada um deles com estratégias de lutas diferenciadas. Essa corrente recupera questões clássicas, como valores, cultura e teoria política.

No estudo dos movimentos sociais utiliza-se também o enfoque culturalista, que procura relacioná-los aos fatos cotidianos, mas não como o proposto por Thompson, que fundamenta suas análises utilizando o método marxista. O enfoque culturalista baseia-se na chamada teoria da ação social, de Max Weber (1864/1920). As representações que os indivíduos (atores sociais) têm sobre suas práticas conferem significados a estas. A ênfase recai sobre as relações de consumo e sobre a distribuição das mercadorias, mais do que sobre as relações de produção. Esta corrente produziu dois desdobramentos analíticos: de Alain Touraine (sociólogo francês) e Claus Offe (sociólogo alemão). Segundo Santos (2008), Touraine, que adotou esta linha de estudo, afirma que os movimentos sociais são o coração da sociedade. A partir da ação social, ou seja, das práticas democráticas de pressão, surge uma nova sociedade política, no próprio capitalismo, menos selvagem e

menos igualitária. Os movimentos não seriam contra o Estado, pois não se ambiciona chegar ao poder.

A segunda tendência enfatiza o processo de institucionalização dos movimentos sociais (Claus Offe). O enfoque se baseia na política e na cultura. Considera-se que o marxismo não explica as ações tanto no plano individual como no coletivo. Este privilegia a análise das ações das classes no plano da estrutura. As ações inovadoras dos indivíduos seriam ofuscadas pela subordinação da análise ao fator econômico. Mas há outras abordagens culturais de filósofos e psicanalistas europeus, por exemplo. Entre eles, Michel Foucault (1926/1984), Gilles Deleuze (1925/1995) e Félix Guattari (1930/1992). Este enfoque enfatiza os chamados movimentos de minorias: mulheres, negros, homossexuais, além de movimentos pacifistas e ambientalistas, criadores de uma nova sociedade, potencializada por mudanças socioculturais (mudança de hábitos e de atitude mediante a militância).

Há também o enfoque neopositivista, que vê os movimentos como manifestações comportamentais coletivas, oriundos do desejo de participação na sociedade, tratada em contraposição ao Estado. O fato de os indivíduos se contraporem à sociedade é visto como inerente à natureza humana, uma vez que a sociedade bloqueia-os, oprime-os e frustra-os. As possibilidades de mudança social, ou mesmo de resistência às mudanças, surgem desses embates entre indivíduos e sociedade, ou seja, seriam oriundos desses comportamentos coletivos, que levam os indivíduos a participarem das instituições.

Mas há outras possibilidades interpretativas. De acordo com Santos (2008), este tópico foi elaborado pela socióloga Ana Maria Doimo. As possibilidades de interpretações apresentadas a seguir têm o mérito de sintetizar criticamente as discussões elaboradas por Gohn. Conforme este enunciado, são identificadas três possibilidades de interpretação para os movimentos sociais: O enfoque estrutural autonomista, cujas ações partem de dois pontos básicos: 1) As contradições urbanas, produzidas pelo caráter de classe do Estado que financia a reprodução do capital em detrimento da garantia da reprodução da força de trabalho. São partes do conflito da sociedade capitalista, entre o capital e o trabalho. 2) A sociedade civil tem, em si mesma, uma capacidade ativa no sentido de organizar-se “automaticamente” contra a tradição política autoritária.

Por fim, há o enfoque cultural-autonomista, cuja interpretação surgiu entre 1982 e 1983 com base nas correntes culturalistas para a interpretação dos

movimentos sociais europeus. De certa forma, enfraquece a abordagem anterior. Revaloriza a cultura e subjetividade na elaboração dos conflitos sociais contra a racionalidade instrumental do Estado. O enfoque institucional está vinculado à volta da democracia no Brasil, que traz outras práticas de ação social. Santos (2008) explica o conceito de Doimo. Ela ressalta que, embora os movimentos baseados nos enfoques autonomistas criticassem o atrelamento institucional, não eram tão antiEstado ou contraEstado, como supunha a matriz estrutural-autonomista. O quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos era muito amplo “e o Estado poderia ser ‘amigo’ ou ‘inimigo’, dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido” (SANTOS, 2008, p. 27).

A seguir, apresentaremos uma breve história dos movimentos sociais, cujas capas da *Veja* serão analisadas neste trabalho. Faremos um relato da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), do movimento sindical e do movimento estudantil.

4.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MST

Começando pelo MST, constatamos que a luta dos camponeses, dos quilombolas e dos índios pela posse da terra e de seus territórios é histórica no Brasil. Pode-se afirmar que a existência dos movimentos camponeses na luta pela reforma agrária decorre da insistência das elites nacionais em impedir, pela violência, a posse da terra. Durante o período colonial, apenas os “homens de bem da Corte” tinham acesso a terra. A posse era proibida à maioria. Os “homens livres da ordem escravocrata”, ou seja, os escravos recém-libertados eram impedidos de ter acesso a terra por meio da Lei de Terras. Instituída em 1850, um de seus dispositivos proibia a ocupação de áreas públicas e determinava a aquisição de terras apenas mediante pagamento em dinheiro. Dessa forma, o poder dos latifundiários foi reforçado impedindo que os afrodescendentes se tornassem donos de terras no Brasil.

Para combater tal situação, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), oriundo de manifestações sociais pela posse de terra, que começaram com a colonização do Brasil e se expandiram no século XX. No Paraná, por exemplo, houve a Revolta dos Posseiros no norte do Estado, na década de 1940. No final da década de 1950, o conflito se repetiu no sudoeste do Paraná.

Entre 1945 e 1964, existiram as Ligas Camponesas, com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), lutavam pela reforma agrária e melhoria das condições de vida no campo, atuando, principalmente, no Nordeste. No início, eram lideradas por Gregório Lourenço Bezerra; depois, pelo deputado federal Francisco Julião Arruda de Paula. Com o golpe militar/civil, em 1964, as Ligas Camponesas arrefeceram; Julião foi exilado.

Entre 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), no primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o Brasil. De acordo com Nossa História (2015), eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e pequenos agricultores. Desse encontro nasceu o MST, que se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; por Reforma Agrária; por uma sociedade mais justa e fraterna. A bandeira vermelha tornou-se símbolo do MST em 1987, durante o 4º Encontro Nacional. Ela está presente nos acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, nas casas de militantes e simpatizantes do movimento.

Na década de 1980, o MST travou várias lutas pela realização da reforma agrária. Um avanço veio com a Constituição de 1988. Embora os ruralistas tenham imposto emendas na Carta, que significaram um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, os movimentos sociais tiveram uma importante conquista. Os artigos 184 e 186 fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, seja desapropriada para fins de reforma agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definindo seus símbolos, bandeira e hino. Assim, foram se estruturando os diversos setores dentro do movimento.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello (PRN) para a presidência da República, em 1989, não houve avanço na reforma agrária. Mas os sem-terra intensificaram as ocupações. A palavra de ordem era: "Ocupar, resistir, produzir". Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) se elegeu presidente da República. A produção agrícola tinha uma meta: exportação para gerar dólares e pagar juros da dívida pública. Uma política que fortalecia o agronegócio em detrimento dos pequenos produtores. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2002, representou um momento de expectativa para a questão agrária. No entanto, essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura

fundiária, nos modelos agrícolas e econômicos. Mas o MST continuou a lutar em prol da reforma agrária. Atualmente, o movimento está organizado em 24 Estados nas cinco regiões do país. De acordo com o MST, (NOSSA HISTÓRIA, 2015), ao longo da existência do movimento, cerca de 350 mil famílias conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Em contraposição ao MST foi fundada a União Democrática Ruralista (UDR). A entidade surgiu numa organização regional, em 1985, em Presidente Prudente (SP). No ano seguinte, em Goiânia foi fundada a UDR Nacional, sediada em Brasília. A entidade nasceu de uma mobilização dos grandes proprietários rurais do Brasil para defender seus interesses na Assembleia Constituinte de 1987. Essa atuação se concentraria principalmente na defesa dos direitos de propriedade, que consideravam ameaçados pela esquerda ligada ao MST. Como resultado da atuação dos ruralistas, a Constituição de 1988 preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas. Mas a atuação da entidade não se restringiu à Constituinte. Na década de 1980, houve vários confrontos, na disputa de terra, entre integrantes da UDR e sem-terra. Muitos terminaram em morte.

Figura 15 – Mobilização do MST.



Fonte: MST (2014).

4.4 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Conforme Antônio Mendes Júnior (1981), o movimento estudantil brasileiro pode ser dividido em quatro fases. A primeira ele chama de “fase da atuação individual”. Corresponde aos fins do período colonial e aos primeiros tempos do

Império. Nesse ínterim não há nenhuma entidade ou organização que reúna os estudantes sob qualquer pretexto. A atividade política é individual. Não se caracteriza ainda como um movimento. Na segunda fase, já há atuação coletiva. Transcorre no segundo Império e na primeira República, chegando ao Estado Novo (1937).

Neste período surgem as primeiras sociedades acadêmicas. A maior parte de cunho cultural, mas com certa atuação, como as da Campanha Abolicionista e Movimento Republicano. Mendes Júnior (1981) relata que a terceira fase é uma das mais importantes, destacando a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Com ela, os estudantes se organizam e começam a atuar nas grandes lutas do período. Finalmente, a quarta fase, que coincide com o golpe militar/civil, em 1964, e posterior adoção do Ato Institucional 5, culminando em cassações, prisões e mortes.

Figura 16 – Movimento Estudantil na Ditadura Civil/Militar.



Fonte: Movimento... (2014a).

Os embates dos estudantes começam na década de 1940 contra o fascismo e o Estado Novo. O chefe de polícia do governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930/1945), Felinto Müller, combateu-os ferrenhamente. Os estudantes também atuaram contra o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos por aquela legenda. Em 1961, eles apoiaram a Campanha da Legalidade comandada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Este movimento garantiu a posse de João Melchior Marques Goulart (1961/1964),

também do PTB, na presidência da República. Ele fora eleito vice-presidente na chapa de Jânio Quadros, que renunciara ao cargo. Com o golpe militar/civil, em 1964, Goulart foi derrubado. Começaram as prisões, perseguições e expulsões das universidades. Com a instituição do AI-5, em 1968, o governo militar/civil endureceu. Entre as muitas passeatas e embates com a polícia política, está a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, covardemente assassinado quando jantava no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro.

Depois das prisões, mortes e exílios dos anos 1960 e 1970, os estudantes voltaram às ruas em 1992. Estudantes dos antigos primeiro e segundo grau (hoje ensino fundamental e médio) e universitários saíram às ruas de todo o País vestidos de preto, com as caras pintadas de verde e amarelo, gritando "Fora, Collor!". Acreditavam que iam derrubar o primeiro presidente eleito no grito e comemoraram quando a Câmara dos Deputados aprovou o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, que fora eleito pelo Partido da Renovação Nacional (PRN). Meses depois, antes que o Senado Federal julgasse o impedimento do presidente, Collor deixaria o Palácio do Planalto em uma tentativa de renúncia frustrada. Os carapintadas voltaram às ruas, comemorando o amadurecimento da democracia e a conquista popular. Mas foi uma manifestação momentânea. Os estudantes que pediram o impedimento de Collor não mantiveram o movimento com a mesma força nos anos seguintes. Atualmente, o movimento estudantil está na ativa, mas realiza manifestações pontuais.

Figura 17 – Movimento Estudantil (Fora Collor).



Fonte: Movimento... (2014b).

4.5 A LUTA SINDICAL

A classe operária brasileira surge nos últimos anos do século XIX. A origem dela está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira. A predominância era o centro agrário exportador cafeeiro, mas a criação do trabalho assalariado em substituição ao escravo e a transferência de parte dos seus lucros para a indústria propiciaram a constituição de um amplo mercado interno. Assim, a economia exportadora criou as bases ideais para a constituição do capital industrial no Brasil. Com isso, surgiram os primeiros núcleos operários em São Paulo e Rio de Janeiro, possibilitando as primeiras lutas operárias no Brasil. As sociedades de socorro e auxílio mútuo, que visavam a assistir os operários em situações especiais, como nas greves ou em períodos de dificuldades econômicas, foram as primeiras formas de organização.

Segundo Ricardo Luiz Coltro Antunes (1986), em 1858 eclodiu a primeira greve no Brasil quando os tipógrafos do Rio de Janeiro rebelaram contra injustiças patronais. Eles reivindicavam aumento salarial. Com a vitória deles, a greve passou a ser adotada por outras categorias. Em 1892, realizou-se o I Congresso Socialista Brasileiro com objetivo de fundar, pelos trabalhadores, um partido socialista. Intento não alcançado. Mas as ideias de Marx e Engels, que começavam a se expandir pelo Brasil, serviram de base para surgimento dos sindicatos. Em 1906, é realizado o I Congresso Operário Brasileiro. Com 43 delegados de São Paulo e Rio de Janeiro, lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional: a Confederação Operária Brasileira (COB), que lutava por reivindicações básicas dos operários brasileiros e promoveu intensa campanha de solidariedade aos de outros países.

Entre 1913 e 1920 realizaram-se o II e o III Congresso Operário tentando reavivar a Confederação Operária Brasileira. Com influências anarquistas e comunistas, o sindicalismo seguiu até 1930. A marca desta época, o movimento tenentista, serviu de inspiração aos operários. Liderado por jovens oficiais de baixa e média patente, entre eles Luiz Carlos Prestes, que comandou a Coluna Prestes (movimento político-militar entre 1925 e 1927, ligado ao tenentismo de insatisfação com a República Velha), percorrendo todo o interior do Brasil buscando adesão dos trabalhadores rurais para as transformações necessárias na sociedade brasileira.

O período que vai de 1930 a 1945 é conhecido na história brasileira como Era Vargas ou Estado Novo. A Revolução de 1930 leva ao poder o presidente Getúlio Dornelles Vargas (PTB), marcando uma nova etapa na história do movimento operário, especialmente no que se refere aos sindicatos, com uma crescente integração dos sindicatos ao controle do Estado. Isso se dá mais claramente a partir da criação do Ministério do Trabalho, por Vargas, em novembro de 1930. Em março de 1931 é publicada a Lei da Sindicalização, que tinha como objetivo submeter a atividade sindical ao controle do Estado. A lei proibia, entre outras questões, toda propaganda considerada ideológica no sindicato. A política trabalhista desenvolvida por Vargas estimula o corporativismo, isto é, que os sindicatos sejam organizados por categoria profissional e não por ramo de atividade econômica.

A situação criada após a derrubada do Estado Novo apresenta um aspecto peculiar: a coexistência da estrutura sindical corporativa com a democracia representativa. Ou seja: no plano político, se restabelece a autonomia e o pluralismo partidário; enquanto no plano das relações profissionais persiste a unicidade sindical e a subordinação dos sindicatos ao poder do Estado. Assim, o direito de greve foi assegurado pelas mudanças que o golpe militar/civil introduziu na Constituição de 1964, mas o decreto 9.070 impôs numerosas restrições para sua ocorrência limitando as condições em que a paralisação do trabalho poderia ocorrer legalmente. A estrutura sindical criada durante o Estado Novo praticamente permaneceu a mesma até 1964. Com alguns avanços. Em 1962, por exemplo, em reunião dos representantes do Comando Geral de Greve (CCG), na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no Rio de Janeiro, trabalhadores decidem fundar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que reunia sindicatos, federações e confederações.

O golpe militar/civil de 1964 impôs sanções ao sindicalismo. Entre elas, o papel do sindicato como mero órgão assistencialista e simples agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora. Para agravar ainda mais, logo foram encaminhadas as primeiras medidas que estabeleciam mudanças nas leis trabalhistas: a Lei do Arrocho salarial e a revogação da Lei da Estabilidade, exigência do capital internacional, que teve como prêmio de consolo, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Intensificaram as lutas contra o arrocho salarial. Com a instituição do AI-5, em 1968, o sindicalismo sofre um duro golpe da repressão, mas não esmoreceu.

As décadas de 1970 e 1980 foram de intensas lutas do sindicalismo brasileiro, principalmente no ABC: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). As manifestações lideradas pelos sindicatos culminaram com as Diretas-Já, em 1984, e com a promulgação da Constituição, em 1988. Outro momento marcante foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. O congresso de fundação da CUT aprovou as lutas pelo fim da Lei de Segurança Nacional e do Regime Militar, combate à política econômica do governo, contra o desemprego, pela reforma agrária, reajustes trimestrais dos salários e liberdade e autonomia sindical.

Para coordenar essas lutas foi eleita uma direção colegiada, presidida por Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em contraposição à CUT, em 1986, foi criada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Quem primeiro a presidiu foi Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, que ficou conhecido pela cordialidade com que negociava com os patrões. Na mesma linha atuava Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, que defendia o “sindicalismo de resultados” e se opunha ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ligado à CUT. Em oposição a esta central sindical ajudou a fundar a Força Sindical, da qual foi presidente entre 1991 e 1999. Nos dias atuais, o sindicalismo vive de manifestações pontuais. Nos governos do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) (2003/2011) e Dilma Rousseff (2011 até hoje), as greves operárias são pontuais e curtas. Ou seja, não há uma atuação ampla do movimento sindical, como nos anos 1980.

Figura 18 – Movimento Sindical.



Fonte: Movimento... (2014c).

4.6 AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 E O DECRETO 8.243

Considerando que a intervenção direta no poder público e a participação na condução das políticas públicas estão entre os objetivos dos movimentos sociais, em 2014, houve sinalização de um avanço. O decreto do governo federal, que cria a Política Nacional de Participação Social, visa a ouvir as reivindicações dos movimentos sociais. Assinado pela presidente da República Dilma Rousseff, o decreto 8.243 de 23 de maio de 2014 institui o que o governo chama de uma nova política de participação social, assim como um maior diálogo entre sociedade civil e governo. O texto, no entanto, é alvo de divergências. Políticos da oposição acusam o governo federal de ditar rumos bolivarianos (conjunto de doutrinas políticas que vigora em partes da América do Sul, especialmente na Venezuela) para o País. O governo se defende afirmando que apenas institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS). A base seria o diálogo entre governo e movimentos sociais, a fim de alinhar as políticas públicas às demandas destes.

O objetivo da PNPS é acompanhar a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas e políticas públicas, assim como o aprimoramento da gestão pública. Ao considerar como pilares para esse processo, a sociedade civil, um conselho de políticas públicas (responsável por estimular a participação no processo decisório), uma conferência nacional (instância periódica de debate, de formulação e de avaliação), uma ouvidoria federal e as audiências públicas como ferramentas de mobilização e participação social, o decreto tem como principais objetivos estimular a participação social de forma sistemática e aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil. A Câmara dos Deputados, no entanto, o rejeitou, mas o decreto deve ser reapresentado para avaliação do novo Congresso que assumiu em 2015.

Se os movimentos sociais se aproximam das decisões das políticas públicas é importante ressaltar as manifestações nas ruas, reivindicando melhoria nos serviços públicos, cidadania e mais participações nas decisões políticas, atributos garantidos pela Constituição Federal. No Brasil, em 2013, houve várias manifestações de rua. Embora não se possa afirmar que elas foram realizadas apenas por movimentos sociais, demonstraram insatisfação da sociedade. Ainda não está evidente qual a origem de tais manifestações. Mas entre elas, havia movimentos sociais. Um deles é o Movimento Passe Livre de São Paulo, que reivindicava melhorias e protestava

contra o aumento das passagens do transporte coletivo da capital paulista. Diferente do movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970 e dos metalúrgicos do ABC, no fim dos anos 1970 e anos 1980, eles saíram às ruas e receberam adesão de outros manifestantes.

De São Paulo, o ato espalhou-se pelo o Brasil. Sem uma pauta definida, os manifestantes cobravam, entre outras coisas, a conclusão de obras públicas paralisadas, melhoria na infraestrutura das cidades, fim do aumento das passagens de ônibus e repúdio aos gastos públicos na realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Ainda não há muitas análises científicas sobre tais manifestações, mas quem sabe estejamos vivendo uma nova concepção de movimento social no Brasil.

A seguir, analisaremos como os movimentos sociais relatados neste capítulo são retratados nas capas da *Veja*. A revista os destacou no momento em que estavam no auge, como os estudantes nas décadas de 1960 e 1970, os operários nos anos 1970 e 1980 e os sem-terra nas décadas de 1980, 1990 e 2000. *Veja* não tem por hábito retratar movimentos sociais em sua capa. Na maioria das vezes que o faz o movimento retratado teve algum destaque na semana da publicação da revista. Em algumas capas que são retratados é possível verificar, até mesmo sem embasamento teórico, que a revista foi parcial. Mas não basta saber, é preciso verificar como a informação foi deturpada? Por que usou tal cor na capa? Por que utilizou aquela fotografia? Aquele título? Aquele chamada? São perguntas que podem ser respondidas identificando os efeitos de sentido na construção do discurso jornalístico. É o que veremos no próximo capítulo.

5 CAPAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - MST E UDR

5.1 ANÁLISE DAS CAPAS – MOVIMENTO MST

Em 15 de agosto de 1990, *Veja* publicou a capa com o título: “Violência”, seguido da chamada: “A escalada da selvageria assusta o país” (*Figura 19*). Abaixo de um traço vermelho estão a data do ocorrido e seu desfecho: “Porto Alegre, 8 de agosto de 1990: em conflito com os sem-terra um policial é degolado a foice”. A revista dedicou seis páginas ao assunto, cujo título é “Brasil - A jornada das foices”. Segundo a reportagem, o conflito se deu porque cerca de 400 pequenos agricultores e integrantes do MST tentaram montar um acampamento na Praça Matriz, a poucos metros do Palácio Piratini, em Porto Alegre, sede do governo do Rio Grande do Sul. O soldado Valdeci de Abreu Lopes, 27 anos, desceu do carro da polícia, sacou o revólver e atirou para o chão, tentando afastar os manifestantes, mas tombou morto com uma foçada no pescoço. Emendada ao relato do conflito em Porto Alegre, a reportagem se refere a um blecaute que ocorrera em Salvador (BA) na semana anterior.

Figura 19 – Capa publicada em 15 de agosto de 1990. “A escalada da selvageria”.



Fonte: *Veja* (1990).

Diz que o então ministro da Infraestrutura, Ozires Silva, tinha indício de que o apagão fora um ato criminoso provocado pelo Sindicato dos Eletricitários, cuja

categoria estava em greve por melhores salários. A reportagem cita outras greves pelo país ocorridas em 1986 e 1989. Afirma também que um grupo de trabalhadores, no conflito de Porto Alegre, tentou se esconder na Prefeitura daquela capital, na época, administrada por Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). A reportagem ressalta que tal sigla mantinha laços de consanguinidade com os sem-terra. A matéria termina afirmando que os trabalhadores envolvidos na “baderna de Porto Alegre” poderiam ser considerados típicos brasileiros do campo, mas como integrantes dos sem-terra pertencem a um dos grupos mais ativos do País com uma gorda folha de proezas em matérias de confusões. Um boxe (Material adicional usado em uma matéria, que serve para destacar uma parte do tema ou dar explicações adicionais ao leitor). “O dia em que a Bahia ficou no escuro” (VEJA, 1990, p. 38) sobre o blecaute em Salvador, finaliza a reportagem do embate na capital gaúcha. O editorial, que *Veja* denomina “Carta ao Leitor”, trata da invasão no Kuwait e alerta sobre uma possível crise do petróleo naquele ano.

A fotografia desta capa corresponde à reportagem interna. Ou seja, dá a entender que o conflito fora provocado pelos sem-terra. Tenta passar a impressão de que o Brasil vivia uma escalada de violência, se referindo, inclusive, a outras greves e movimentos que ocorriam pelo país. A capa apresenta um tema fragmentado. Se os sem-terra estavam lá havia uma causa, que é a reforma agrária. Mas a ação do movimento foi denominada de selvagem, qualificando os sem-terra também de selvagens. Não se quer dizer que a luta pela reforma agrária justifique a violência, mas a luta pela terra, um dos principais objetivos do MST, ficou em segundo plano. “Isolados como particularidades de um fato, o dado, a informação, a declaração perdem todo seu significado original e real para permanecer no limbo [...]” (ABRAMO, 2003, p. 28).

A feitura da capa contribui para reforçar título e chamada, reafirmando a tese de que existe uma “selvageria que assusta o país”. A fotografia mostra sem-terra armados de foices enfrentando a Polícia Militar, que se defende com escudos. O título em vermelho destaca a palavra violência, combinando com o logotipo da revista e o traço que separa título e chamada da nota abaixo. Segundo Guimarães (2000), é uma capa monotemática, recurso muito utilizado por *Veja*:

Desde que surgiu, em 1968, a revista *Veja* tem apostado em uma estrutura de capa monotemática: uma foto ou ilustração de fundo e

uma chamada (manchete que sintetiza o assunto e que pode ser formada apenas pelo título ou ter acompanhamento de outros elementos verbais característicos do jornalismo, como subtítulo, legenda, chapéu – que é uma palavra ou expressão que antecede o título para, indicando o assunto, conduzir a leitura da chamada), e, eventualmente, um segundo assunto em destaque na tarja diagonal no seu canto superior esquerdo (conhecido como orelha) (GUIMARÃES, 2000, p. 123-124).

Veja, muitas vezes, aproveita a cor utilizada na imagem ou no texto para contribuir na apresentação geral da combinação cromática da capa. “Ou mesmo para realçar uma cor que na imagem terá um conteúdo simbólico”, afirma Guimarães (2000, p. 124). Neste caso, o vermelho do logotipo e do título ajudou a formar o impacto da capa, reforçando sua simbologia. Entre muitos atributos do vermelho, Guimarães (2000, p. 121) acrescenta: “É também a cor da ação e imposição, marcas dos processos revolucionários”. À primeira vista, a capa revela um perigo iminente, pois fala em escalada da violência e selvageria. Uma espécie de alerta de que o país estaria à beira de uma guerra civil. Escalada quer dizer, entre outras coisas, aumento progressivo da intensidade de uma atividade bélica ou violenta. A questão da quebra da ordem pública forma a MD, que constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. “Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção” (FERNANDES, 2008, p. 49).

Uma chamada acima em diagonal “Iraque - O invasor cercado” se refere à invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, que, com interferência dos Estados Unidos, resultou na Guerra do Golfo. Parte da mídia utiliza o termo invasão para se referir a ações dos sem-terra. Quando estes ocupam uma propriedade, diz-se que houve uma invasão. Esta chamada, portanto, embora não esteja ligada ao tema da capa, não lhe soa estranha. Guerra e invasão lembram violência, que se refere, na capa, ao confronto entre sem-terra e policiais. Ao fazermos tal associação, estamos esmiuçando o enunciado em questão. Como declara Pêcheux (2012, p. 53):

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a Análise de Discurso.

Segundo Pêcheux, a interpretação se dá porque há o outro nas sociedades e na história. Esta capa da *Veja* é o interlocutor, que produz o efeito de sentido. Embora ela seja única faz parte do processo de enunciação. “Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferem”, destaca Fernandes (2008, p. 56).

Veja publicou em 24 de abril de 1996 a capa “Eldorado do Carajás, Brasil, 17 de abril de 1996” (Figura 20). Com apenas uma chamada e a fotografia de um trabalhador assassinado com um tiro na nuca, a revista, diferentemente, de outras ocasiões, era pura indignação em prol dos sem-terra. No massacre 19 trabalhadores rurais foram executados e 51 feridos. O crime causara comoção mundial, e *Veja* não pôde mais ignorar o MST.

Figura 20 – Capa publicada em 24 de abril de 1996. “Brasil”.



Fonte: *Veja* (1996a).

O assunto, que ganhou dez páginas, recebeu o título: “Brasil - Sangue em Carajás” e o lide (Lead – ou, na forma aportuguesada, lide - é, em jornalismo, a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa "guia" ou "o que vem à frente"): “O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado.

Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos” (VEJA, 1996a, p. 34). Diz que os homens e as mulheres que foram trucidados pelos soldados deixando sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão “são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver” (VEJA, 1996a, p. 34).

Fotografias dos mortos tomam as duas primeiras páginas da reportagem. Uma ilustração na página 37 com o título “O massacre, passo a passo” revela as etapas do confronto. Na página seguinte, o box “Sindicato-partido do MST” destoa da matéria principal, criticando o MST. Entre outras coisas, afirma: “O MST usa armas e tem uma tradição de enfrentar a polícia” (VEJA, 1996a, p. 38). A reportagem dedica quatro páginas à discussão da reforma agrária. Com o título “Terra em chamas”, descreve: “Com terra que não acaba mais, e produção agrícola baixa, o país ateou fogo no campo” (VEJA, 1996a, p. 40). Outro box é sobre o empresário Cecílio do Rego Almeida, que teria comprado uma fazenda de 4 milhões de hectares no Pará. Segundo a revista, a compra fora irregular porque as terras estariam em área indígena. O editorial “A bala, não há solução alguma” segue a indignação em prol dos sem-terra. “A decisão de colocar armas de fogo nas mãos dos policiais militares está na raiz do morticínio em Eldorado dos Carajás” (VEJA, 1996a, p. 31).

Conforme Souza (2004), a relação de *Veja* com o MST se divide em três fases: silêncio, cooptação e satanização. Esta capa é a primeira da fase de cooptação, que vigorou entre 1996 e 1997. De acordo com o autor, deve ser entendida como uma tentativa de atração, pelo governo federal, com o intuito de trazer o MST para o arco de aliança que o sustentava. O governo cederia em algumas questões, sem intervir profundamente no sistema agrário. Tal procedimento renderia dividendos políticos, haja vista que os massacres de Corumbiara (Rondônia), em 1995, e Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996, renderam visibilidade ao movimento. Este atingiria o topo de sua popularidade com uma grande marcha pela reforma agrária, emprego e justiça, em abril de 1997, partindo de várias regiões do Brasil até Brasília.

Está capa, portanto, denuncia o massacre, e o faz revelando a truculência da Polícia Militar do Pará. Embora a fotografia nela exposta não retrate a realidade, seja apenas um relato do que ocorrera. “Não há [...] fato jornalístico sem o relato jornalístico. O que pretendemos dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por

definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos” (GOMES, 2003, p. 9). Por conter apenas uma fotografia e uma chamada, se apresenta como uma capa objetiva, direta, cuja pretensão é a informação sem rodeios, o que também não se configura. A objetividade no jornalismo é questionável. Como afirma Abramo (2003, p. 40):

Existe [...] uma falsa objetividade, que pervagou por muito tempo manuais de jornalismo e mesmo certos jornais da grande imprensa. É uma objetividade falsa não porque seja relativa, mas porque é aparente e subjetiva. Esse método de subjetividade restringe-se aos aspectos meramente aparentes [...] da realidade, aos dados mais flagrantes [...], supondo, com isso, que assim vê objetivamente a realidade.

Em se tratando da cor vermelha, na análise de Guimarães (2000), por retratar um caso de repercussão mundial, esta capa tem objetivo de chocar o leitor com a imagem de sangue derramado com todo impacto que o fato deveria provocar. Jornais e revistas utilizaram imagem dos corpos dos sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar, mas apenas *Veja* utilizou o recurso de selecionar um detalhe da imagem, ampliando-o. Tal procedimento resultou num vermelho dominante. “O uso da palavra BRASIL, em maiúscula, dramatizou ainda mais o conjunto, e fez remissão direta ao desenho formado pelo sangue derramado, que lembra a forma do mapa do território brasileiro” (GUIMARÃES, 2000, p. 127). O uso da cor vermelha nesta capa colocou-a entre as da revista que estão relacionadas com a violência. De acordo com o autor, de todas as capas de *Veja* nas quais se utiliza o vermelho, a maioria tem conotação com a violência. “O vermelho foi, desde a Idade Média, a cor do crime e do pecado, possivelmente por sua relação denotativa com a cor do sangue derramado”, acrescenta Guimarães (2000, p. 119). Embora Eldorado signifique o contrário. Segundo a lenda, é uma cidade repleta de ouro, regida por um príncipe, cujo corpo reluzia ouro.

A próxima capa analisada (*Figura 21*) foi publicada em 16 de abril de 1997 com o título: “A marcha dos radicais” e a chamada: “Quem são e o que querem os sem-terra.” O assunto ganhou 22 páginas. O título “Especial - A longa marcha” dá início à reportagem, que começa descrevendo uma marcha dos sem-terra realizada naquele ano. O lide afirma: “Diante da caminhada dos sem-terra, a pior escolha é ficar de braços cruzados”. A revista, que acompanhou parte dos sem-terra que se

dirigiam a Brasília, diz que ao passo de 20 quilômetros por dia, os 1500 marchadores, que saíram de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, desfilaram na Esplanada dos Ministérios. “O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, enxada na mão” (VEJA, 1997a, p. 34). O texto afirma que os sem-terra são enfezados, adotam um ideário que une o sandinismo da Nicarágua com o zapatismo mexicano sob as bênçãos da Teologia da Libertação. A reportagem compara-os também aos fanáticos de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel, líder religioso e social que liderou a revolta de Canudos, no sertão baiano, entre 1886 e 1887). Afirma que os sem-terra eram a única oposição ao governo federal, embora o movimento se identificasse com um partido político organizado pelos velhos métodos do leninismo, com vida clandestina, doutrinação política e centralismo duro. “E, no entanto, esses marchadores do atraso são popularíssimos” (VEJA, 1997a, p. 34).

Figura 21 – Capa publicada em 16 de abril de 1997. “A marcha dos radicais”.



Fonte: Veja (1997a).

Ao longo das 22 páginas, o texto se divide em seis boxes. “Quem são eles - Condenados à luta” descreve alguns acampamentos do MST. Diz que a maioria tem construções precárias em cima de um terreno pantanoso: o da estrutura de terras no Brasil. “Fazendeiros - Longe da caricatura” revela que a maioria dos fazendeiros vive

como a classe média, embora tenham patrimônio considerável. O líder do MST, João Pedro Stédille, é retratado em “Perfil - O radical da tradição”. No Brasil da globalização, diz o texto, Stédille acredita em família, Deus e pequena propriedade. “História - parado por 500 anos” diz que o Brasil é o único, entre países continentais, que nunca mexera na propriedade da terra. “Internacional - Problema resolvido” revela como outros países fizeram a reforma agrária. Por fim, “Produtividade - Gigante adormecido” relata os desperdícios no Brasil, que poderia ser um grande produtor de alimentos. Em “Carta ao Leitor”: “Em campo, com os sem-terra”, (VEJA, 1997a, p. 7), a revista explica como produziu a reportagem sobre o movimento. Segundo a revista, foram enviados 20 profissionais, entre repórteres e fotógrafos, para vários Estados do Brasil.

Esta capa também é da fase de cooptação do MST, conforme Souza (2004). Estampa a marcha do movimento, que partira de várias regiões do Brasil e chegara a Brasília, onde uma comissão foi recebida pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. A fotografia desta capa revela uma bandeira do Brasil em meio a várias bandeiras do MST. Parte da mídia critica a bandeira do movimento em eventos políticos e órgãos públicos, dando a entender que ela se superpõe à bandeira do Brasil. A própria *Veja* o fez na reportagem “Madracais do MST”, que questiona as escolas do movimento. Para a revista, as escolas do MST, como os internatos muçulmanos, ensinam o ódio e instigam a revolução. “A reportagem de *Veja* visitou duas delas, [...] ambas exibem, nas classes e no pátio, a bandeira do MST” (VEJA, 2004, p. 47). “No vídeo, esclarecedor e polêmico, crianças brasileiras levantam as bandeiras de Cuba e do MST, mas não a brasileira”, diz texto do site *Folha Política* (2015), se referindo a uma suposta manifestação de crianças de famílias de assentados.

A bandeira do MST é um símbolo do movimento. O site do MST diz que ela está presente nos acampamentos e assentamentos, nas mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, nas casas dos integrantes e simpatizantes do movimento (BANDEIRA..., 2015). Nesta capa, são várias bandeiras do MST e apenas uma do Brasil. Prevalece a imagem de que a marcha é exclusiva do MST, que a luta deste não é a mesma do Brasil, o que vem ao encontro dos rótulos que a mídia atribui ao movimento: comunista, socialista, leninista, zapatista, trotskista, entre outros. Em se tratando de cor também. Para Guimarães (2000), o vermelho é associado a movimentos ditos de esquerda. Orlandi (2012a, p. 130) afirma: “O sujeito não pode não significar e não há sentido sem interpretação”, logo: “[...] o dito + o não dito = o

dizer completo” (ORLANDI, 2012a, p. 125). Assim se materializam os sentidos desta página: não estão ditos, mas se significam, podem dizer, e muito.

Quanto ao título: “A marcha dos radicais”, o que se vê, como em análises anteriores, é o social histórico se materializando. Radical, que linguisticamente, é um morfema básico de uma palavra, também se refere a militante de extrema-direita ou esquerda. Nesta capa, *Veja* o utiliza para dizer que os sem-terra não são apenas oposição ao governo federal, mas estão dispostos a fazer de tudo para conseguir seu objetivo, que é a reforma agrária. Ao qualificá-los de enfezados, sandinistas, zapatistas, entre outras palavras semelhantes, na reportagem interna, a revista revela sua intenção nesta capa. Sem dizer que a cruz, que se sobrepõe à frente da bandeira do Brasil, lembra a Teologia da Libertação, movimento de viés esquerdista ligado à Igreja Católica.

Verifica-se, portanto, a presença do interdiscurso. “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2012a, p. 32). A chamada “Quem são e o que querem os sem-terra” sustenta o título: “A marcha dos radicais”. *Veja* constitui e formula seu dizer. Assim, mostra que decifrou a vida dos militantes do MST descobrindo o que eles, realmente, querem. Acrescenta Orlandi (2012a, p. 33): “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”.

Em 23 de abril de 1997, *Veja* publicou uma capa com o título: “Eles chegaram lá” e a chamada: “O que fazer agora?” (*Figura 22*). A revista dedica 11 páginas ao assunto. Com o título: “Reforma agrária - Lições da grande marcha descalça” e o lide: “Depois da caminhada, do protesto e da festa, chegou a hora da política” (*VEJA*, 1997, p. 26), a reportagem narra a chegada do MST a Brasília. Eram 40 mil pessoas, em marcha, oriundas de várias partes do Brasil. Assim começa o texto: “A rebeldia é a marca do MST. Os sem-terra não aguardam quietinhos as decisões da Justiça. [...] Eles tomam as terras primeiro, conversam depois. São gente brava, que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada” (*VEJA*, 1997b, p. 26). A reportagem ressalta o valor dos sem-terra, mas, às vezes, o faz com certo rompante. Por exemplo: “Maiores que eles mesmos, os sem-terra servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado” (*VEJA*, 1997b, p. 26). A revista afirma que o governo errara ao subestimar o poder do MST, dizendo que pesquisas

indicavam que 80% da população queriam a reforma agrária. A reportagem termina dizendo que chegara a hora “da resolução política do problema dos pobres que querem trabalhar e não tem condições” (VEJA, 1997b, p. 26).

Figura 22 – Capa publicada em 23 de abril de 1997. “Eles chegaram lá”.



Fonte: Veja (1997b).

A reportagem é dividida em boxes. O primeiro, intitulado “O príncipe e os pês-rapados”, relata o encontro de uma comissão dos sem-terra com o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2003). Outro box, “Personalista carismático”, destaca José Rainha Júnior, um dos líderes do MST. O então ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, também ganha um box, no qual a revista diz que ele apostara no fracasso da marcha dos sem-terra. No box “Ideias com o pé no chão”, *Veja* descreve uma experiência de reforma agrária no Rio Grande do Sul, que dera certo; outra no Mato Grosso, que fracassara. Falas de lideranças são inseridas com destaque ao longo da reportagem. Plínio de Arruda Sampaio, ex-relator da Comissão Especial de Reforma Agrária na Câmara, diz que o governo deveria aumentar a meta de assentamentos. O deputado federal Abelardo Lúpion, então líder ruralista na Câmara, recomenda: “É preciso investigar a vida pregressa desses que se dizem líderes do MST e desmascará-los” (VEJA, 1997b, p. 29). Em *Carta ao*

Leitor, a revista comenta a ameaça ambiental de uma hidrovia que se pretendia construir nos rios Paraguai e Paraná.

Esta capa é a última do período denominado por Souza (2004) de cooptação. O título: “Eles chegaram lá” é uma expressão constituída de elementos dêiticos (aqueles que dependem do contexto da enunciação para terem seu sentido identificado). “Eles (quem?) chegaram lá” (onde?). Este título instiga o leitor a relacionar o verbal ao não verbal para entender a posição dos sem-terra. O que faziam em Brasília? Nem o nome da capital federal está na capa. É possível que o leitor a descubra pela imagem do prédio do Congresso Nacional, mas depende do seu repertório visual. A revista apresenta o MST como um grupo esforçado, que fez uma longa marcha e chegou ao centro do poder para reivindicar aquilo que considera seu direito: a reforma agrária.

Mas abaixo uma chamada traz a dúvida quanto à capacidade do movimento em fazê-lo: “O que fazer agora?”. Quer dizer, chegar lá não é tão difícil, mas o que fazer depois? A resposta é o silêncio produzindo sentido. “A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente” (ORLANDI, 2007, p. 27). Neste caso, o ato de significar revela o silêncio. A autora completa: “O homem está ‘condenado’ a significar. Como ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja)” (ORLANDI, 2007, p. 29-30).

Outro aspecto desta capa é a cor, que complementa a informação. O vermelho, cor do MST, ocupa a área destinada ao céu azul, combinando com a cor do título, que lembra o sol. Segundo Guimarães (2000), a substituição de um elemento por outra cor qualquer faz com que o leitor procure o seu sentido, enfatizando ainda mais a aplicação simbólica. Uma cor têm vários significados. Dependendo da maneira como é usada pode despertar sentidos diferentes no leitor. Pastoured (apud GUIMARÃES, 2000) afirma que há um vermelho que se apresenta positivamente e outro negativamente. Nesta capa, ao substituir o azul do céu, de acordo com Guimarães (2000, p. 128), tem o seguinte significado:

O céu [...] dependendo do repertório e posição política frente às manifestações do MST, pode ser lido como um espaço sagrado e, portanto, a ocupação vermelha traria uma conotação negativa, aterrorizante, como a cor do céu no dia do Juízo Final.

A chamada acima em diagonal “Uma hidrovía ameaça o Pantanal” ganha 15 páginas com o título: “Ambiente - Santuário ameaçado”. A julgar pelo número de páginas, o assunto poderia estar cotado para a capa desta edição. No entanto, as manifestações dos sem-terra estavam no auge. Tanto é que, em um mês, *Veja* dedicou duas capas seguidas ao movimento: 16/04/1997 e 23/04/1997. Em “Carta ao Leitor” da edição de 19 de agosto de 1992, *Veja* explica como são feitas suas capas. Diz que Rodrigo de Andrade, então capista da revista, iniciava a semana de maneira tranquila, mas ao longo dos dias, quando seu trabalho estava prestes a terminar, ouvia a frase-senha: “A capa caiu” (*VEJA*, 1992, p. 17).

O aviso significava que deveria abandonar o que fez em benefício de uma reportagem mais momentosa, começando tudo de novo. O assunto da construção da hidrovía ganhou apenas uma chamada nesta capa, mas, simbólica e discursivamente, não está alheia ao tema principal dela. A onça pintada com a boca aberta mostrando os dentes, em posição de ataque, e a palavra “ameaça” revelam tensão, expectativa, algo prestes a acontecer. A marcha dos sem-terra também não é inerte e sugere ação. Há uma conexão entre sentidos. Como diz Orlandi (2012a, p. 59): “Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido”.

Veja publicou em 3 de junho de 1998 (*Figura 23*) uma capa com a fotografia do líder do MST, João Pedro Stédile, cujo título é “A esquerda com raiva” seguida da chamada: “inspirado por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da ‘democracia burguesa’ e sonham com um Brasil socialista”.

Do lado direito, abaixo, a legenda: “João Pedro Stédile, líder do movimento dos Sem-Terra”. Na matéria interna: “BRASIL - O que eles querem”, a revista dedica sete páginas ao assunto. Nas duas páginas que abrem a reportagem, Stédile está de braços abertos. Atrás dele três fotografias mostram os sem-terra em ação. Diz a legenda: “Ações do MST na semana passada, da esquerda para a direita: saque no Ceará, sequestro de caminhão de comida em Pernambuco e invasão de agência bancária no Paraná” (*VEJA*, 1998, p. 43). Nesta mesma página, há um lide acima: “Os dirigentes do MST dizem que não querem só terra e falam em revolução e socialismo”.

Figura 23 – Capa publicada em 3 de junho de 1998. “A esquerda com raiva”.



Fonte: Veja (1998).

Segundo a revista, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista coletiva no Palácio da Alvorada, ressaltara: “Quando o MST entra num banco é igualzinho, igualzinho, a alguém que entrou num banco como assaltante” (VEJA, 1998, p. 43). FHC explicou que não condenava saques de supermercados quando feitos por famintos. “O problema é quem não está com fome. Quem está usando a fome para assaltar” (VEJA, 1998, p. 43). Para *Veja*, os sem-terra são tão pauperizados que não têm nada a perder - emprego, carro, casa e, em muitos casos, dignidade. Diz que João Pedro Stédile é a alma mais radical do MST. “Ele colocou na cabeça um tipo de batalha pessoal, a luta em defesa dos humildes” (VEJA, 1998, p. 44). A revista afirma que o MST é um liquidificador, composto por gente de diversas tendências, incluindo adeptos de Che Guevara, do sandinismo nicaraguense, das táticas maoístas, defensores de uma “pátria operária socialista”, tudo misturado com princípios da Teologia da Libertação (movimento ligado à Igreja Católica). Em “Carta ao Leitor”, a revista fala das oscilações da Bolsa de Valores do Brasil naquela semana.

O tom crítico do texto interno continua nesta capa, na qual uma fotografia de João Pedro Stédile, com cara de bravo, é avermelhada pelo Fotoshop (programa de computador utilizado na manipulação de imagens). Desenvolvido em 1987, o Fotoshop foi lançado em 1990. A manipulação da fotografia de Stédile poderia

causar impacto ao leitor, principalmente, os que não conheciam a linha de ação do MST. Estes poderiam entender que o movimento estaria pronto para provocar uma guerra civil no país. “Alteram-se as cores, muitas vezes de forma sutil, outras de forma extremada. Com essa ação, alteram-se a imagem digital e normalmente valores negativos são incorporados”, afirma Guimarães (2003, p. 123). Ele acrescenta que a cor é um mediador sógnico de recepção mais instantâneo no jornalismo, mas sua expressão não vem sendo utilizada com eficiência e respeito aos critérios que perfazem um jornalismo de qualidade. Segundo ele, o vermelho, para a revista *Veja*, quando cor predominante, está sempre vinculado à ruptura da ordem social.

O contraste do vermelho com a barba e o cabelo pretos realça a fotografia de Stédile. Para Guimarães (2000), tal recurso torna-a negativa, pois se aproxima da ideia de sangue derramado. Os termos utilizados nesta capa combinam com o vermelho, relacionando-o a revoluções e à violência. “As palavras rebeldia, rebeldes, revoltas e revoltados solicitam a presença do vermelho”, declara Guimarães (2000, p. 129). Raiva, zapatistas, leninistas, maoístas e implosão têm o mesmo sentido, portanto, complementam a tonalidade utilizada. Sem dizer da conotação com a política e alguns movimentos sociais, a qual esta cor também lembra. “No Brasil, o vermelho é a cor do Partido dos Trabalhadores (PT); do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); do Partido Comunista do Brasil (PC do B) [...] e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)”, ressalta Guimarães (2000, p. 121).

No tocante à MD, as palavras raiva, zapatistas, leninistas e maoístas são carregadas de efeitos de sentidos. Baseado no que diz Orlandi (2012a, p. 32): “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”, verificamos que tais termos, quando usados pela mídia, na maioria das vezes, estão ligados a revoluções, guerrilhas e ditaduras. “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com o sujeito e com a ideologia”, arremata Orlandi (2012a, p. 32). O impacto e a ressignificação transformam esta capa em espetáculo. Como diz Debord (1997, p. 14): “O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos”.

Há duas chamadas acima nesta capa: “Guia: Como escolher a melhor escola para seus filhos” e “Viagra: impotentes experimentam e contam tudo”. A primeira

ocupa duas páginas; a segunda, três. Ambas não apresentam qualquer efeito de sentido em relação ao assunto principal da capa. Mas, justamente, por isso, acabam produzindo sentido, pois apresentam temas opostos aos sem-terra, que, nesta capa, representam o Brasil do atraso, à beira de uma revolução socialista. O Viagra, na época, era a grande novidade, que prometia devolver o prazer sexual a impotentes e idosos. A matéria da escolha da melhor escola para os filhos apresenta uma lista dos melhores estabelecimentos de ensino particular do Brasil. Ou seja, ali estavam dois ingredientes do Brasil feliz, que dá certo, conforme apregoa o capital: educação de qualidade e recuperação do prazer sexual. Afirma Orlandi (2012a): “Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o ainda não-lá e com o jamais lá da percepção imediata”. Ou seja, a AD é um dispositivo teórico que se ocupa daquilo que está em outro lugar e até mesmo daquilo que parece óbvio.

Com o título: “A tática da baderna” e a chamada: “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”, *Veja* circulou em 10 de maio de 2000 (*Figura 24*). O assunto rende oito páginas, com o título: “Sem terra e sem lei”, seguido do lide: “Em sua ofensiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra invade prédios públicos em 15 capitais e um militante é morto pela polícia” (*VEJA*, 2000, p. 42).

Figura 24 – Capa publicada em 10 de maio de 2000. “A tática da baderna”.



Fonte: *Veja* (2000).

A reportagem narra a que seria uma das maiores ofensivas dos sem-terra para pressionar o governo federal a realizar a reforma agrária. A revista acusa o movimento de extrapolar suas ações e cometer crimes, quando seu propósito seria apenas conseguir terras. Uma fotografia, que toma as duas primeiras páginas da reportagem, mostra uma fila de sem-terra com as mãos sobre a cabeça. Eles haviam sido presos por policiais militares no Paraná. A revista destaca uma fala de Gilmar Mauro, um dos líderes do MST, que teria dito: “Agora vamos pegar o Malan (Pedro Sampaio Malan, então ministro da Fazenda)”, completando: “A vontade do nosso povo é pegar a foice e descer o cacete” (VEJA, 2000, p. 42). A reportagem destaca o chamado plano “Anti-MST”, elaborado pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo objetivo era conter as manifestações dos sem-terra, principalmente, invasão de prédios públicos. Diz ele:

O Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que em si é justa (VEJA, 2000, p. 46).

A revista apresenta na reportagem um boxê intitulado “Meu nome é Stédile, João Stédile”. Uma montagem com a fotografia de João Pedro Stédile, na qual ele aparece trajado de James Bond, da série 007, com uma pistola, na altura do peito, apontada para cima. Abaixo, são elencados os crimes que o MST teria cometido. O texto diz que o agente secreto britânico tinha autorização para matar, pois estava amparado por sua majestade a cometer crimes sem ser punido. Enquanto o MST, chefiado por Stédile (na montagem revelada pela revista), também se sentia autorizado a cometer crimes nas suas ações porque as autoridades se constrangiam em aplicar a lei quando o infrator carregava uma bandeira do MST.

A reportagem termina chamando os sem-terra de utópicos, que não mais lutam apenas pela posse da terra, mas querem fazer uma revolução socialista no Brasil. “[...] o brasileiro humilde que se filia ao MST acaba, de certa forma, sendo usado também como instrumento para utopia dos dirigentes” (VEJA, 2000, p. 48). Em “Carta ao Leitor”, mais críticas à atuação do MST. Com o título “Veja avisou” (VEJA, 2000, p. 9), a revista comenta uma reportagem que fizera em junho de 1998, na qual estampou uma fotografia do líder do movimento, João Pedro Stédile, na capa, com o título: “A esquerda

com raiva”. Diz que a reportagem mostrara a face violenta do MST, que deveria ter servido de alerta ao governo federal.

A bandeira vermelha do MST tremulando nesta capa tem um significado especial. A bandeira tornou-se símbolo do MST em 1987, durante o 4º Encontro Nacional (BANDEIRA..., 2015). Ela está presente nos acampamentos e assentamentos, nas mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, nas casas dos integrantes e simpatizantes do movimento. Significado das cores e desenhos que a compõem: cor vermelha: o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade; branca: a paz pela qual lutamos que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; verde: a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; preta: o nosso luto e homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: o MST está organizado nacionalmente e a luta pela reforma agrária deve chegar a todo o País; trabalhador e trabalhadora: a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras e, por fim, o facão: as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

Portanto, a bandeira sendo um símbolo do MST, a cor vermelha a relaciona com outros eventos. A bandeira vermelha está fortemente associada ao comunismo, ao sindicalismo e às manifestações populares. Por exemplo, as bandeiras da República Popular da China e da antiga União Soviética. “Como cor da revolução, o vermelho surgiu em 1871 com a Comuna de Paris. Tornou-se a cor dos comunistas e da esquerda. É a cor do materialismo, do fogo que transforma e, portanto, a cor da transformação, da revolução” (GUIMARÃES, 2000, p. 121). Este autor acrescenta que o vermelho é também a cor da ação e imposição, marcas dos processos revolucionários. A bandeira exposta na capa, pela cor e pela história do MST, recorre à Memória Social. Como diz Pêcheux (2010, p. 51):

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito.

Pêcheux (2010) acrescenta que toda memória tem “o outro” interno, que seria a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior. Segundo ele, nenhuma memória é um frasco sem exterior. A sequência da MD nesta capa é detectada também no título: “A tática da baderna” e na chamada: “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”. Aqui há um jogo de palavras com “baderna/bandeira”. *Veja* associa a palavra baderna de forma recorrente ao MST. “O termo de uso corrente entre militares, desde a República Velha, ficou marcado no jargão militar como o contrário do ideal imaginado de ordem e disciplina” (VIANNA, 2000, p. 63). Segundo Souza (2004), a palavra baderna aparece pela primeira vez, em *Veja*, na reportagem “Sangue em Eldorado”, publicada em 24 de abril de 1996 (episódio ocorrido em Eldorado do Carajás, no Pará, que resultou na morte de 19 sem-terra em confronto com a polícia). Daí em diante, de acordo com ele, o termo figura em várias reportagens sobre os sem-terra.

Quando *Veja* ou um político conservador utiliza baderna, ela vem quase sempre acompanhada de um temor da inversão da ordem vigente e de defesa da repressão imediata. Trata-se de um termo claramente político, pois é usado quando se refere às manifestações de reivindicação, dificilmente é aplicada a tumultos envolvendo torcidas de futebol, por exemplo (SOUZA, 2004, p. 109).

Na chamada desta capa verifica-se o padrão de inversão, conforme Abramo (2003). A reforma agrária vira pretexto e não causa final dos sem-terra. Pretexto para fazer uma revolução socialista. É uma memória discursiva arraigada em parte dos meios de comunicação, que se manifesta quando a ordem vigente é ameaçada. Basta uma pesquisa na cobertura jornalística envolvendo conflitos sociais. Um exemplo é o Arraial de Canudos instalado, em 1893, no sertão baiano, por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Com 5200 moradias acabou destruído num embate com as forças do governo federal, em 1897. Segundo Walnice Nogueira Galvão (1974, p. 210), a *Gazeta de Notícias* de 28 de outubro de 1897 assim se referia aos revoltosos de Canudos: “[...] os relapsos da lei e da ordem, os desagregados da sociedade”. Conforme a autora, este jornal assim comemora a destruição de Canudos na vitória final das tropas do governo federal sobre o arraial: “Vitória que veio consolidar a República com uma lição tremenda aos perturbadores da ordem” (GALVÃO, 1974, p. 211).

Em 18 de junho de 2003, *Veja* estampou na capa o título: “A esquerda delirante” e a chamada: “Para salvar os miseráveis do desconforto do capitalismo, o líder dos sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia” (*Figura 25*). A revista dedica nove páginas ao assunto. O título “Especial - O Beato Rainha” e um lide de 19 linhas ocupam a primeira página. A segunda é preenchida por uma fotografia de Rainha. Uma linha fina no rodapé das duas páginas destaca uma fala do líder dos sem-terra: “Antônio Conselheiro não se entregou nem foi morto pelo governo. A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos” (*VEJA*, 2003, p. 72-73). A reportagem chama Rainha de carismático e rebelde, que estaria em plena forma depois de passar quatro meses fugindo da polícia e outros dois na cadeia, acusado de formação de quadrilha. Afirma: “Ele adota uma linha política mais radical que outras lideranças do movimento” (*VEJA*, 2003, p. 72).

Figura 25 – Capa publicada em 18 de junho de 2003. “A esquerda delirante”.



Fonte: *Veja* (2003).

O que *Veja* chamava de Nova Canudos era um acampamento de sem-terra com mil barracos, em Presidente Epitácio, no oeste paulista, a 647 quilômetros da capital, na divisa com o Mato Grosso do Sul. Conforme a revista, Rainha teria

chegado à conclusão de que naquela região havia pelo menos 20 mil excluídos do capitalismo. “As promessas são de que, enquanto o acampamento durar, seus integrantes ganharão assistência do governo, como cestas básicas e até atendimento médico”, informa a revista (*VEJA*, 2003, p. 74). Mais adiante, destaca: “Rainha acredita na glorificação ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos, hipnotizados por um líder carismático, o beato Antônio Conselheiro” (*VEJA*, 2003, p. 74). A reportagem conclui: “Chegou a hora de fazer uma reforma no MST” (*VEJA*, 2003, p. 80). “Carta ao Leitor” comenta o sucesso do colunista Diogo Mainardi em *Veja*, que teria recebido, naquela semana, 387 cartas. O editorial diz que, pela segunda vez, a coluna dele entrara na lista das matérias mais comentadas da história de *Veja*.

A fotografia desta capa focaliza o rosto de José Rainha Júnior. Camisa xadrez, boné do MST, mão esquerda esticada, direita encolhida, erguida na altura do queixo e olhar fixo no horizonte. A postura insinua que ele planeja algo. O título: “A esquerda delirante”, em branco, mesma cor do fundo da chamada abaixo, reforça a imagem. Delirante, derivado de delirar, significa, entre outras coisas: cair em delírio, dizer palavras sem nexos. A primeira letra da chamada, um “p”, é gótica. O estilo envelhecido (ideal para um assunto do século passado) inicia a descrição comparando Rainha ao beato Antônio Conselheiro. A chamada informa que ele pretende instalar, no interior de São Paulo, um acampamento gigantesco como o de Canudos. “O texto escrito, sobretudo a legenda que acompanha a fotografia, torna-se um potente meio a influenciar nossa conduta como leitor da imagem”, afirma Sílvia Helena Zanirato (2004, p. 23). A Guerra de Canudos (1896/1897) matou em torno de 25 mil pessoas nas quatro expedições enviadas pelo governo federal; a última arrasou o arraial de cinco mil barracos.

A chamada associa a imagem de Rainha a uma guerra, mas não a uma guerra qualquer, a um conflito emblemático, que mesmo após um século, chama atenção. Como diz Kossoy (2009, p. 31): “A imagem fotográfica seja ela analógica ou digital é sempre um documento/representação”. A conexão texto e imagem, nesta capa, representam a iminência de que algo está ocorrendo, ou seja, outro arraial de Canudos surge no interior paulista. O líder dos sem-terra é apresentado como o novo beato Conselheiro. Como ele mesmo diz: “[...] A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos” (*VEJA*, 2003, p. 72-73). Ao reproduzir a fala do líder do MST, *Veja* se apropria de um discurso de alerta à ameaça dos sem-terra,

como fizera os jornais na época do arraial de Canudos. “A imprensa admitiu a hipótese de uma grande conjura monarquista, agindo nos sertões baianos, por intermédio dos fanáticos do Conselheiro”, relata Sodré (1999, p. 269). A revista também traz à tona a questão da autoria, sobre a qual, acrescenta Orlandi (2012a, p. 76):

Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor.

Assim, o sujeito deixa a multiplicidade das representações para formar um todo coerente, apresentando-se como autor, respondendo pela unidade e coerência no que diz. Tal representação do sujeito diz respeito ao leitor, no caso aqui, ao leitor da revista. Como observa Orlandi (2012a, p. 76): “De tal modo isso é assim que se cobra do leitor um modo de leitura especificado, pois ele está, como o autor, afetado pela sua inserção no social e na história”. É a manifestação do interdiscurso, cuja materialidade é a presença de Canudos, uma ameaça que volta na representação do MST e seu líder. De acordo com Orlandi (2012a), a memória na perspectiva do discurso é tratada como interdiscurso. “Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012a, p. 31).

Em 31 de agosto de 2009, *Veja* estampou, na capa, o título: “Abrimos o cofre do MST” e a chamada: “Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desvia dinheiro público e verbas estrangeiras para cometer seus crimes” (*Figura 26*).

A reportagem ocupa oito páginas com o título: “Brasil - Por dentro do cofre do MST” e o lide: “*Veja* teve acesso às movimentações bancárias de quatro entidades ligadas aos sem-terra. Elas revelam como o governo e organizações internacionais acabam financiando atividades criminosas do movimento” (*VEJA*, 2009, p. 65). Afirma que os líderes do MST são assertivos do ponto de vista ideológico, mas evasivos quando perguntados de onde vêm os recursos que sustentam invasão de fazendas e manifestações que o MST promove por todo o Brasil. Um box “Cofre aberto” revela que o MST teria recebido, entre 2003 e 2007, R\$ 43 milhões do governo federal e R\$ 20 milhões de entidades internacionais.

Figura 26 – Capa publicada em 31 de agosto de 2009. “Abrimos o cofre do MST”.



Fonte: Veja (2009).

Na reportagem há uma fotografia do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (2003/2011), com um boné do MST, seguida da legenda: “Milhões de reais do governo Lula serenaram durante seis anos a fúria do MST” (VEJA, 2009, p. 67). Um boxe “José Rainha, o rei dos pelegos” diz que ele, que se tornara dissidente do MST, achara um jeito de embolsar mais dinheiro: “apoiando, sem vergonha de ser feliz, o governo federal e abrindo uma nova fronteira de invasões” (VEJA, 2009, p. 70). A reportagem afirma que Rainha prefere trabalhar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Tem lógica: o instituto adora dar dinheiro para ele” (VEJA, 2009, p. 72). Em “Carta ao Leitor”, cujo título é “Marina é uma boa notícia”, *Veja* comenta a candidatura da então senadora Marina Silva à presidência da República. “Ah, sim, e ela é imaculadamente honesta. Sua candidatura, de fato, é uma boa notícia”, finaliza o texto (VEJA, 2009, p. 12-13).

Os elementos desta capa sugerem uma interligação pela cor. O logotipo verde da revista com as cédulas de reais e dólares no boné do MST, que se transformou em um cofre. O boné, por sua vez, com a sigla do MST, em vermelho, cujo “s” virou um cifrão, lembrando o dinheiro arrecadado pelo movimento, como diz a revista. Segundo Guimarães (2000), uma das finalidades do uso das cores no logotipo de *Veja* é aproveitar alguma das cores da imagem ou do texto para

contribuir na apresentação geral da combinação cromática da capa. O verde das cédulas e do logotipo de *Veja* ajuda a formar o sentido visual. O vermelho do boné relacionado à sigla MST lembra a procedência dos sem-terra, pois essa cor está associada aos movimentos de esquerda, conforme Guimarães (2000). Tais associações refletem a feitura ideológica da capa por meio da especularização, como diz Debord (1997, p. 138): “O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico”.

O tom espetacular das cores segue no título e na chamada. Ao dizer que abriu o cofre do MST, a revista afirma que o movimento, de fato, tem um cofre, o que simboliza fortuna, riqueza. Em um cofre se guarda muito dinheiro ou objetos de alto valor. *Veja* também associa o movimento à arrecadação de dinheiro do governo federal e de entidades estrangeiras. Em outras palavras, ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a polícia, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros e com o auxílio de estrangeiros que não deveriam imiscuir-se em assuntos do País. Patrick Charaudeau (2013) fala em dispositivo, que, segundo ele, em comunicação, é uma maneira de pensar a articulação entre diversos elementos, formando um conjunto estruturado pela solidariedade combinatória que os liga. Assim, verifica-se o sentido desta capa, na qual os elementos se ligam produzindo um sentido, que é demonstrar os malfeitos do MST, cujas ações são patrocinadas pelo dinheiro dos contribuintes e ajuda de entidades estrangeiras.

Todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido. Seria uma atitude ingênua pensar que o conteúdo se constrói independente da forma, que a mensagem é o que é independentemente do que lhe serve de suporte (CHARAUDEAU, 2013, p. 105).

Nesta capa, *Veja* não usou chamadas em diagonal, como faz frequentemente. Há duas chamadas acima do logotipo da revista: “Entrevista – Marina Silva, candidata do PV (Partido Verde) à Presidência: ‘Não vou me colocar na posição de vítima da ministra Dilma’” e “Especial - O livro ‘Uma Gosta de Sangue - História do Pensamento Racial’, de Demétrio Magnoli, mostra como a política de cotas é uma forma de racismo”. A entrevistada de Marina está em três “páginas amarelas”. Com o título “Marina imaculada” (*VEJA*, 2009, p. 19), ela fala da sua campanha à presidência da República para a eleição de 2010. A entrevista revela uma Marina

impoluta, que surgia como uma candidata vestal. A matéria sobre o livro de Magnoli ganha sete páginas com o título: “Queremos dividir o Brasil como na foto”? (*VEJA*, 2009, p. 88-89). Abaixo, a fotografia de um bebedouro, na Carolina do Norte (Estados Unidos), em 1950, com as palavras: White (branco) e colored (coloridos).

A tese central do livro dele, revelada na matéria, é que "as ações afirmativas e o movimento negro resultam de uma armação ideológica" (o multiculturalismo), que "conspira contra o princípio da igualdade perante a lei". As duas chamadas, embora desmembradas do assunto principal, se unem à denúncia contra o MST para construir um efeito de verdade. Marina, a candidata impoluta para combater supostos desmandos do poder, naquele momento ocupado pelo Partido dos Trabalhadores (PT); Magnoli põe por terra as lutas pela igualdade racial e, por fim, o MST desmascarado. São assuntos relacionados aos movimentos sociais. Diz Charaudeau (2013): “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Como faz *Veja* nesta capa, construindo uma realidade social, conforme sua visão de mundo oriunda das condições de produção da classe dominante, em oposição aos movimentos sociais, especialmente, o MST.

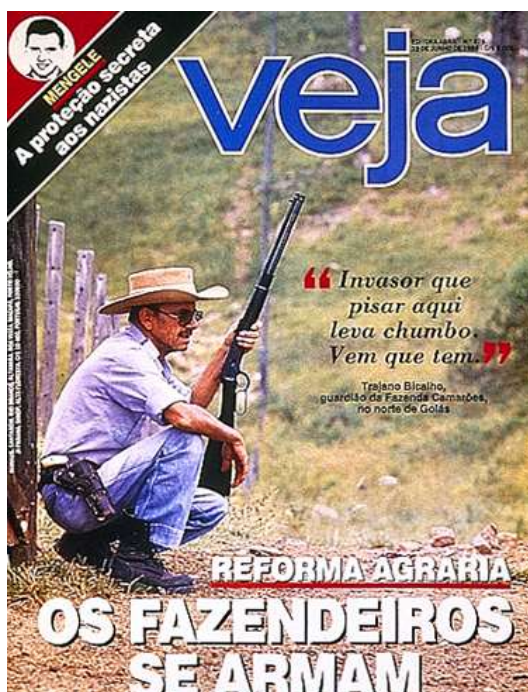
5.2 UDR SE ORGANIZOU PARA SE OPOR AO MST

A primeira capa da *Veja* com referências à União Democrática Ruralista (UDR), que se opunha ao MST, foi publicada em 19 de junho de 1985, com o título: “Reforma agrária: Os fazendeiros se armam” seguido de uma citação do personagem retratado na capa: “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem. Trajano Bicalho, guardião da fazenda Camarões no Norte de Goiás” (*Figura 27*). Com o título: “Brasil - Semeadura de armas”, a revista dedicou sete páginas ao tema. A reportagem diz que Bicalho é um sujeito magro, alto, cuja pele é curtida pelo sol. Tenente aposentado da Polícia Militar de Goiás, entre seus feitos está o assassinato de uma guerrilheira do PC do B no conflito no Alto Araguaia, na década de 1970. “O corpo dela ficou uma peneira”, vangloria-se ele (*VEJA*, 1985, p. 22).

Em todo o texto, a reportagem dá voz aos fazendeiros, que estariam se armando para enfrentar uma reforma agrária proposta pelo então governo do presidente José Sarney (PMDB). Começa com a cidade de Francisco Beltrão, no Paraná, onde 45 proprietários de terra teriam se unidos, armados de espingardas e

revólveres, para enfrentar os sem-terra. Outros patrões daquele município distribuíram armas aos empregados. A reportagem relata que a ordem era clara: Atirar primeiro e perguntar depois. Segundo a revista, os conflitos entre fazendeiro e sem-terra ocorriam em Goiás, Ceará, Bahia, Pará, Paraná e Santa Catarina. Em “Carta ao Leitor” e na própria reportagem, a culpa recai sobre o governo federal, que teria anunciado uma reforma agrária sem consultar os proprietários das terras. Mas diz que o governo teria pisado no freio, pois compreendera o desastre que provocara ao mexer com os ruralistas.

Figura 27 – Capa publicada em 19 de junho de 1985. “Os fazendeiros se armam”.



Fonte: Veja (1985).

As ameaças do tenente aposentado Bicalho mereceram um box: “Tiros e tocais na luta do Bico do Papagaio”. “É preciso acabar com o padre preto e com essas freiras estrangeiras que vivem subvertendo a ordem”, diz ele (VEJA, 1985, p. 22), se referindo ao padre Josimo Moraes Tavares e a duas freiras francesas, de uma paróquia local. “Não fazemos agitação”, respondeu uma delas, “a menos que conscientizar o povo seja agitar” (VEJA, 1985, p. 22). Numa das poucas vezes em que cita os sem-terra, a revista destaca a fala de Antônio José da Costa, que invadiu uma fazenda. “Só saio daqui morto”, afirmou ele (VEJA, 1985, p. 23). “Carta ao Leitor” cobra do governo federal uma solução para a reforma agrária. “A solução dos

problemas da terra depende da aplicação urgente das categorias lógicas, e não de fantasias distributivistas” (VEJA, 1985, p. 19).

Esta capa lembra a colonização de algumas regiões do Brasil. Por exemplo, norte, noroeste e sudoeste do Paraná nas décadas de 1940 e 1950 (TOMAZI, 1999). Jagunços contratados pelas companhias colonizadoras vigiavam terras de possíveis grilagens. Armados, eles obedeciam à ordem do patrão e, não raro, matavam para defender as propriedades ou promover a desocupação de novas áreas. *Veja* utilizou-se do eufemismo “guardião” para não dizer jagunço. Guardião lembra anjo, um ser ligado à pureza e à justiça. Tudo leva a crer que houve uma cena montada para produzir a fotografia: o revólver na cintura, a carabina na mão e a cerca atrás revelam um cenário produzido, demonstrando uma relação de poder entre os fazendeiros, que se defendem com jagunços armados, e os sem-terra, que promovem ocupações e forçam a realização da reforma agrária. Em 1984, um ano antes da publicação desta capa, surgira o MST, que começava a ocupar terras e a desafiar o poder constituído.

O enunciado “Os fazendeiros se armam” traz um vazio semântico: se armam contra quem? Embora não esteja dito, é possível recuperar a ideia de que eles se armam contra os sem-terra. No trecho, “invasor que pisar aqui leva chumbo”, temos uma referência aos sem-terra designada a partir de uma formação discursiva de parte dos grandes proprietários de terra. Tal designação só é possível como marca de uma filiação à ideologia da propriedade privada. É bom lembrar que em 1985 nascia a União Democrática Ruralista (UDR), que tinha entre seus objetivos defender o latifúndio. Trajano Bicalho, guardião da Fazenda Camarões, estava a serviço dos ruralistas. O enunciado “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem” reforça a visualidade da capa. Um senhor de chapéu com uma carabina na mão esquerda e um revólver do lado direito da cintura completa a cena. A cerca atrás dele pode ser vista como símbolo de defesa, destacando a demarcação da propriedade privada. Até o nome: Trajano Bicalho ajuda a formar a imagem de um pistoleiro na espreita, à espera do alvo.

É bom lembrar: na AD, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relação de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não

cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Desse modo é que acreditamos que um sujeito na posição de professor de esquerda fale 'X' enquanto um de direita fale 'Y' (ORLANDI, 1999, p. 42, grifo do autor).

Um pistoleiro armado reforça a imagem projetada pela classe dominante representada pelos grandes fazendeiros. A mídia tem revelado que no Norte do Brasil pistoleiros executam pessoas para que determinados grupos ou fazendeiros se apossassem de terras para extração de madeira. Em 1985, um sujeito de arma em punho surge na capa da *Veja* dizendo estar pronto para atirar em quem adentrar naquela fazenda. Os grandes proprietários de terra reagiam ao surgimento do MST. O trecho “Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem” polemiza a questão. Para os latifundiários é importante, pois assim eles mostram seu poder e força.

Mesmo disfarçadamente, os grandes proprietários de terra se mostram na capa. “Não adianta os protagonistas jurarem que dispensariam completamente o conflito, que eles só entram na disputa obrigados; de fato, eles estão desde sempre envolvidos nela” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113). A reforma agrária, uma luta antiga, entrava na pauta política. Era o fim do regime militar e o início do período democrático. Os movimentos populares reiniciavam suas lutas. Esta capa da *Veja* não faz referência ao momento em que o Brasil vivia (meados da década de 1980). Ao mostrar a força da classe dominante, fragmentou a questão da reforma agrária. Revelou apenas que os grandes fazendeiros estavam preparados para defender suas terras. Não diz, na capa, que a terra no Brasil está nas mãos de poucos e a reforma agrária é uma reivindicação antiga. A fragmentação, segundo Abramo (2003), pode ser feita por meio das seguintes estratégias: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e da descontextualização.

A seleção de aspectos do fato que é objeto da atenção jornalística obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. Embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou aspectos, e a imprensa seleciona os que ela apresentará ou não ao público. Novamente, os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão (ABRAMO, 2003, p. 28).

Sob o ponto de vista da AD, no entanto, a fragmentação não implicaria em silenciar o outro. O dito da capa só faz sentido pelo não dito, ou seja, só existe o fazendeiro e seu capanga armado porque existe ameaça do “invasor”, os sem-terra. Nessa representação de *Veja* da luta de classes, evidencia-se quem tem a maior força: o fazendeiro e seu poderio de defesa da propriedade. A revista poderia ter mostrado “o outro lado”, mas por coerções de sua posição-sujeito midiática naquele contexto sócio histórico, não o fez. Portanto, sob o viés da AD, implica em se perguntar por que o outro (os sem-terra) sofreu esse processo de fragmentação, de tradução semântica de ocupante para invasor? Assim, é possível identificar a posição sujeito à qual *Veja* pertence e de que lado está na luta de classes.

Uma chamada acima, na diagonal: “Mengele - A proteção secreta aos nazistas” complementa a feitura da capa. O assunto, que ganha quatro páginas internas com o título: “A vida na sombra”, não se relaciona ao tema da capa, mas remete à violência. Relata a identificação do corpo do carrasco nazista Josef Mengele, que teria morado no Brasil. Se o analista fala sobre o discurso e não o texto, como diz Orlandi (2012a), podemos afirmar que esta chamada (texto) é uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente. “Ele (o texto) é um exemplar do discurso” (ORLANDI, 2012a, p. 72). O discurso da violência, que *Veja* estampa.

Em 18 de junho de 1986, *Veja* publicou a capa com o título: “A força da UDR” e a chamada: “Como os fazendeiros enfrentam a reforma agrária do governo” (*Figura 28*). Ao lado da fotografia do então líder da entidade, Ronaldo Ramos Caiado, a legenda: “Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista”.

O assunto ganha oito páginas, com o título: “Brasil - O trator da direita” e o lide: “A UDR aparece na arena da política com as boiadas dos fazendeiros e entra na briga de uma reforma agrária que agoniza”. A reportagem descreve as ações da entidade pelo Brasil, como a venda de bois pelos fazendeiros, para sustentá-la. Afirma que Caiado é um jovem de 36 anos disposto a lutar pelo direito de propriedade contra grupos de esquerda, principalmente, o MST, que começavam a invadir fazendas em várias regiões do Brasil. “Um jovem senhor goiano, médico e fazendeiro, descendente de uma oligarquia de políticos e latifundiários, ganhou projeção no país como líder de uma classe, a dos produtores rurais [...]” (*VEJA*, 1986a, p. 36).

Figura 28 – Capa publicada em 18 de junho de 1986. “A força da UDR”.



Fonte: Veja (1986a).

Dois boxes compõem a reportagem. “Dicionário da Reforma Agrária” diz que um universo de personagens, siglas e órgãos, marcados pela ambiguidade, fragmentam a reforma agrária. Em “O boia-fria que virou latifundiário” conta a vida do mineiro Geraldo Ribeiro de Souza. Diz que ele trabalhava 12 horas por dia, se alimentava mal e dormia no relento, mas, aos 54 anos, tornara-se proprietário de quatro fazendas espalhadas pelo Brasil. Uma fotografia mostra a camisa ensanguentada do padre Josimo Tavares, morto a tiros a mando de fazendeiros, no interior do Maranhão, em 1986. A peça de roupa foi mostrada numa missa em São Paulo. “O que não admito é essa onda de invasões coordenadas por agitadores de esquerda e por padres da Pastoral da Terra”, diz Caiado (VEJA, 1986a, p. 38). “A UDR é demoníaca”, devolve dom Patrício José Hanrahan, bispo de Conceição do Araguaia, no Pará. “Carta ao Leitor” comentou os novos prazos para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que passariam a valer naquele ano.

Esta capa mostra uma fotografia posada do então líder da UDR, Ronaldo Caiado, de braços cruzados, à frente de uma boiada. Certamente, numa de suas fazendas no interior de Goiás. Cabeça erguida, sério, camisa xadrez, relógio esportivo, demonstra postura de fazendeiro. Não um simples fazendeiro, mas alguém disposto a encarar o MST e as alas progressistas da Igreja Católica que começavam a discutir a reforma agrária e a promover ocupações de terra pelo

Brasil. Pressionado pelos sem-terra, o presidente da República, José Sarney, do PMDB, (1985/1990), ensaiou uma reforma agrária, acelerando o surgimento da UDR e o início de uma guerra no campo. A fotografia de Caiado nesta capa diverge das do MST. Membros deste movimento, quando retratados por *Veja*, sempre aparecem em pose que os comprometem, conforme as capas analisadas anteriormente. O título “A força da UDR” é favorável à UDR, uma vez que a apresenta como uma entidade forte, combinando com a postura do seu líder.

A altiva fotografia de Caiado nesta capa simboliza poder. Alguém que representa uma entidade rica, como revela a reportagem interna, movida a dinheiro doado pelos seus sócios, os fazendeiros, que arrecadam altas somas em leilões de gado, e destinam à UDR. Se o discurso cita outros discursos, vemos aqui a manifestação da classe dominante se impondo, inclusive, ao Estado. A fotografia de Caiado representa o poderio financeiro, cuja prova está ao fundo, a boiada. A imagem revela que não falta poder de fogo aos fazendeiros, como diz na matéria interna Ananias Vieira Lins, membro da UDR no Maranhão: “A UDR vai ser forte porque reúne homens que têm dinheiro” (*VEJA*, 1986a, p. 41).

É um jogo de oposições. De um lado os fazendeiros com todo o poderio que lhes cabe, inclusive, a exposição na mídia; de outro, os sem-terra. “Não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implicam embates e coerções, interdições e exclusões” (GOMES, 2003, p. 45-46). Nesta capa, os sem-terra foram excluídos do debate. A matéria os cita, mas a capa, não. Destaca-se apenas o poderio da UDR. Até mesmo o governo virou um alvo a ser combatido. É a mídia cumprindo seu papel de Aparelho Ideológico de Estado, como determina Althusser (1974), mostrando a força dos grandes proprietários de terra. Assim, a mídia é um forte tentáculo do poder, que se constitui não no quarto poder, como é conhecida, mas no segundo, depois do Estado. Conforme a define Marcondes Filho (1993, p. 116):

Em segundo lugar, a imprensa, que não possui estas armas formais e tradicionais, mas que ampliou enormemente seu campo de ação neste século e que tem como arma principal a publicidade, o jogo com as imagens, a estratégia – quase prestidigitadora – de poder fazer desaparecer ou surgir, de forma mais ou menos arbitrária e fictícia, personagens políticos, partidos, movimentos de mudança, conservação e outros componentes da cena política.

Uma chamada em diagonal diz: “Copa 86 - Brasil - A semana do desafio”. A seleção brasileira disputava a Copa do Mundo no México, em 1986. Esta chamada, discursivamente, não está alheia à UDR e seu líder, Caiado, que são o assunto principal desta capa. A postura dele e da entidade era de desafio ao governo federal e aos sem-terra. *Veja*, cuja circulação é semanal, grafou: “A semana do desafio”. “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”, diz Orlandi (2012a, p. 52), acrescentando: “Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível”.

6 CAPAS E MOVIMENTOS SOCIAIS - ESTUDANTIL E SINDICAL

6.1 ANÁLISE DAS CAPAS - MOVIMENTO ESTUDANTIL

Com o título: “Todos presos” e a chamada: “Assim acabou o congresso da ex-UNE”, *Veja* publicou uma capa em 16 de outubro de 1968 (*Figura 29*). Em oito páginas com o título “Brasil - O congresso interrompido”, sem lide, a reportagem é sobre o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). O evento, realizado em Ibiúna, a 70 quilômetros de São Paulo, fora interrompido por agentes do Departamento de Ordem política e Social (DOPS) e soldados do Exército. Segundo a revista, 920 pessoas foram presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional. A maioria estudantes. Com eles, foram encontradas, uma pistola Bugger, uma Beretta e uma carabina. Os prisioneiros foram levados para São Paulo em nove ônibus, um micro-ônibus, cinco caminhões, duas Kombis e uma Rural Willys. *Veja* diz que a UNE havia se juntado ao governo do então presidente deposto João Belchior Marques Goulart (1961/1964), acrescentando que a revolução não podia perdoar quem se sentava à mesa do ex-presidente.

Figura 29 – Capa publicada em 16 de outubro de 1968. “Todos presos”.



Fonte: *Veja* (1968a).

A revista afirma que os estudantes universitários eram uma minoria privilegiada no Brasil, destacando que, em 1968, somavam 213 mil, o que daria 2,1 por mil habitantes. Estes, no entanto, formavam um movimento popular forte, que desafiava o governo civil/militar. O texto conclui: “Hoje, com seus líderes presos, a ex-UNE passa a ser ‘ex’ de uma vez por todas” (VEJA, 1968a, p. 18). A reportagem termina com um boxê intitulado “Guerra aos extremismos”, que se refere aos embates dos estudantes e militantes da esquerda radical contra grupos extremistas de direita. Assunto que seria retratado nesta capa, conforme diz “Carta ao Leitor”. No entanto, sábado, dia que antecedia à circulação de *Veja*, a edição fora refeita, abordando a interdição do Congresso da UNE, em Ibiúna, e a prisão de seus líderes. O então editor e diretor do Grupo Abril, Victor Civita, assina o editorial, que comenta também o lançamento da nave americana Apollo 7 ao espaço.

Nesta capa, uma das primeiras de movimentos sociais publicadas por *Veja*, se destaca a intertextualidade que, como em outras capas, revela as condições de produção na representação de uma cena. Embora *Veja*, nesta ocasião, ainda não assumira totalmente um discurso contrário aos movimentos sociais, dá voz ao Estado, que é constituído pelo governo civil/militar. O título “Todos presos”, em vermelho, é um reflexo da manifestação das autoridades da época. Abaixo, a chamada se refere a uma “ex-UNE”, ou seja, a uma entidade que não mais existia. Logo que tomou o poder em 1964, o governo civil/militar cassou-a. Portanto, o congresso, em Ibiúna, fora ilegal. A capa foi construída sob tal argumento, seguindo a proposta discursiva da matéria interna, que também não dá voz aos estudantes.

A revista não entrevista José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeiras, principais líderes estudantis no fim da década de 1960, que estavam no congresso de Ibiúna. “Um soldado pegou pelo braço um jovem magro, pálido, de olheiras fundas e óculos escuros, enrolado num cobertor de cor amarela”, diz a revista (p. 12, 1968), relatando a prisão de Travassos. Seria uma oportunidade para ouvi-lo ou, pelo menos, assinalar na matéria que tentara fazê-lo, o que poderia influir na elaboração da capa. Ao invés de um título e uma chamada, que constituem uma espécie de veredicto, deixariam o outro lado (os estudantes) também falar, destacando novas versões do fato. “Tanto a fotografia quanto a entrevista e a citação são recortes, escolhas”, diz Gomes (2003, p. 30). Não um simples recorte ou escolha determinado pelo sujeito empírico. “Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a ‘atividade mental’, que são

condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia” (BAKHTIN, 1992, p. 16).

Voltando à intertextualidade. Segundo Nascimento (2006), ela não se resume em convocar a linguagem do outro. Ele diz que, de certa forma, a linguagem do outro é sempre convocada. O autor chama atenção para um recurso intertextual específico, aquele que atribui explicitamente um lugar à linguagem do outro. Assim, fazendo-a emergir das profundezas da enunciação, seu habitat de origem. É quando falamos de formação discursiva, que apresenta em seu interior, diferentes discursos. Esta capa é portadora de um interdiscurso corrente da ditadura civil/militar, principalmente, em 1968, ano em que atingiu seu ápice. Ao bradar, na capa: “todos presos”, a revista sentenciou um discurso autoritário, que era praxe no governo da época.

Embora, não esteja aí a origem da formação discursiva, pois como afirma Fernandes (2008, p. 39): “Trata-se [...] de uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais”. Em outras capas, como observado ao longo deste trabalho, nota-se que *Veja* utiliza-se do interdiscurso para referendar sua posição editorial. “Os enunciados, apreendidos em dada materialidade linguística, explicitam que o discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos e discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e modificam-se” (FERNANDES, 2008, p. 39).

A chamada em diagonal “Apollo 7 - a três passos da lua” relata a saga americana na conquista da Lua. A Apollo 7 foi a primeira nave tripulada enviada pelos Estados Unidos ao Espaço. A revista dedica quatro páginas ao assunto com o título “A três passos da Lua”. A chamada em diagonal, com letras brancas e fundo vermelho, combina com o título do assunto principal, cujas letras são vermelhas. Como já expusemos anteriormente, a cor vermelha tem várias atribuições. Enquanto os Estados Unidos travavam a chamada guerra fria com a antiga União Soviética, inclusive, a conquista espacial era um dos componentes do conflito, o Brasil guerreava internamente com os opositores do regime. “Vermelho, cor da guerra. O vermelho é a cor de Marte e, portanto, dos guerreiros [...]”, diz Guimarães (2000, p. 120).

A conquista da Lua, em voga em 1968, no ano seguinte, de fato, se consumaria. A chamada em diagonal completa o tom oficial da capa. Os tentáculos

do Estado se mostravam em ação. Seja para enviar a primeira nave tripulada ao espaço, marcando ponto no cenário da guerra fria, ou para conter movimentos sociais exaltados, que combatiam uma pretensa ordem estabelecida pela ditadura. Considerando que o discurso é constituído por outros oriundos de uma formação discursiva, concluímos com a argumentação de Fernandes (2008, p. 41):

[...] Uma formação discursiva nunca é homogênea, é sempre constituída por diferentes discursos. Um mesmo tema, ao ser colocado em evidência, é objeto de conflitos, de tensão, face às diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem, contestam-se.

Veja publicou em 1º de setembro de 1971, uma capa com um jovem portando uma bandeira branca, que estampa outra bandeira e esta mais uma. O jovem é um estudante. Abaixo, o título: “Universidade brasileira, 1971”. A imagem simboliza o movimento estudantil naquele ano (*Figura 30*).

Figura 30 – Capa publicada em 1º de setembro de 1971. “Universidade Brasileira”.



Fonte: Veja (1971).

Com os intensos embates em 1968, como o assassinato do estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto e a invasão do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), com a prisão de cerca de mil

estudantes, o movimento estudantil estava enfraquecido. No fim do mesmo ano, a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5) acabou de empurrar a UNE para o anonimato. Em nove páginas com o título “Educação - A paz do silêncio no campus”, a revista relata a apatia que tomava conta do movimento estudantil. “Diariamente, ao som estridente de garfos e facas batendo contra bandejas de alumínio, ouviam-se as inflamadas palavras de ordem que davam tom e força ao agitado movimento estudantil [...]” (VEJA, 1971, p. 28), descreve a reportagem o lugar onde funcionava o antigo restaurante Calabouço, próximo ao Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. Após três anos, *Veja* diz que o único som que se ouvia no local era as vozes de cinco funcionários discutindo o melhor palpite para uma aposta na Loteria Esportiva.

A reportagem afirma que o decreto-lei 477, de 1969, baixado pelo governo civil/militar, punindo com expulsão e suspensão por três anos de matrícula em qualquer universidade do País, os acusados de atuação subversiva, fora o responsável pela decadência do movimento estudantil. Segundo o texto, o diálogo fora substituído pelo silêncio. Tanto que até o então ministro da Educação, o coronel Jarbas Passarinho, afirmou: “O universitário não pode ignorar os problemas do mundo em que vive” (VEJA, 1971, p. 28). Em um boxê preenchido apenas pelas palavras do ministro, com todo o texto entre aspas, Jarbas afirma que aos estudantes não cabe apenas estudar, mas se diz contra a politização dos diretórios acadêmicos. “Acho, pois, que política estudantil [...] pode e deve ser feita pelos representantes dos estudantes nos órgãos colegiados de deliberação”, aconselha (VEJA, 1971, p. 33). Para ele, as entidades estudantis ao se lançarem no campo da disputa política de facções, o resultado é desastroso para o ensino e nocivo para os jovens, que servem de instrumento a políticos e ideólogos.

Com o título; “Fora das aulas, indiferença e pingue-pongue”, a reportagem dedica duas páginas com fotografias mostrando como os estudantes “matam o tempo” nos diretórios acéfalos das universidades. Em “Carta ao Leitor”, assinado pelo então diretor de Redação, Mino Carta, *Veja* diz que, na maioria das vezes, o retraimento dos estudantes nasce de uma melancólica forma de medo, que silenciava a universidade. Referia-se à repressão aos estudantes, que ocorrera no fim da década de 1960. A outra parte do editorial é dedicada à crise na Bolívia, cuja chamada está acima, na capa, em diagonal.

A fotografia desta capa, embora a revista não revele, é uma montagem. O estudante porta uma bandeira, na qual aparece três vezes. A bandeira é branca. Sinal de paz. De que o movimento estudantil vive no silêncio da paz, conforme o título da reportagem interna. A capa e a reportagem interna reproduzem o discurso da conciliação. Ou seja, a apatia dos estudantes não interessa nem mesmo ao governo civil/militar. Tinha de haver participação para que a própria política governamental fosse implementada e tivesse visibilidade. Mas é uma participação controlada. A reportagem revela que o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, é um dos palestrantes assíduos em universidades. Havia, portanto, interesse de que os estudantes participassem do processo político, mas a maneira como participariam seria controlada pelo governo. Assim, o governo mostraria à sociedade que não cerceava os direitos políticos e conseguiria disseminar suas ideias na educação superior, evitando possíveis reedições do que ocorrera em 1968.

Quanto à imagem desta capa recorreremos a Jean Davallon (2010). De acordo com ele, aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação, que não lhe é transmitida ou entregue toda pronta.

Esse estado de coisas abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo 'legível', ou antes 'dizível', pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto – com que a imagem comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção) e ela pode 'rentabilizar' por si mesma a competência semiótica e social desse espectador (DAVALLON, 2010, p. 28-29).

Se a imagem apresenta traços semióticos e sociais, cabendo ao observador complementá-la, pois este traz consigo uma MD, concluímos que a imagem desta capa reflete o período que o Brasil atravessava. O presidente era o general Emílio Garrastazu Médici (1969/1974). Ao longo do governo dele, a ditadura civil/militar viveu seu ápice, controlando as poucas atividades políticas permitidas. A repressão e a censura às instituições civis foram reforçadas. Qualquer manifestação de opinião contrária ao sistema era reprimida. Com toda essa vigilância do Estado, uma fotografia na capa sinalizando a paz. A bandeira branca. A reportagem interna reforça essa interpretação imagética ao conceder amplo espaço ao coronel Jarbas Passarinho, então ministro da

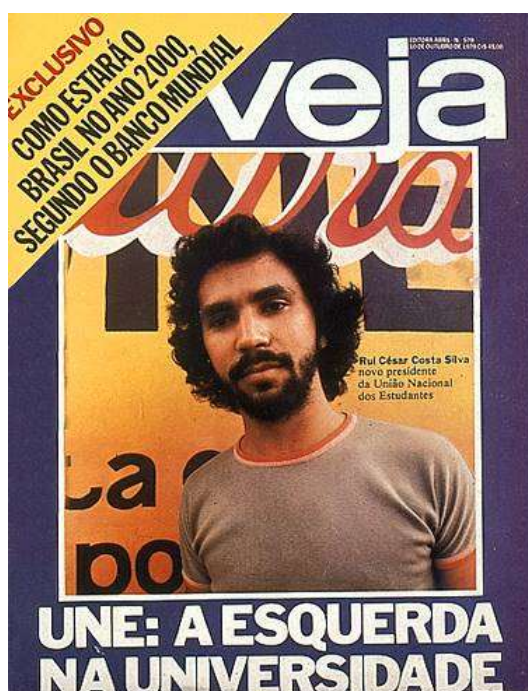
Educação. “[...] a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação” (DAVALLON, 2010, p. 30).

A chamada de praxe, que *Veja* sempre faz acima, na diagonal, é oposta à imagem da capa. Enquanto no Brasil, segundo a revista, vivia-se um armistício no embate entre militares e forças civis (estudantes, principalmente), na Bolívia ocorria mais um golpe de Estado. “Bolívia – entre duas forças” mostra a derrubada do presidente Juan José Torres e a chegada ao poder do coronel Hugo Banzer Suarez, num conflito que deixou 200 mortos e mais de 700 feridos. Uma reportagem de cinco páginas mostra que a situação era visivelmente tensa na Bolívia. Diferente do Brasil apresentado nesta edição de *Veja*. Este, conforme apresentado na reportagem, poderia ser comparado, em 1971, ao Restaurante Calabouço resumido numa legenda da revista: “Antes, as palavras de ordem, hoje (na época), o silêncio do pátio”. Para Orlandi, no entanto, o silêncio tem outra conotação:

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentido. (ORLANDI, 2007, p. 102).

Em 10 de outubro de 1979, *Veja* publicou a capa com o título: “UNE: A esquerda na Universidade”, seguido da legenda: “Raul César Costa Silva, novo presidente da União Nacional dos Estudantes” (*Figura 31*). A fotografia dele fica entre uma chamada diagonal, acima, o título em branco e o logotipo da revista na mesma cor. Barbudo, costeletas, cabelos desalinhados e camiseta, Raul é retratado como um típico personagem de esquerda. Uma capa bem ao estilo editorial de *Veja*. Destaca-se um personagem para dar uma ideia do movimento ao qual ele pertence. Uma metonímia. A parte pelo todo. A revista quer fazer acreditar que Raul é o retrato da União Nacional dos Estudantes (UNE). O assunto ocupa seis páginas. “Carta ao Leitor” fala apenas da inflação, que, naquele ano, voltara a subir.

Figura 31 – Capa publicada em 10 de outubro de 1979. “UNE: A esquerda na universidade”.



Fonte: Veja (1979b).

A matéria interna reforça a imagem de radical de Raul César Costa Silva. O título: “Brasil - A UNE volta para ficar”, é referendado pelo texto: “Raul César Costa Silva, um baiano de 23 anos, fala pausada, gestos lentos e postura radical, é o novo presidente da União Nacional dos Estudantes” (BRASIL..., 1979, p. 20). Na página seguinte há uma entrevista com ele, cujo título é “Somos contra a ideia de conciliação”. Antes das perguntas, a revista indaga: “Como exemplo de retórica radical, poucas plataformas atualmente pelo país, de qualquer gênero, espécie ou origem, podem se comparar à de Raul César - que consegue ser contra, simultaneamente, a abertura política, a conciliação, o governo, o MDB, a reforma partidária e o diálogo” (BRASIL..., 1979, p. 21).

Nesta capa *Veja* utiliza-se o padrão de indução, conforme Abramo (2003). Em 1979, no Brasil, vivia-se o fim da ditadura civil/militar. Em agosto daquele ano, depois de ampla mobilização popular, o então presidente João Batista Figueiredo (1979/1985) assinava a Lei de Anistia. Exilados retornavam. Começavam as conversações em torno das eleições diretas para presidente da República. Enfim, o país vivia uma perspectiva democrática. A capa dizia que o movimento estudantil, que fora massacrado pela ditadura civil/militar, retornava e com ele a esquerda

radical poderia pôr em perigo o processo de abertura. O leitor é induzido a acreditar no que a revista afirmava. Sobre a indução, diz Abramo (2003, p. 34):

A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto - aquilo que é dito sem ser falado - da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos comentários, dos sons e das imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens.

O personagem em questão traz uma MS⁵. O perigo da esquerda radical num momento em que o Brasil passa por uma reconciliação. Assim dá a entender *Veja* com a fotografia de Raul César Costa Silva. De fato, ele admite ser contra tudo, como afirma a revista, mas certamente, não é a postura de todos os estudantes que tentam recompor a UNE. Tanto é que a volta ensaiada do movimento estudantil não vingou e entrou em declínio na década de 1980. Segundo Orlandi (2012b) o interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade). O que se vê nesta capa é um reordenamento do sujeito, que se posiciona para referendar a volta da UNE, mas não qualquer UNE. É uma entidade radical amparada na figura do seu presidente, que é contra tudo, como diz a revista. Afirma Orlandi (2012b, p. 94): “As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações”. A fotografia, o título e a legenda desta capa materializam um texto, deixando margens e entremeios pelos quais se manifestam outras vozes. Por isso, Orlandi (2012b) diz que há um longo percurso entre o interdiscurso, a memória discursiva, e o texto. Tal percurso seria:

[...] ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário. Farto trabalho da ideologia (ORLANDI, 2012b, p. 110).

⁵ Memória Social é um conceito de Maurice Halbwachs (1877/1945). Segundo ele, a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A afirmação vem ao encontro da AD, que fala em Memória Discursiva (MD). A AD leva em conta o pré-construído. Ou seja, os discursos já ditos, em outro lugar, se materializam, formando uma MD ou um Interdiscurso, conforme apregoa Orlandi (2012b).

Somos filiados a um saber discursivo, que produz seus efeitos por meio da ideologia e do inconsciente. Assim, verificamos, nesta página, a volta de um discurso que desafiou a ditadura civil/militar, cujo interlocutor é o novo presidente da UNE. A chamada em diagonal, acima, diz: “Exclusivo: Como estará o Brasil no ano 2000, segundo o Banco Mundial”. A matéria revela em quatro páginas dois relatórios do Banco Mundial sobre como estaria o País no ano 2000. Capitaneado pelos Estados Unidos, uma das atribuições do Banco Mundial é efetuar empréstimos aos países em desenvolvimento. Portanto, o Brasil deveria, econômica e politicamente, fazer o dever de casa para conseguir tais empréstimos. Por este prisma, os ventos eram propícios em 1979: anistia aos exilados e início de uma abertura democrática sinalizando o fim da ditadura civil/militar. Mas o novo presidente da UNE, de esquerda e postura radical, conforme *Veja*, se dizia contra a ideia de conciliação. Ao retratá-lo, a revista revela que há uma voz dissonante na pretensa paz que se avizinhava.

Com o título: “Anjos rebeldes”, a chamada: “Colegiais na rua pedem a saída de Collor” e a legenda: “Secundaristas do Colégio São Vicente de Paulo, o mesmo onde Collor Estudou”, esta capa de *Veja* foi publicada em 19 de agosto de 1992 (*Figura 32*). Uma fotografia retrata o protesto dos estudantes para derrubar o então presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990/1992).

Figura 32 – Capa publicada em 19 de agosto de 1992. “Anjos rebeldes”.



Fonte: *Veja* (1992b).

A revista dedica seis páginas ao assunto. Título “Brasil - Alegria, alegria” e lide: “Enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente” (VEJA, 1992b, p. 18). O texto descontraído mostra que estes estudantes são diferentes daqueles que um dia ocuparam as ruas do País, principalmente na década de 1960. Enquanto aqueles enfrentavam a polícia; estes eram pacíficos e descolados, queriam apenas protestar. “Alto astral, altas transas e lindas canções deram o tom às passeatas que atingiram o coração do Rio de Janeiro e de São Paulo” (VEJA, 1992b, p. 18). A música tema dos protestos era “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso, que voltara à moda com a minissérie “Anos Rebeldes”, exibida, em 1992, pela Rede Globo.

A revista critica o fisiologismo, a troca de favores e o “é dando que se recebe”, que seriam práticas correntes em Brasília. Segundo a reportagem, enquanto isso, no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma garotada bonita e bem-humorada, habituada a frequentar shopping centers e curtir praia, teria entendido muito bem o que estaria se passando nas altas esferas do poder. Num boxe na penúltima página, com o título: “O recurso da demagogia” e o lide: “Collor convoca o povo com ajuda do Erário”, a revista diz que após a passeata, que parou o centro de São Paulo, o presidente decidira superar, dois dias depois, todos os recordes de demagogia de seu governo. Num discurso para taxista, ele pedira que fitas verde-amarelas enfeitassem as antenas dos automóveis e panos e toalhas nas cores da bandeira brasileira fossem expostos nas janelas.

O pedido surtiu efeito contrário, as pessoas se vestiram de preto. “A crise está nas ruas. Ao vivo e em cores rebeldes”, arremata a reportagem (VEJA, 1992b, p. 23). Os protestos eram organizados por grêmios estudantis e diretórios acadêmicos. “Carta ao Leitor” estampa o título “O nervosismo das capas que caem” (VEJA, 1992b, p. 17). Fala das capas que estavam prontas, mas na última hora, eram substituídas por outras. Como esta que substituiu uma sobre o humorista Jô Soares, que ganhou apenas uma chamada em diagonal.

O que se vê nesta capa é a tentativa de anular um discurso, que imperou no movimento estudantil, nos anos 1960. Aqueles estudantes do passado travaram ferrenhos embates contra o governo civil/militar. Alguns foram mortos; outros exilados. Em 1992, *Veja* apregoa que é a vez dos “anjos rebeldes”. Uma antítese. Anjos, seres celestiais, sagrados, que também se rebelam? Diferentes daqueles que lutaram contra a ditadura civil/militar, estes não queriam tomar o poder, não pegaram

em armas. São anjos, frequentadores de shoppings e praias. Tanto que a alegria reflete em suas passeatas. Uma moçada descolada, que luta contra a velha política. A maioria de colégios particulares. A fotografia estampada na capa evita a polêmica. Ela endossa que os estudantes estão ali, mas apenas protestam, descontraidamente; ou, ao sabor dos versos da mesma canção de Caetano Veloso: “Sem lenço/sem documento”.

O jornalismo da nova era está sintonizado com o novo papel das comunicações e com a supressão dos fatos que marcavam o calor, o entusiasmo, a determinação de nossos antepassados. Ele hoje não traz mais o conflito, a polêmica, a discussão, o choque de ideias. Sua função atual é harmonizar como frequência modulada de consultórios, mas sob a linguagem da inovação (MARCONDES FILHO, 1993, p. 62).

O mesmo Collor que fora eleito carregando a pecha de “Caçador de Marajás”, agora fazia parte da velha política, envolvido em denúncias de corrupção. A própria *Veja* o estampara, na capa, em 23 de março de 1988, com os dizeres: “Collor de Mello - O caçador de Marajás”. Na fotografia da capa em questão estudantes do Grêmio Estudantil do Colégio São Vicente de Paulo, do Rio de Janeiro, onde Collor estudara, participam do protesto e pedem o impedimento do presidente. Uma das faixas do protesto estampa uma camisa de presidiário, com os dizeres: “Bonita camisa, Fernandinho”, aludindo à prisão do presidente. “A linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando apenas nas evidências produzidas pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 53-54).

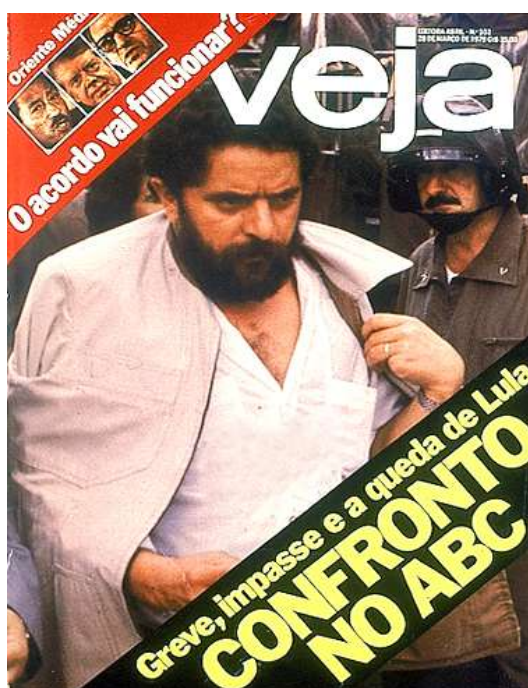
Assim sendo, *Veja* apresenta as manifestações contra Collor, mas não dá voz à oposição. Nas seis páginas dedicadas ao assunto não há referência a nenhum político da oposição. Outro ponto é a sintonia desta capa com a minissérie exibida pela Rede Globo, em 1992, *Anos Rebeldes*. A ficção mostrava a luta dos estudantes contra a ditadura civil/militar das décadas de 1960 e 1970. Havia uma sintonia entre a matéria da revista e a minissérie. O título da capa “Anjos rebeldes” e o final do texto interno “Ao vivo e em cores rebeldes” reforçam essa tentativa de aproximar realidade e ficção. A televisão se tornava uma espécie de complemento do real. “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como parte da sociedade e como instrumento de unificação” (DEBORD, 1997, p. 14).

A chamada em diagonal acima “O sucesso da inteligência” destaca o humorista Jô Soares, que apresentava, no *SBT*, o programa de entrevistas “Jô Soares Onze e Meia”. De acordo com “Carta ao Leitor”, Jô seria a capa de *Veja* naquela semana, mas na última hora fora substituído pelos protestos estudantis. Como o título “Vitória da graça e da inteligência”, o texto ocupa sete páginas. É uma espécie de ode ao humorista, cujo programa é chamado de “a melhor atração da televisão brasileira”. Como os estudantes, que mostravam um novo jeito de protestar, Jô é tratado pela revista como a novidade da televisão brasileira, em 1992. Ou seja, esta capa mostra o “novo”, o “inteligente”, “aquilo que dá certo”, evitando se identificar com o que ocorrera no passado, que para a revista não deu certo. “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. [...] O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2012a, p. 38).

6.2 ANÁLISE DAS CAPAS - MOVIMENTO SINDICAL

Veja publicou em 28 de março de 1979 esta capa com o título em diagonal do lado direito, abaixo: “Greve, impasse e queda de Lula - confronto no ABC” (*Figura 33*). O assunto ganha dez páginas com o título: “Economia e negócios - Dias de intervenção”. Diz o lide: “Não houve acordo, e a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, duas semanas depois de deflagrada, já resultou em confrontos com a polícia e na queda de Lula” (VEJA, 1979a, p. 116). A reportagem aborda a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, que culminou com a intervenção do governo federal nos sindicatos. Assim, Luís Inácio da Silva, o Lula, fora afastado da presidência do Sindicato de São Bernardo do Campo. Várias fotografias ilustram o texto, mostrando o desenrolar do movimento. Numa delas, na segunda página, Lula e outros membros do sindicato rezam de mãos dadas pelo fim do impasse. Embora o clima fosse de confronto, em todo momento a reportagem se refere a um possível acordo entre grevistas, patrões e governo.

Figura 33 – Capa publicada em 28 de março de 1979. “Confronto no ABC”.



Fonte: *Veja* (1979a).

Com a impossibilidade de acordo e a intervenção, Lula foi destituído da presidência do sindicato. O impasse resultou em várias prisões de operários. Num boxe, *Veja* pergunta: “O que fará Lula agora, como ex-presidente?” (*VEJA*, 1979a, p. 120). A revista diz que ele começa ali uma nova etapa de sua vida. “E agora, acho que vão me mandar embora da Villares”, disse Lula (*VEJA*, 1979a, p. 120), se referindo a Aços Villares, onde trabalhava. Mais dois boxes complementam a matéria. Um intitulado “As 13 horas de decisão na casa de Macedo” (*VEJA*, 1979a, p. 122) relata uma reunião no apartamento de Macedo em São Paulo, da qual participaram grevistas, anfitrião e empresários. O outro, que diz: “Duas histórias ligadas à negociação direta” (*VEJA*, 1979a, p. 124) destaca a experiência de empresários com a medida; no intertítulo, “O outro lado” (*VEJA*, 1979a, p. 124), *Veja* entrevista um operário, que discordara da proposta. “Carta ao Leitor” comenta a logística de distribuição de *Veja*, que, naquele ano atingira vários pontos do Brasil, chegando a 200 mil assinantes.

Ao analisar esta capa verificamos o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva, o Lula, deixando a sede da entidade. O governo civil/militar decretara intervenção no sindicato, e ele fora destituído do cargo. Observado por policiais, com sua espessa barba negra e

uma bolsa a tiracolo, Lula caminha sério. Com a mão esquerda segura uma blusa sobre os ombros, deixado à mostra o dedo que amputara em razão de acidente de trabalho. Findava-se uma etapa da luta dos metalúrgicos do ABC por melhores salários.

Segundo Kossoy (2009), espaço e tempo se inserem no documento fotográfico, dos quais subentende sempre um contexto histórico específico em seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. “A fotografia resulta de uma sucessão de fatos fotográficos que têm seu desenrolar no interior daquele contexto. Ela registra, por outro lado, um microaspecto do mesmo contexto” (KOSSOY, 2009, p. 26). Ou seja, nesta capa, não é apenas a fotografia de Lula deixando o sindicato. É uma cena que demarca a derrota dos metalúrgicos, que lutaram ferrenhamente e acabaram vencidos. Houve intervenção governamental, demissões e prisões, mas não o aumento reivindicado pelos grevistas.

Entretanto, podemos pensar nas condições de produção num sentido amplo. Ao interpretar, perguntamos por que é assim e não de outro jeito? Mas sabemos, como preconiza a AD, que os sentidos nunca estão soltos, sempre são “administrados”. Há várias filiações discursivas que poderiam ser utilizadas na feitura desta capa, mas prevaleceu a que condizia com as condições de produção da revista. De acordo com Orlandi (2012a), as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação. No final dos anos 1970, com a possibilidade de uma abertura democrática, havia resistência entre os militares. Os mais radicais não aceitavam o fim do regime. A manifestação dos operários incomodava porque não significava apenas a reivindicação dos seus direitos, mas refletia a vontade da maioria da sociedade, que pedia a volta da democracia.

Havia um embate. O clima era tenso. Tanto é que o próprio Lula seria preso em 1980 pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acusado de ferir a Lei de Segurança Nacional (LSN). Orlandi (2012a) diz que as condições de produção se dividem em sentido imediato e amplo. Este é o contexto sócio-histórico, ideológico; aquele se refere às circunstâncias da enunciação. A saída de Lula do sindicato, o espaço onde ocorreu o episódio e os sujeitos envolvidos perfazem o sentido imediato; enquanto a destituição dele da presidência do sindicato e a intervenção do governo são o contexto amplo, pois trazem para a consideração dos efeitos de sentidos elementos oriundos da forma da sociedade, as instituições, entre elas, o governo federal.

A história também se faz presente, a produção de acontecimentos, que, neste caso, significa todo o aparato policial, que está relacionado a repressões, a governos autoritários. Por fim, a MD, tratada como interdiscurso, se manifesta. Tudo que já se disse sobre regimes militares, ditaduras, golpes de Estado, intervenção em órgãos da sociedade civil. “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2012a, p. 31).

A chamada acima em diagonal: “Oriente Médio - O acordo vai funcionar?” destaca uma tentativa de acordo entre o então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, o primeiro-ministro israelense, Menahem Begin, e o presidente egípcio, Anuar Sadat, para pôr fim à guerra entre seus países. O ato ocupou três páginas da revista, com o título: “O grande show da paz”. Não era para menos. Diz o texto que 1600 convidados especiais assistiriam à assinatura do documento na Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos. Há uma similaridade nos assuntos desta capa.

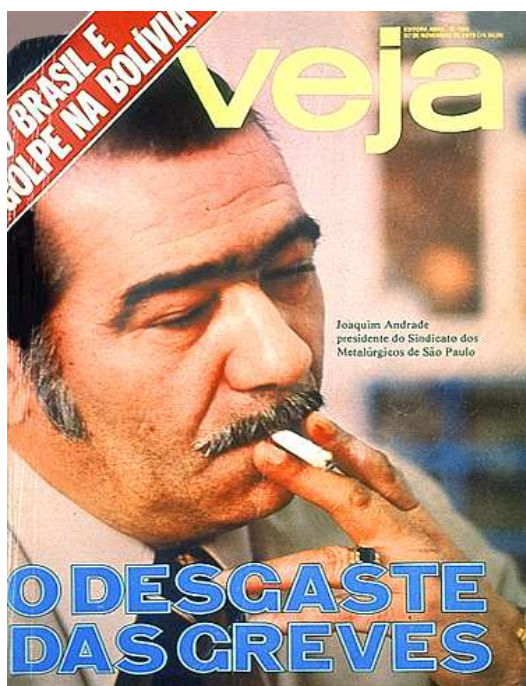
Ambos são políticos e falam em acordo sobre questões complexas. Os conflitos no Oriente Médio se arrastavam a longos anos; enquanto o embate entre operários, patrões e governo, no Brasil, também vinha de longe. A chamada “O acordo vai funcionar?” colocava em dúvida não só o assunto internacional, mas servia também para o caso brasileiro que, de fato, não funcionara. Acabara em confronto. É um efeito de sentido que se estabelece na opacidade da linguagem, se locupletando nesta capa. Como afirma Orlandi (2012a, p. 55): “[...] há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora”.

Veja publicou em 7 de novembro de 1979 a capa com o título “O desgaste das greves” e a legenda: “Joaquim Andrade - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo” (*Figura 34*). O assunto ganha oito páginas. Com o título “BRASIL - Agonia do grevismo”, o texto ressalta no primeiro parágrafo: “A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, um movimento que só conseguiu o apoio de 20% da categoria, provou, na semana passada, que o grevismo, doença infantil do novo sindicalismo brasileiro, não compensa” (*VEJA*, 1979c, p. 20). A matéria destaca ainda, na mesma página, numa linha fina abaixo do título: “Coisas que acontecem quando quatro mil operários tentam parar 350 mil: uma morte, vários feridos, uma greve fracassada e o fim de um ciclo”. A reportagem revela duas correntes do sindicalismo brasileiro: uma à antiga, liderada por Joaquim dos Santos

Andrade, o Joaquinzão, que tentava sempre negociar, evitando greves; outra, que apostava nas paralisações para adquirir conquistas, liderada, entre outros, pelo sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula.

A revista diz que Joaquinzão, com a greve, perdeu poder no sindicato. Destaca a fala dele questionando o êxito da paralisação: “Quando a greve só sai à base de piquete é o caso da gente pensar se ela não está errada” (VEJA, 1979c, p. 20). Qualifica-o como líder sindical à antiga, da geração que emergiu em 1964, sobre as ruínas do janguismo (referência ao ex-presidente da República João Melchior Marques Goulart - 1961/1964, deposto por um golpe civil/militar). Contrário à greve, Joaquinzão fora derrotado pela maioria. Em vários momentos, a revista deixa transparecer tal posição. “O Joaquinzão é contra essa parada. Ele vai obrigado”, assegura um dos seus principais interlocutores (VEJA, 1979c, p. 21). A reportagem tenta ofuscar a alcunha de pelego, pela qual era tachado, principalmente, pela oposição sindical, liderada pelo então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula. A revista destaca a assistência social praticada pelo antigo líder sindical.

Figura 34 – Capa publicada em 7 de novembro de 1979. “O desgaste das greves”.



Fonte: Veja (1979c).

Diz que ele, na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, montou um dos melhores hospitais da cidade, diminuiu a burocracia do órgão,

acumulou um orçamento de 230 milhões de cruzeiros, além de organizar uma aprazível colônia de férias pela qual passavam mil famílias anualmente. A revista estampa uma fotografia da família do sindicalista, com a legenda: “Família Andrade: casa de classe média baixa na Penha”. A reportagem termina narrando a morte e o enterro do operário Santo Dias da Silva, 37 anos, morto em confronto com a Polícia Militar, durante a greve. “Carta ao Leitor” critica a greve ferrenhamente. “A semana passada forneceu ao Brasil um excelente exemplo, talvez o mais eloquente até agora, de quanto o radicalismo pode envenenar a vida sindical do país e desgastar inutilmente as relações de trabalho”, diz o texto (GUZZO apud VEJA, 1979c, p. 19).

A fotografia de Joaquinzão, nesta capa, difere de outros líderes sindicais retratados, na época, no mesmo espaço. Os outros, como o leitor pode observar neste trabalho, são estampados sempre em ação. Luiz Inácio da Silva, o Lula, figurou mais de uma vez na capa. Por exemplo, quando foi afastado do sindicato e ao ser preso pela ditadura civil/militar. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nas vezes em que ocupou a capa de *Veja*, estava em meio a greves. A revista retratava-o com aparência extenuada falando aos operários. Joaquinzão, não. É exibido tranquilo, fumando um cigarro. Abaixo, o título “O desgaste das greves”, que corresponde à matéria interna daquela edição. Um relato crítico à greve, que, segundo a revista, não dera certo e causara prejuízo ao trabalhador.

A simplicidade da fotografia formula o dizer. Joaquinzão, que vinha perdendo terreno para a oposição sindical, serviu para a revista dizer que os sindicalistas haviam embarcado numa canoa furada, como tenta apregoar na reportagem interna. De acordo com *Veja*, a greve fracassara, mas ela não mostra o outro lado. Não dá voz a outros sindicalistas. Apresenta algumas falas esparsas de Luiz Inácio da Silva, o Lula, sobre a paralisação. A Joaquinzão também, não. Mas ele é personagem central da reportagem, o que justifica sua fotografia na capa. Se o silêncio não fala, mas significa, como propõe Orlandi (2007), a fotografia desta capa significa o fracasso da greve, que trouxera apenas desgastes aos trabalhadores. Não se pode observar o silêncio, mas ele está lá, significando.

O silêncio não é diretamente observável e, no entanto, ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós sentimos, ele está ‘lá’ (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas). Para torná-lo visível, é preciso observá-lo

indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas. [...] Sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio (ORLANDI, 2007, p. 45).

Assim, compreendamos o silêncio da fotografia em questão pela historicidade do personagem que perfaz o discurso da capa. Acusado de desestimular a greve e até de pelego por causa de seu relacionamento com o patronato, Joaquinzão surge na capa como líder sindical simbolizando o fracasso da paralisação. Líderes da oposição sindical acreditavam no sucesso da greve, embora ela não tivesse atingido o patamar que esperavam. *Veja* sentenciava ao estampar na capa o título “O desgaste das greves”. A revista se refere a todas as greves que ocorriam no Brasil naqueles anos, revelando que, ao invés de conquistas, traziam desgastes aos líderes sindicais e trabalhadores.

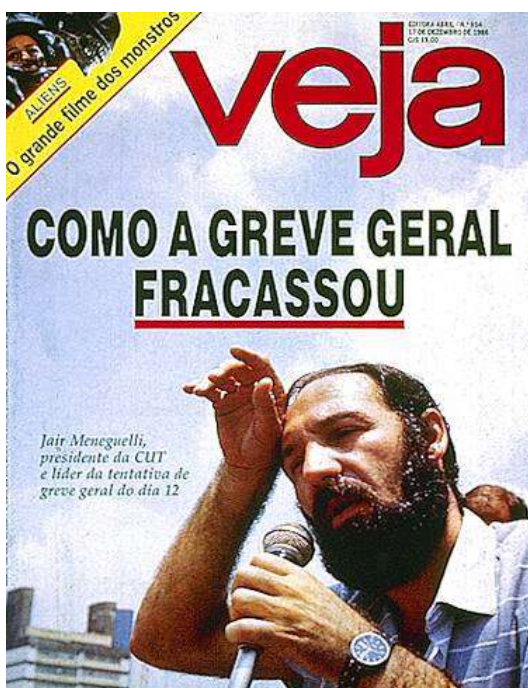
O efeito de sentido desta imagem reflete as práticas sociais daquela época. O Brasil vivia uma ditadura civil/militar, e greves eram tudo que o governo não queria. Elas aconteciam porque os ventos da abertura democrática começavam a soprar. A fotografia de Joaquinzão representava o que a revista queria dizer. Era o líder amigo dos patrões e do poder, que se via deslocado em meio a uma paralisação com a qual não concordava. “Ao efetuarmos referência às práticas discursivas, referimos, também a práticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção”, afirma Fernandes (2008, p. 47).

Uma chamada em diagonal, acima, complementa a feitura desta capa: “O Brasil e o golpe na Bolívia”. Em quatro páginas interna informa sobre um golpe militar na Bolívia, que derrubou o presidente Walter Guevara Arze. O assunto não é alheio ao tema central da capa. O Brasil vivia sob uma ditadura civil/militar e as greves eram uma ameaça ao poder vigente. Como atesta Fernandes (2008, p. 46): “[...] diferentes discursos coexistem e materializam-se, às vezes, por meio de enunciados estruturalmente semelhantes, mas têm sua unidade pelos efeitos de sentidos decorrentes da inscrição ideológica desses enunciados”.

Veja publicou em 17 de dezembro de 1986, a capa com o título “Como a greve geral fracassou”, seguida da fotografia e legenda: “Jair Meneguelli, presidente da CUT e líder da tentativa de greve geral do dia 12” (*Figura 35*). A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) mobilizaram trabalhadores para uma greve geral, em 12 de novembro de 1986, em protesto

contra um pacote econômico que seria lançado pelo governo do então presidente José Sarney. “Era um teste, e as centrais sindicais perderam. A greve geral convocada para a última sexta-feira pela CUT e CGT para marcar o protesto contra o pacote de 21 de novembro foi um fracasso” (BRASIL..., 1986, p. 36), afirma a reportagem interna. Com título “Brasil - A miragem desfeita” e o lide “Com as máquinas ligadas e o comércio a todo vapor, a CUT e a CTG fracassaram em seu plano de promover uma greve geral em todo o país”, vai da página 36 a 46. Em “Carta ao Leitor”, a revista volta a condenar a greve deflagrada pelo movimento sindical. Uma fotografia no meio do texto mostra uma mulher com as mãos cobrindo o rosto com um cartaz apoiado nos joelhos e no cotovelo, no qual se lê: “A greve é nossa arma!”. Abaixo, a legenda: “Greve de 1986: utopia” (VEJA, 1986b, p. 35).

Figura 35 – Capa publicada em 17 de dezembro de 1986. “Como a greve geral fracassou”.



Fonte: Veja (1986).

Na reportagem, acrescenta o então presidente José Sarney, ao fim daquele dia em que a greve geral fracassara (BRASIL..., 1986, p. 36): “Não houve greve geral, o que houve foi uma batalha de Itararé, um movimento falso que não chegou a existir porque o povo brasileiro sabe o que quer”. A batalha de Itararé ocorrera em 1930 quando tropas da revolução e do governo se armaram para um confronto que de fato inexistiu. Pelos cálculos da revista, que afirmava ser uma estimativa

superficial, podia se arriscar que, numa população economicamente ativa de 52 milhões, pararam, por diversas razões, cerca de 15 milhões de empregados. Na matéria não há uma avaliação das lideranças sindicais sobre os números da greve. O que se vê com frequência nas dez páginas são ataques permanentes a Jair Meneguelli. Tanto é que a chamada para a reportagem interna no índice daquela edição, diz: “Quem é o líder metalúrgico Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT e braço de Lula e do PT no meio trabalhista”. As críticas permeiam todo o texto: “Durante a maior parte de sua vida de operário, Meneguelli pouco se importou com questões sindicais e, sobre esse mortífero pano de fundo, é curioso vê-lo hoje como líder agressivo ou até como símbolo de um radicalismo insensato” [...] (BRASIL..., 1986, p. 45).

O tom da matéria interna combina com a capa, onde se vê um Meneguelli exausto ao microfone, possivelmente falando aos trabalhadores. A mão no rosto reforça o sinal de cansaço. A imagem perfeita para dizer que a greve geral falhara, revelando a fraqueza do seu líder, e o governo vencera. Estamos diante de um relato jornalístico. Um recorte da realidade. Ou seja, para a revista, a greve fracassou. Mas não sabemos a opinião das lideranças sindicais envolvidas no episódio. *Veja* não as entrevistou. Quando deu voz a Meneguelli tirou o foco da greve geral. Numa entrevista pingue-pongue (perguntas e respostas) na página 46 perguntou sobre assuntos genéricos: capitalismo, Cuba, Nova República, CUT e empresários. Ele responde sem se referir ao assunto principal, que era a greve geral. A capa em questão se soma a este recorte da realidade. Ou seja, o relato de *Veja* sobre os fatos.

Não há, portanto, fato jornalístico sem o relato jornalístico. O que pretendo dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos (GOMES, 2003, p. 9).

Para a AD, a linguagem não é transparente; é opaca, trazendo no seu entremeio traços de outros discursos. Portanto, a imagem de Meneguelli seguida do título: “Como a greve geral fracassou” reafirma a PS da revista em boicotar qualquer iniciativa dos trabalhadores. Não é sobre o texto que falamos, do qual declara Orlandi (2012b, p. 89): “O texto é parte de um processo discursivo mais abrangente. Com os resultados da análise não é sobre o texto que fala o analista, mas sobre o discurso”. Portanto, o texto

é a materialização do discurso. Na capa em questão, nota-se a tentativa de enfraquecer o sindicalismo, que, no fim da década de 1970, emergia com força pressionando o governo.

A repressão se acentuara, e o País vivenciava uma abertura democrática. O governo e parte do empresariado temiam o sindicalismo. Uma das formas de contê-lo é desqualificando seus líderes, como foi feito nesta capa com Meneguelli. “O texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho de linguagem, de funcionamento da discursividade”, acrescenta Orlandi (2012b, p. 89). Ao apresentá-lo como líder despreparado, que não consegue mobilizar sua categoria, *Veja* está dizendo que Meneguelli não tem competência para ser sindicalista e muito menos político. Com a abertura democrática seria natural que sindicalistas, como outras lideranças, se candidatassem a cargos públicos.

Acima na diagonal, a chamada “Aliens - O grande filme dos monstros” complementa a capa. Com quatro páginas internas, ela anuncia o filme: “Aliens - o resgate” interpretado pela atriz Sigourney Ripley, trazia fortes cenas de terror. O título “Como a greve geral fracassou” também lembra um filme. A reportagem narrada internamente revela toda uma história, toda uma trama entre sindicalismo, patronato e governo. A fotografia de Jair Meneguelli com a mão no rosto combina com o título sobre um traço vermelho, acima da cabeça dele. Orlandi (2012a) diz que o analista de discurso não atravessa o texto para encontrar, atrás dele, um conteúdo. “Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos - e os sujeitos - nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação.” (ORLANDI, 2012a, p. 91).

Em 31 de maio de 1995, *Veja* publicou uma capa com a fotografia do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) com capacete e uniforme do Exército (*Figura 36*). Com o título: “FHC peita a CUT”, a fotografia toma toda a página. A revista dedicou oito páginas ao assunto, que se referia à greve dos petroleiros. Segundo FHC, recorrer ao Exército seria para garantir o direito de quem quisesse trabalhar. A reportagem, cujo título é “Brasil - O Planalto sacou primeiro”, diz: “O recurso militar se explica pelo objetivo político do presidente: vencer de maneira acachapante, a única oposição organizada ao governo, a CUT” (BRASIL..., 1995, p. 20). O governo ordenara que a televisão transmitisse a chegada dos soldados a uma das refinarias.

O Exército ocupara quatro das 11 refinarias da Petrobrás. O general Antônio Araújo de Medeiros, comandante da 5ª Região Militar, adverte: “Se tiver que atirar, vou atirar para manter a integridade das instalações” (O PLANALTO..., 1995, p. 20). A revista conclui afirmando que um governo que pretende acabar com a indexação salarial e extinguir privilégios do funcionalismo público derrotar o setor mais forte do sindicalismo é uma condição quase obrigatória. Na fotografia da capa, o quepe do Exército remete às origens militares de FHC. Filho de Leônidas Cardoso, general de brigada e deputado federal pelo PTB, é oriundo de uma tradicional família de militares e políticos do Império do Brasil. Seu bisavô foi o capitão Felicíssimo do Espírito Santo, deputado e senador pelo Partido Conservador e presidente da província de Goiás. O avô foi o general de brigada Joaquim Ignácio Baptista Cardoso. Leônidas participou das revoltas tenentistas de 1922, 1924 e 1930.

Figura 36 – Capa publicada em 31 de maio de 1995. “FHC peita a CUT”.



Fonte: Veja (1995).

A visualidade desta capa se destaca. O presidente da República preparado para uma guerra. Quem o vê pode imaginar FHC no campo de batalha. Atrás da fotografia dele uma chaminé de refinaria exala fumaça e fogo. É uma fotomontagem, conforme explica *Veja* em “Carta ao Leitor”: “O que se vê ali é uma fotomontagem, a combinação de três fotografias: uma de Fernando Henrique, outra de um capacete e

uma terceira do céu ao fundo, com a chaminé de uma refinaria” (*CARTA...*, 1995, p. 17). No mesmo editorial, a revista informa que não tem por norma retocar as fotografias que publica e, quando o faz, sempre informa os leitores que se trata de uma fotomontagem. Diz que tal artifício tenta traduzir a disposição do presidente em usar a força militar para acabar com a greve. A fotomontagem ou manipulação da imagem artificializam a cena. “Com isso, a foto deixa de ser um documento de exatidão e de verdade, exatamente por sua diluição e refundição eletrônica” (MARCONDES FILHO, 1993, p. 102).

Sem mostrar dados, a revista afirma que pesquisas de opinião mostraram que a população apoiava a decisão do presidente em vestir o capacete. Assim, a capa é uma imagem metafórica: FHC se comparando a um militar pronto para a guerra. Um sujeito descentrado. Embora esteja no centro da questão, remete-se a um sujeito histórico, sobre o qual diz Brandão (2004, p. 59): “Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social”. Analisada por essa perspectiva, a fotografia de FHC é um brado, que além de mandar seu recado aos petroleiros em greve, se apresenta à população como um presidente que enfrenta os problemas e toma decisões. O traje militar projeta-o e ajuda a reforçar a imagem de que ele está pronto para o combate.

Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscurso) (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Assim questiona-se a concepção de sujeito como ser único, central, origem e fonte do sentido, pois na sua fala outras vozes também falam. A linguagem não é transparente advinda de um sujeito uno, homogêneo, todo poderoso. “É um sujeito que divide o espaço discursivo com outro” (BRANDÃO, 2004, p. 60). A manifestação dessa heterogeneidade se apresenta de várias maneiras, das mais simples às mais complexas. Na capa em questão, ela se manifesta na fotografia de FHC com toda sua expressão de leitura. Ele se mostra pronto para enfrentar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que fazia oposição ao governo. Todos os detalhes foram cuidadosamente preparados. Até a televisão ordenada a transmitir ao vivo a

ocupação da primeira refinaria. É o sujeito histórico social em ação, afetado ideologicamente pela enunciação.

6.3 REFLEXÕES NECESSÁRIAS

O objetivo deste trabalho foi analisar a representação dos movimentos sociais nas capas da revista *Veja*. Foram analisadas 18 capas, entre 1968, ano de fundação da revista, e 2012. O *corpus* totalizou oito capas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); duas da UDR, entidade que se opunha ao MST; quatro do movimento sindical e quatro do movimento estudantil. As capas escolhidas são as que de fato representam os movimentos sociais. *Veja* não costuma publicar capas deste segmento e, quando o faz, geralmente, se refere a algum evento ou personagem que o envolve. Para a análise, utilizou-se a metodologia da AD, combinada com considerações teóricas sobre o jornalismo contemporâneo e breves recorrências à semiótica, especialmente, na análise de cores adotadas nas capas analisadas.

A AD leva em conta nas análises não apenas o presente, mas o passado. É uma metodologia que busca efeitos de sentido no processo social e histórico, que se materializam no objeto analisado. Em razão disso, foi necessário consultar os conteúdos internos correspondentes a cada capa analisada. Embora eles não sejam objeto da análise, através dos quais foi possível compreender o sentido e o objetivo da revista, trabalhando com as CP. Na maioria das vezes, a matéria interna conduziu a feitura da capa. Além da fotografia principal foram analisados títulos, chamadas e fotografias menores que compunham cada capa deste trabalho. Na AD, os sentidos não se esgotam, possibilitando a produção de novos sentidos. Assim, as chamadas de *Veja*, quase sempre em diagonal, tinham relação com o assunto principal ali retratado.

Fundada em 1968 pelo empresário Victor Civita e pelo jornalista Mino Carta, *Veja* é a revista de maior circulação no mercado editorial brasileiro e está entre as cinco maiores do mundo. É uma publicação que defende a iniciativa privada e o sistema capitalista, contrária, portanto, à linha de ação dos movimentos sociais, posição já conhecida do senso comum. Em algumas de suas capas, por exemplo, são visíveis a manipulação da fotografia e o ataque, por meio de títulos e chamadas, aos movimentos sociais. Mas não basta apenas verificar tais direcionamentos. É

preciso saber como se processam e em que foram baseados. Para desvendar tais estratégias, a AD é uma metodologia eficaz porque não se prende ao texto, considerando-o apenas a materialidade do discurso. E este, como diz Orlandi (2012a), é palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

A análise das capas, portanto, revelou que *Veja* é uma publicação cujas CP estão ligadas ao social e histórico. Ou seja, sua linha editorial remete ao início da imprensa no Brasil, que se deu com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808. A imprensa brasileira, comandada pela classe dominante, sempre manteve uma linha editorial contrária aos movimentos sociais, haja vista a desqualificação dos sertanejos que lutaram na Guerra de Canudos, em 1896, no sertão baiano. O objetivo predominante da revista sempre foi deslegitimar os movimentos sociais, apresentando-os como organizações de esquerda, que queriam adotar o regime comunista no Brasil. Ao deformar uma fotografia ou mesmo grafar um título, ela demarca sua posição editorial, dizendo que os movimentos sociais são perigosos e devem ser evitados, pois querem apenas o mal da sociedade.

Tal posição de *Veja* se solidificou com a ditadura civil/militar que se instalou no Brasil, em 1964. Com o fortalecimento de certos movimentos sociais, como o sindical e o estudantil, a revista aumentou gradativamente sua linha de ação, desqualificando-os. Assim, fez o jogo da ditadura que se instalava no País e tinha de combater os movimentos sociais para preservar o regime autoritário. Ao retratar líderes estudantis e sindicais na sua capa, a revista tentava macular a ação destes, vinculando-os à esquerda ou apresentando-os extenuados e derrotados na vanguarda de uma causa perdida. A tentativa era fazer o povo identificá-los como agentes do fracasso e do atraso, que queriam impor ao Brasil.

Ao se referir à União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, que realizara o Congresso de Ibiúna (SP), resultando na prisão 920 pessoas, *Veja* afirmava que a entidade com seus líderes presos seria “ex” de uma vez por toda. Dando a entender que a partir daquele episódio, a UNE manteria para sempre o rótulo de entidade cassada pelo regime civil/militar. Diz também que a UNE não sobreviveria sem as verbas fáceis do tempo do presidente João Belchior Marques Goulart (PTB), deposto em 1964, acusando-a de ter deixado os estudantes para se juntar àquele governo. Afirma também que a revolução que derrubara Goulart não podia perdoar quem sentara à mesa dele.

É bom lembrar que Goulart fazia um governo voltado aos trabalhadores e, entre outras medidas, anunciara as reformas de base, que agregavam pontos favoráveis aos movimentos sociais. Em 1992, quando os estudantes voltaram às ruas para pedir o impedimento do presidente Fernando Collor de Mello (1990/1992), *Veja* os trata diferente. São anjos rebeldes, descompromissados e alegres que pedem a saída do presidente denunciado por corrupção. A revista, como a maioria da grande mídia, apoiara a eleição de Collor, mas naquele momento lhe interessava a renúncia do presidente.

Nas capas do movimento sindical, *Veja* se posiciona contra as greves e destaca a livre negociação entre patrões e trabalhadores, sem intervenção dos sindicatos. Numa das capas, a revista sentencia: Como a greve geral fracassou, destacando palavras do presidente José Sarney, do PMDB, (1985/1990), para quem não houvera greve geral, mas apenas um movimento fracassado. Ao retratar líderes sindicalistas na capa, a revista os expôs como derrotados, por exemplo: a destituição de Luiz Inácio da Silva, o Lula, da presidência do Sindicato de São Bernardo do Campo. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) é retratado numa posição que o deixa extenuado, tentando convencer operários da importância de uma greve. Ao lado, o título: “Como a greve geral fracassou”.

Até 1995, a revista silenciou quanto ao MST, mas mesmo assim as capas desta fase revelam que era um movimento perigoso, disposto a invadir terras e, por isso, precisava ser contido. Sem dizer do espaço que concedeu à União Democrática Ruralista (UDR), que se opunha aos sem-terra. Entre 1996 e 1997, *Veja* fez o jogo do governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, (1995/2003), tentando trazer o MST para a base de apoio deste. Não conseguindo seu intento, partiu para a desqualificação do movimento. De 1998 em diante, foram publicadas as capas mais violentas contra os sem-terra. Algumas vezes, a cor vermelha foi usada à exaustão vinculando o MST à violência e ao terror para espalhar medo. Seus líderes foram tachados de baderneiros, corruptos, loucos e criminosos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, (2003/2011), a revista continuou a criticar os sem-terra, mas mudou a estratégia. O movimento passou a ser tratado como beneficiário do Estado. Além de ser um braço deste, era financiado por ele, dando a entender que seus membros formavam uma quadrilha e se alinhavam ao governo para conseguir dinheiro e cometer crimes.

Veja, assim, se constitui numa publicação não apenas defensora de um lado: o capital, mas o faz à base de ataques violentos, tentando desqualificar os movimentos sociais. Em nenhuma capa analisada foi constatada a realidade deles, qual sua finalidade, suas demandas, legitimidade política de suas ações ao longo da história. Fica claro que a revista não tem interesse em divulgar tais informações. É uma opção política em prol de uma classe social, que não admite a legitimidade dos movimentos sociais, cujas capas que os retrata é um convite ao ódio e à divisão de classes, aproveitando o poder da imagem para materializar seus efeitos de sentido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão se propôs a realizar uma análise dos movimentos sociais nas capas da *Veja*. As capas analisadas demonstraram que a revista utiliza-se de efeitos de sentido nas fotografias, textos e chamadas que preenchem seus espaços. Na maioria das vezes, conforme revelou a AD, tais estratégias linguísticas e/ou visuais estão ligadas a recorrências históricas e sociais. Ou seja, entra em ação o interdiscurso, que funciona no entremeio da enunciação, materializando-se no discurso. Por exemplo, ao estampar a fotografia do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na capa publicada em 31 de maio de 1995, trajando quepe e uniforme do Exército, a revista mostra a força do governo frente à CUT. Conforme explica “Carta ao Leitor” daquela edição, a imagem do então presidente foi produzida por programas de computador, como o Fotoshop, uma novidade para a época. Parte do pré-construído do discurso desta capa está na própria família de FHC, cujo bisavô, avô e pai foram militares. Reafirmando, assim, a imagem de presidente atuante, pronto para o combate.

A manipulação de fotografias é uma constante nas capas de *Veja*, embora nem sempre ela explique ao leitor que manipulou tal imagem. Assim se procedeu na capa publicada em 3 de junho de 1998, que estampa uma fotografia do líder do MST, João Pedro Stédile, com o rosto avermelhado e levemente deformado. A imagem deixa-o com cara de bravo, combinando com o título: “A esquerda com raiva”. A visualidade nesta capa é feita pela cor vermelha, cujo significado remete à violência. O objetivo foi transformar o MST em um bando de desajustados que, supostamente, queria transformar o Brasil num país comunista. O enunciado “A esquerda com raiva” está vinculado às revoltas e guerras provocadas por movimentos resistentes às forças oficiais, como Canudos (1896/1897) e a Guerra do Contestado (conflito entre caboclos e tropas oficiais na divisa entre Paraná e Santa Catarina - 1912/1916). Como o MST, tais movimentos carregavam a pecha de violentos e desestabilizadores da ordem.

A agressividade da capa com Stédile encontrou na cor um elemento sígnico. O vermelho ali, ligado à violência, cai como luva e, junto do título e chamada, constrói uma imagem assustadora, que quer implodir a “democracia burguesa”. Ao citar zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, se referindo à Teologia da Libertação (movimento progressista ligado à Igreja Católica que teve seu auge entre as

décadas de 1970 e 1990), a revista revela que o MST é uma ameaça à ordem e à paz social, ou ainda, um movimento que desafia o poder constituído. Se zapatistas, leninistas e maoístas, oriundos do já dito, produzem o medo, os sem-terra seriam um perigo real, que queriam impor o socialismo ao Brasil. Esta capa funciona como alerta, iguais àqueles usados em guerra para avisar a população que os aviões inimigos se aproximam.

No caso do movimento estudantil e do movimento sindical, a recorrência ao discurso histórico e social, nas capas de *Veja*, tinha, entre suas metas, impedir que se ameaçasse a ditadura civil/militar que comandava o país com mão de ferro. Em 10 de outubro de 1979, por exemplo, a capa publicada pela revista: “UNE: A esquerda na universidade” revelou a tendência esquerdista do movimento estudantil. Ao analisar a materialidade do discurso, descobre-se que a imagem expõe o perigo de repetir os anos de 1960, quando se deram os maiores embates entre os estudantes e a ditadura civil/militar. Nesta capa, utilizando-se de uma metonímia, *Veja* foca um personagem para desqualificar todo o movimento estudantil. O foco é o então presidente da UNE, Raul César Costa e Silva, considerado radical, que se diz contra a ideia de conciliação. Vivendo os ares de abertura democrática, cujo ápice seria no começo da década de 1980, os militares temiam a volta da UNE ao cenário político. Raul, então, era uma ameaça e, ao destacá-lo na capa, a revista revelava o perigo da esquerda.

Quanto ao movimento sindical, as capas seguiram o mesmo diapasão. No fim da década de 1970 e nos anos 1980, o sindicalismo ressurgiu forte, combativo. As greves eram um meio na busca de melhores salários e condições de trabalho. Mas também uma pedra no sapato do governo federal e das grandes empresas, que não estavam acostumados com aquele cenário de reivindicações. As capas de *Veja* falavam em fracasso e desgastes, apresentando as greves como estratégia inútil dos trabalhadores. Exemplos: “Como a greve Geral fracassou” e “O desgaste das greves”, capas analisadas neste trabalho. O histórico e social aqui se materializam para valorizar o capitalismo e desprezar qualquer movimento que o ameace. Ou seja: o correto seria a livre negociação, sem interferência dos sindicatos, com destaque para a intervenção do governo federal nos sindicatos e as prisões dos seus principais líderes.

Enfim, a análise dos movimentos sociais nas capas da *Veja*, com auxílio da AD, demonstrou, na materialidade do discurso utilizado, que a revista dispõe de uma

linha editorial que desqualifica os líderes sociais, adjetivando-os de miseráveis, pés rapados, dementes, loucos, fracassados, entre outros atributos do gênero. *Veja* combate ferrenha e sistematicamente qualquer tentativa contra o sistema neoliberal e o livre mercado. Embora tais ataques sejam explícitos, identificados mesmo por pessoas com menor repertório de leitura, houve dificuldade na pesquisa para detectar efeitos de sentido produzidos pelo discurso da revista. Muitas vezes, a linguagem estava dispersa. Como relacionar uma chamada em diagonal com o tema da capa, sendo que aquela, à primeira vista, nada tinha a ver com este? Só mesmo por meio da AD se pode compreender tal dispersão de linguagem.

Mas o assunto não se esgota e ficam algumas sugestões para novas pesquisas. Seria interessante analisar como é a representação do negro e da mulher nas capas da *Veja*. Não foi possível fazê-lo neste estudo porque não há capa da revista sobre tais movimentos sociais. Há algumas destacando negros e mulheres, mas não relacionados aos movimentos que os representam. Então, lançamos o problema: como o negro e a mulher são representados na capa da *Veja*? No tema aqui desenvolvido também seria possível um desdobramento, objeto para um novo estudo, comparando capas de líderes de movimentos sociais com outras de políticos e empresários. Visualmente, como esses personagens díspares são retratados na capa da *Veja*? Neste trabalho, observamos que os sindicalistas aparecem sempre extenuados, falando a uma plateia dispersa, o que não ocorre, por exemplo, com o então líder da UDR, Ronaldo Caiado, apresentado bem trajado, de braços cruzados, com uma boiada ao fundo. Representações merecedoras de análises que não puderam ser realizadas neste trabalho e ficam como desafios para outras pesquisas e outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. **O Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010. p. 11-17.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Porto: Presença, 1974.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BANDEIRA DO MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4436>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRASIL: A UNE volta para ficar. Reportagem de capa. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, n. 22, p. 20-26, 0 out. 1979.

BRASIL: A miragem desfeita. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, n. 954, p. 36-46, 17 dez. 1986.

CAMARGO, Isaac Antônio. **Reflexões sobre o pensamento fotográfico**: pequena introdução às imagens à fotografia. Londrina: UEL, 1997.

CARDOSO, Rodrigo; CAPRIGLIONE, Laura. Da cor do sucesso. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, Edição 1552, ano 31, n. 25, p. 98-109, 24 jun. 1998.

CARTA ao leitor. A realidade ilustrada com uma fotomontagem. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, ano 28, Edição 1394, n. 22, p. 177, 31 maio 1995.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **O Papel da Memória**. Campinas (SP): Pontes, 2010. p. 23-32.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONOS DA MÍDIA. O mapa da comunicação social. Disponível em: <www.donosdamidia.com.br>. Acesso em: 19 set. 2014.

DUBOIS, Phillipe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1994.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2001.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Rafael Cardoso (Org.). Tradução Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOLHA POLÍTICA. Disponível em: <<http://www.folhapolitica.org/2014/10/no-mst-criancas-brasileiras-sao.html>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

FÓRUM NACIONAL. Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE. Disponível em: <<http://www.inae.org.br/sec.php?s=250&i=pt>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2012.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a guerra de canudos nos jornais, quarta expedição. São Paulo: Ática, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST**. Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores; Edusp, 2003.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia**: a organização da cor-informação no jornalismo. São Paulo: Annablume, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HENKEL, Linda. **Compulsão por fotografar e compartilhar os registros dificulta a retenção no cérebro de detalhes do que foi visto**. Disponível em: <http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2013/12/17/noticia_saudeplena,146875/compulsao-por-fotografar-e-compartilhar-os-registros-dificulta-a-reten.shtml>. Acesso em: 29 set. 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MANCE, Euclides André. **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: CEFURIA, 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo Fin-de-Siècle**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

MAYRINK, Geraldo. O inimigo nº 1 das cercas. **Veja**, São Paulo, Edição 1427, Ano 29, n. 3, p. 50-51, 17 de janeiro de 1996.

MENDES JÚNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOVIMENTO estudantil na ditadura militar. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/programacao-cultural/exposicoes/temporarias/detalhe?title=%E2%80%9CAbaixo+a+Ditadura+%E2%80%93+Uma+Su%C3%ADte+Fotogr%C3%A1fica+de+Evandro+Teixeira%E2%80%9D>>. Acesso em: 28 dez. 2014a.

MOVIMENTO estudantil (Fora Collor). <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=2869:sem-as-massas-collor-n%C3%A3o-cairia-diz-soci%C3%B3logo>. Acesso em: 28 dez. 2014b.

MOVIMENTO sindical. <<http://www.pt.org.br/na-ditadura-atentados-marcaram-o-10-de-maio/>>. Acesso em: 27 dez. 2014c.

MOVIMENTOS sociais. Disponível em: <<http://waltersorrentino.com.br/2014/09/18/plataforma-politica-dos-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15710>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

NASCIMENTO, Geraldo Carlos do. **A intertextualidade em atos de comunicação**. São Paulo: Annablume, 2006.

NEGÓCIOS da Comunicação. São Paulo, Segmentos MC Editores Ltda., edição 48, ano VIII, 2011.

NOSSA HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 5 jan. 2015.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Quem são os donos da mídia no Brasil. Entrevista de Daniel Herz a Luiz Egypto. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/cadernos/cid240420021.htm>>. Acesso em 14 fev. 2015.

O MITO de Eco e Narciso. Disponível em: <<http://quetalumcafe.blogspot.com.br/2011/10/o-mito-de-eco-e-narciso.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

O PLANALTO sacou primeiro. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, ano 28, Edição 1394, n. 22, p. 20-27, 31 maio 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012b.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (Org.). Françoise Gadet e Tony Hak (Org.). Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. O Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O Papel da Memória**. Campinas (SP): Pontes, 2010, p. 49-56.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas (SP). Pontes Editores, 2012.

PETRY, André; OINEGUE, Eduardo. A esquerda com raiva. O que eles querem. **Veja**, São Paulo, Edição 1529, Ano 31, n. 22, p. 42-48, 3 de junho de 1998.

PUBLIABRIL. Portal de Publicidade da Abril. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/Veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 19 set. 2014.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo. Senac, 2009.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **A imaginação**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Carla Luciana Souza. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). 2005. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea)-Programa Interinstitucional de Pós-graduação em História UFF, Unioeste, Niterói, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Eduardo Ferreira. **Do silêncio à satanização**: o discurso de *Veja* e o MST. São Paulo: Anablume, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudo de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 6, 16 out. 1968a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 1, n. 27, 23 out. 1968b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 2, n. 33, 23 abr. 1969.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 158, 1 set. 1971.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 551, 28 mar. 1979a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 579, 10 out. 1979b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 583, 7 nov. 1979c.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 876, 19 jun. 1985.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 928, 18 jun. 1986a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, n. 954, 17 dez. 1986b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 23, Edição 1143, n. 32, 15 ago. 1990.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 25, Edição 1218, n. 4, 21 jan. 1992a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 25, Edição 1248, n. 34, 19 ago. 1992b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 28, Edição 1394, n. 22, 31 maio 1995.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 29, Edição 1441, n. 17, 24 abr. 1996a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 29, Edição 1463, n. 39, 25 set. 1996b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 30, Edição 1491, n. 15, 16 abril 1997a.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 30, Edição 1492, n. 16, 23 abril 1997b.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 31, Edição 1549, n. 22, 3 jun. 1998.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 33, Edição 1648, n. 19, 10 maio 2000.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 36, Edição 1807, n. 24, 18 jun. 2003.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 37, Edição 1870, n. 36, 8 set. 2004.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 41, Edição 2049, n. 8, 27 fev. 2008.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 42, Edição 2128, n. 35, 31 ago. 2009.

VEJA em sala de aula. Disponível em: <<http://www.assine.abril.com.br/portal/assinar/revista-Veja-na-sala-de-aula/>>. Acesso em 18 set. 2014.

VEJA. São Paulo, Ed. Abril, ano 47, Edição 2397, n. 44, 29 out. 2014c.

VIANNA, Alexandre Martins. **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena. A fotografia de imprensa: modos de ler. In: ZANIRATO, Silvia Helena; PELEGRINI, Sandra Helena (Org.). **As dimensões da imagem**: abordagens teóricas e metodológicas. Maringá: Eduem, 2004. p. 15-37.

ANEXOS

ANEXO 1 - CAPAS ANALISADAS - MOVIMENTOS SOCIAIS - MST E UDR

Capa Analisada	Publicação	Movimento Social
	15 de agosto de 1990	MST
	24 de abril de 1996	MST
	16 de abril de 1997	MST
	23 de abril de 1997	MST
	3 de junho de 1998	MST
	10 de maio de 2000	MST
	18 de junho de 2003	MST

(Anexo 1: Continuação)

Capa Analisada	Publicação	Movimento Social
	31 de agosto de 2009	MST
	19 de junho de 1985	UDR
	18 de junho de 1986	UDR

ANEXO 2 - CAPAS ANALISADAS - MOVIMENTOS SOCIAIS - ESTUDANTIL E SINDICAL

Capa Analisada	Publicação	Movimento Social
	16 de outubro de 1968	Estudantil
	1 de setembro de 1971	Estudantil
	10 de outubro de 1979	Estudantil
	19 de agosto de 1992	Estudantil
	28 de março de 1979	Sindical
	7 de novembro de 1979	Sindical
	17 de dezembro de 1986	Sindical
	31 de maio de 1995	Sindical